

Sara Filipa Gama Fernandes

# **AVALIAÇÃO DE PERFIS DE RISCO EM ADOLESCENTES**



CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE GANDRA, MARÇO DE 2010



Sara Filipa Gama Fernandes

# **AVALIAÇÃO DE PERFIS DE RISCO EM ADOLESCENTES**

Dissertação de candidatura ao grau de Mestre em Psicologia Forense e da Transgressão, sob orientação do Mestre Ernesto Fonseca, submetida ao Instituto Superior de Ciências da Saúde – Norte.

À minha família e a quem sempre acreditou em mim.

## AGRADECIMENTOS

Ao Mestre Ernesto Fonseca

À direcção e à equipa técnica da Oficina de S. José do Porto

A todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para a consecução desta dissertação

## ÍNDICE

**Resumo, Abstract, vi**

**Introdução, 1**

**I – Revisão de Literatura, 3**

1. Perspectiva Histórica da Investigação sobre o Crime, 3
2. Transgressão e Delinquência, 9
3. Psicologia da Conduta Criminal, 11
  - 3.1 *Personal Interpersonal and Community-Reinforcement Theory (PIC-R)*, 12
4. Avaliação do Risco, 15
  - 4.1 *Risco e Necessidades Criminógenas*, 15
  - 4.2 *Avaliação do Risco e Intervenção*, 16
  - 4.3 *As Gerações da Avaliação do Risco*, 19
5. The Youth Level of Service/Case Management Inventory (YLS/CMI), 22
  - 5.1 *Apresentação e Descrição Breve*, 22
  - 5.2 *Crítica ao YLS/CMI*, 22
6. Estudos Empíricos de Avaliação do Risco, 23

**II – Metodologia, 32**

1. Objectivos do Estudo, 27
2. Hipóteses, 27
3. Amostra, 28
4. Instrumento, 28
5. Procedimentos, 30
6. Tratamento de Dados, 31
7. Apresentação dos Resultados, 31
8. Discussão dos Resultados, 41

**Conclusão, 48**

**Referências Bibliográficas**

**Anexos**

## RESUMO

As formulações sobre o fenómeno do crime foram acompanhando as ideologias que perpassaram pela história, considerando cada vez mais a sua multi-causalidade sócio-psicológica, bio-psicológica e psico-moral. Das várias teorias que conceptualizam este fenómeno, seleccionámos a Personal Interpersonal and Community-Reinforcement Theory (PIC-R) como referencial teórico de sustentação. A emergência da avaliação do risco está intimamente relacionada com a investigação do comportamento criminal e pode descrever-se em quatro gerações distintas, das quais se evidencia a última, a que pertence o Youth Level of Service / Case Management Inventory (YLS/CMI), instrumento utilizado neste estudo. Destaca-se ainda a importância desta avaliação na concepção de planos de intervenção personalizados mais eficazes. Objectivo: Esta investigação foi concebida com o propósito de avaliar perfis de risco em menores do sexo masculino que divergem na presença / ausência de medida de institucionalização durante o seu desenvolvimento psicossocial, bem como assinalar as necessidades interventivas mais evidentes. Método: Aplicámos o YLS/CMI a uma amostra de 56 adolescentes, 28 indivíduos institucionalizados (Grupo I) e 28 indivíduos não institucionalizados (Grupo NI). Resultados: O nível de risco global é significativamente superior no Grupo I, quando comparado com o Grupo NI. O primeiro apresenta ainda níveis de risco significativamente superiores nas sub-escalas de Contexto Familiar / Práticas Parentais; Educação / Emprego; Relação com os Pares; Tempos Livres e Personalidade / Comportamento, bem como um número significativamente superior de Factores de Protecção e de Outras Necessidades.

*Palavras-Chave:* Crime, Psicologia da Conduta Criminal, PIC-R, Risco e Necessidades Criminógenas, Avaliação do Risco, YLS/CMI.

## ABSTRACT

The formulations about the phenomenon of crime have been following the ideologies that have crossed the history, increasingly considering its socio-psychological, bio-psychological and psycho-moral multi-causality. Within the several theories that conceptualize this phenomenon, we have selected the Personal and Interpersonal Community-Reinforcement Theory (PIC-R) as theoretical support. The emergence of risk assessment is closely related to the investigation of criminal behavior and it can be described in four distinct generations, from which we highlight the latest one, to which belongs the Youth Level of Service / Case Management Inventory (YLS/CMI), the instrument used in this study. It is also emphasized the importance of the evaluation in the design of more effective customized intervention plans. Objective: This research was created in order to assess risk profiles of male minors that differ in the presence / absence of institutionalization measurement during their psychosocial development, as well as identify the more evident interventional needs. Method: We applied the YLS/CMI to a sample of 56 male adolescents, 28 individuals institutionalized (Group I) and 28 non-institutionalized individuals (Group NI). Results: The overall level of risk is significantly higher in Group I compared with Group NI. The first one also reveals significantly higher risk levels in the sub-scales of Family Circumstances / Parenting, Education / Employment, Peer Relations, Leisure / Recreation and Personality / Behavior, and also a significantly larger number of Strength Factors and Other Needs.

*Keywords:* Crime, Psychology of Criminal Conduct, PIC-R, Risk and Criminogenic Needs, Risk Assessment, YLS / CMI.

## INTRODUÇÃO

A história da humanidade locupleta-se de inúmeras abordagens sobre o crime dispostas não só pelos estudos rigorosos da ciência como também pelas interpretações triviais do senso comum. Assim, encontramos as mais variadas concepções da criminalidade nos livros, nos filmes, nas peças de teatro, nas músicas e, como não poderia deixar de ser, nas mais diversificadas investigações e artigos científicos (Carrilho, 2000).

Vejamos a apreciação de alguns autores como Platão que considerava o crime como sintoma de uma doença passional caracterizada pela ignorância e pela procura do prazer, ou Aristóteles que descrevia o criminoso como um inimigo da sociedade atribuindo à miséria, tal como S. Tomás, a causalidade do crime e da revolta. Já Morus encontrava no crime o reflexo da própria sociedade (Dias & Andrade, 1997).

Assistimos, por conseguinte, a uma constante evolução na conceptualização do crime, o que nos obriga a debruçar um pouco sobre o assunto. Explicar o fenómeno da criminalidade torna-se bastante complicado quando o próprio conceito é nebuloso, complexificando o processo de análise e significação, e adquirindo sentidos diferentes mediante as diversas áreas de saber.

Actualmente, a compreensão do fenómeno implica, pois, a integração das particularidades do acto e do actor, bem como das variáveis contextuais. A *Personal Interpersonal and Community-Reinforcement Theory* (PIC-R) é uma das teorias que conceptualizam o comportamento criminal, caracterizando-se pelo enfoque nas mutações inter e intra-individuais e pela combinação entre avaliação / intervenção. Nesse sentido, sugere a construção de instrumentos de avaliação baseados nos princípios do *Risk-Need-Responsivity Model* (RNR).

Outra questão bastante importante está relacionada com o risco e a previsão do risco de um sujeito poder vir a cometer delitos e, posteriormente, reincidir. Pois bem, as principais linhas de investigação forense sobre o crime na adolescência têm vindo, cada vez mais, a focalizar a importância destes conceitos para a redução do crime e para a intervenção eficaz junto dos seus actores, desenvolvendo para tal, instrumentos científicos que o tornem possível (Gossner, 2003). Estes instrumentos têm vindo a acompanhar as reformulações das teorias criminais e encontram-se já na quarta geração evolutiva.



O *Youth Level of Service / Case Management Inventory* (YLS/CMI) é um desses exemplos. Derivou do *Level of Service Inventory* (LSI) para adultos, incorporando a pesquisa e os desenvolvimentos que o sustentavam, e foi concebido por Don Andrews, Robert Hoge e Alan Leschied da *Universidade de Carleton*, em conjunto com a *Children's Services Branch to Community and Social Services* do Ministry of Community and Social Services de Ontario, e a *London (Ontario) Family Court Clinic*. Trata-se de um instrumento de avaliação de risco / necessidades combinado e integrado que pode ser administrado a populações gerais de menores ofensores (Hoge & Andrews, 1996a, 1996b, 2002).

Ao longo do tempo, vários estudos têm vindo a comprovar que o YLS/CMI é um preditor fiável da reincidência, independentemente das diferenças de género e/ou étnicas e da medida tutelar aplicada (Costigan, 1999; Jung & Rawana, 1999; entre outros). Uma investigação desenvolvida numa Unidade de Segurança, na Escócia, conclui que o instrumento não só é um bom preditor do recidivismo em menores de ambos os géneros, como ainda permite prever o risco futuro da adopção de condutas violentas em menores do sexo masculino (Hoge & Andrews, 2002).

Atendendo à escassez de estudos sobre o risco de delinquência em Portugal, a investigação que produzimos propõe-se avaliar perfis de risco em menores do sexo masculino que divergem nas condições experimentadas durante o seu desenvolvimento psicossocial. Para isso, utilizámos dois grupos distintos: sujeitos institucionalizados na Oficina de S. José do Porto e sujeitos não institucionalizados.

Esta dissertação está dividida em dois grandes capítulos: Revisão de Literatura, e Metodologia. No primeiro trataremos de apresentar uma breve perspectiva histórica da investigação sobre o crime, a teoria da psicologia criminal que sustentará o nosso estudo, a evolução e a preponderância da avaliação do risco, o instrumento que utilizámos, bem como alguns estudos empíricos sobre previsão de risco. Já no segundo capítulo, descreveremos a metodologia utilizada, mais especificamente, os objectivos propostos, as hipóteses colocadas, a amostra, o instrumento e os procedimentos utilizados, os métodos de tratamento de dados, os resultados encontrados e a respectiva discussão com base no referencial teórico exposto. Por fim, apresentaremos as conclusões deste estudo.

## REVISÃO DE LITERATURA

### 1. PERSPECTIVA HISTÓRICA DA INVESTIGAÇÃO SOBRE O CRIME

Ao longo da sua evolução, a criminologia acompanhou as ideologias que perpassaram pela história e que foram influenciando, de uma forma marcada, os investigadores nesta área, eventualmente mais do que noutras. As relações entre a criminologia e a ideologia foram evoluindo ao longo dos tempos, a título de exemplo, o Iluminismo reivindicou contra a *lei*; o positivismo quis reagir sobre o *delinquente*; a criminologia clássica americana pretendeu reformar a *sociedade*; já o interaccionismo quis modificar a *reação à delinquência* e a criminologia radical arriscou a contestação do *sistema social* (Dias & Andrade, 1997).

As primeiras formulações teóricas no âmbito da psicologia criminal consideraram as dimensões psicológicas e morais como factores determinantes da criminalidade, surgindo pela *Escola Sociológica de Antropologia Criminal* (Carrilho, 2000). Representada por Bentham (1748-1832) em Inglaterra e por Beccaria (1738-1794) em Itália, esta escola apresentou uma definição de crime atendendo, estritamente, aos critérios da lei criminal, que enfatizava aspectos como a natureza do crime, as suas consequências nas vítimas e a eficácia da punição dos ofensores. Estes autores enunciavam que o sujeito que cometia o acto tinha consciência da infracção, optando pela sua auto-gratificação em detrimento dos direitos dos outros, pelo que deveria ser punido de uma forma proporcional à natureza e gravidade do crime, independentemente do motivo. Para Beccaria, e em conformidade com as teorias clássicas, as pessoas praticariam delitos porque deles lhes adviria deleite, escolhendo cometê-los por livre vontade e razão. E por livre vontade entende-se responsabilidade individual, consciência do que se faz. De acordo com estes modelos, os conceitos de crime e desvio explicavam-se pelo paradigma causa-efeito. Conquanto, ao confinar a sua atenção no acto criminoso e nas propriedades do seu autor, estes criminologistas ignoravam formas análogas de comportamento em termos de reacção social e causalidade (Foucault, 1998).

Sob uma perspectiva racionalista ao serviço do hedonismo, os actos criminosos teriam subjacente a procura do prazer e o evitamento da dor; a diferença ou semelhança entre

criminosos consistiria na disparidade de modos com que conseguiriam transpor a lei para atingir os seus objectivos, enquanto as outras pessoas cumpriam fielmente as normas vigentes. De salientar que a escola clássica parte do pressuposto que todos os indivíduos partilham das mesmas oportunidades e da mesma capacidade de raciocínio na avaliação dos seus actos (Gottfredson & Hirschi, 1990; Matza, 1964). Actualmente, sabemos que os desejos e os objectivos individuais são condicionados por uma série de factores internos e externos, pelo que esta perspectiva pode reputar-se de reducionista e ultrapassada.

No séc. XIX, juristas e magistrados conduziram diferentes estudos sobre criminologia, investindo nos processos judiciais, nas funções policiais e na gestão dos criminosos no sistema prisional. No decorrer do mesmo século, as investigações que assentavam em perspectivas biológicas começaram a incluir gradualmente concepções sociológicas e psicológicas. O Movimento Positivista propôs-se investigar a natureza e as causas do crime, baseando-se no método experimental, e as representações esotéricas sobre a loucura dão lugar à aceção de doença mental, potenciando a gradual extinção dos tratamentos desumanos e cruéis a que eram submetidos os loucos. Ora, a imputação do crime à degenerescência e à insanidade moral permite, assim, defender a necessidade de tratamento do criminoso/delinquente. Paralelamente, Pinel atribui o crime a uma monomania, na sua obra *Des maladies mentales*, editada em 1839 (Carrilho, 2000). A introdução da visão positivista do crime como fenómeno social vai atrair psicólogos, psiquiatras, sociólogos e técnicos de enfermagem às investigações, que passam a valorizar o diagnóstico e o prognóstico. Hans Gross (1847-1915), um advogado austríaco, foi considerado, então, um dos pioneiros na investigação criminológica multifactorial ao ponderar as dimensões física, psicológica e médica. Ainda nesta linha, os estudos sobre a personalidade do criminoso, apontaram a existência de uma estrutura de personalidade criminal associada às condutas delituosas, o que, ainda hoje, se pode comprovar através da aplicação de testes periciais de avaliação da personalidade (Dias & Andrade, 1997).

Em Portugal, destacaram-se na escola positivista alguns autores como Basílio Freire, Júlio de Matos, Bernardo Lucas e Miguel Bombarda.

Neste período, começa também a levantar-se a questão da responsabilidade dos criminosos, relacionando-se a saúde mental com a responsabilidade de actos ilegais. E em 1954, nos Estados Unidos, ficou estabelecido “que uma pessoa não pode ser considerada responsável criminalmente se o acto ilegal cometido for considerado produto de uma perturbação mental” (Carrilho, 2000, p. 12).

A perspectiva orgânica, defendida por Cesare Lombroso (1836-1909), considerava que determinados sujeitos nascem criminosos e que isso se deveria a factores genéticos, inalteráveis, pelo que esses sujeitos seriam portadores de uma anomalia biológica. Este autor conduziu várias investigações para avaliar as características patológicas dos sujeitos, insistindo na ideia de que a criminalidade tinha uma base hereditária. Segundo Lombroso, os criminosos congénitos (*atavists*) possuíam traços físicos diferentes dos habituais e ainda perturbações mentais ausentes nos não-criminosos (Andrews & Bonta, 2006). Dessa forma, Lombroso reuniu inúmeras variáveis que permitiam distinguir da população geral os criminosos congénitos e os restantes criminosos. Através da classificação destes sujeitos, o investigador começou a elaborar previsões sobre os seus comportamentos bem como planos de intervenção para limitar o comportamento criminal. Esta teoria foi largamente criticada pelas questões metodológicas controversas (*e.g.*, a sua amostra era constituída por indivíduos encarcerados, de entre os quais alguns não eram necessariamente criminosos) (Barken, 1997), no entanto, constitui um exemplo do interesse remoto na identificação de criminosos e na previsão dos seus comportamentos criminais (Gossner, 2003). Os seguidores de Lombroso prosseguiram, igualmente, o postulado determinista e a rejeição da concepção de livre arbítrio, apesar das suas contendas: Lombroso defendeu as bases antropológicas no estudo criminológico, ao que Ferri contrapôs a importância das condicionantes sociológicas e Garófalo as variáveis psicológicas (Carrilho, 2000).

Por antítese à validade e aos limites das teses positivistas, e pondo termo à teoria lombrosiana e ao seu determinismo endógeno que, mesmo assim, ainda persiste em algumas teorias psicológicas e psiquiátricas, emergiram a teoria criminal e a antropologia (Dias & Andrade, 1997). Concomitantemente, surge a sociologia criminal instaurada por Durkheim, em 1893, que reintroduz um termo já utilizado no séc. XVI: *anomia*, ou ausência de normas, cujo apogeu se revelava nos períodos de grande instabilidade social. Segundo o autor, grande parte das necessidades humanas são, por natureza, ávidas e indeterminadas. Se bem que a insaciabilidade seja “um índice de morbidez (...), tendo em conta que nada limita as necessidades humanas, estas acabam sempre por ultrapassar os meios de que o indivíduo dispõe. Portanto, nada pode acalmá-las... uma sede inextinguível é um suplício que se renova perpetuamente” (*as cited in* Lisboa, 2008, p. 33). Desta forma, somente as necessidades limitadas poderiam ser satisfeitas e garantir a felicidade ao homem. Durkheim alegava ainda que só a sociedade possuiria o poder moral, a “autoridade que os indivíduos respeitam e diante da qual se curvam (...), [criando] uma autêntica regulamentação que, embora, nem sempre tenha uma forma jurídica, não deixa, por isso de

estabelecer com relativa precisão, o máximo de bem-estar que cada classe pode legitimamente ambicionar” (*as cited in* Lisboa, 2008, p. 34). E seria esta regulamentação social que permitiria manter as necessidades, desejos e aspirações das diversas classes sociais em níveis ditos adequados. Mais tarde, o sociólogo francês abordou a questão da normalidade e funcionalidade do crime, encarando o crime como fenómeno social e, simultaneamente, anti-social. Robert K. Merton também se debruçou sobre a teoria da anomia asseverando que “as pessoas vivem em estado de anomia substancial, quando não podem esperar como provável, que o comportamento dos outros se adeque aos padrões que normalmente consideramos legítimos” (*as cited in* Lisboa, 2008, p. 37). As asserções sobre o conceito de anomia feitas por Durkheim, em *The Division of Labor in Society* e em *Suicide*, e por Robert K. Merton em *Social Theory and Social Structure*, assumiram um papel de relevo, na medida em que explicavam várias formas de comportamento desviante na sociedade (Carrilho, 2000).

A criminologia socialista, baseada sobretudo em Marx e Engels, surgiu nos finais do séc. XIX procurando compreender o crime a partir da natureza da sociedade capitalista, acreditando na redução dos motivos para delinquir após a instauração do socialismo. Marx enfatizava o carácter intrinsecamente criminógeno do sistema capitalista, enquanto Engels atribuía as causas do crime à revolta ou às condições de miséria e desmoralização, denunciando a justiça da classe que aplicava desigualmente o direito. Ainda hoje, a controvérsia domina a discussão sobre estas perspectivas.

No início do séc. XX, verificou-se a expansão da criminologia americana com o aumento da produção científica, estreando-se, nos Estados Unidos, a prática da criminologia como profissão. Da mesma forma, foi fundado o *Journal of the American Institute of Criminal Law and Criminology* e a actividade académica nesta área prospera largamente. No período pós guerra e a par do desenvolvimento da sociologia do país, esta linha da criminologia reveste-se, sobretudo, de natureza sociológica. A escola americana reenvia o conceito de crime para a classe do comportamento desviante, dirigindo as suas investigações para a relação entre criminalidade e sociedade. De uma forma geral, considera o crime como uma forma de adaptação individual ou colectiva à realidade sócio-cultural envolvente. Esta ideia de sociedade intrinsecamente criminógena, viria até a suscitar algum interesse e simpatia nas criminologias socialistas (Dias & Andrade, 1997). A perspectiva criminológica americana foi concebida no seio da Universidade de Chicago e contou com autores como Sutherland no desenvolvimento de uma linha essencialmente ecológica que defendia o equilíbrio entre o Homem e o ambiente em que se desenrolam os

fenómenos sociais. Este investigador defendia que o comportamento criminoso aprendia-se por processos de interação e comunicação com o outro, no contexto fundamental do grupo. Mais, diria que os indivíduos que apreendem um padrão específico de conduta criminosa, tenderiam a associar-se mais entre si, estabelecendo *associações diferenciais*, em função do grau de proximidade. Estes princípios conduziram-no ao estudo evolutivo daquilo que designou por *carreiras desviantes*, cuja metodologia e conceptualização exerceu um enorme impacto sobre as linhas sociológicas e criminológicas de investigação. A sua axiomática do *white-collar crime* também permitiu a obliteração das concepções clássicas de que o crime seria exclusivo das classes mais desfavorecidas, levando a que os estudos criminológicos passassem a privilegiar as características globais do sistema social (Manita, 1998).

Posteriormente, surge o paradigma culturalista. Baseado no modelo psicanalítico e inspirado num modelo renovado de interpretação sociológica, procurou deslindar os processos de socialização e formação da personalidade. Sellin e Tannenbaum sobressaíram pela criação da *teoria do labeling*, ao acentuarem a ideia de que o crime traduz um conflito entre o sujeito e as definições sócio-culturais que, primeiramente, o rotulam e estigmatizam (Becker, 1963). Cohen representa outro marco da teoria culturalista e das teorias sociológicas, considerando a influência da sub-cultura delinvente na resposta colectiva (do *gang* de adolescentes) à frustração motivada pela não obtenção de status. Segundo o autor, para se edificar uma teoria da delinquência é preciso ter como ponto de referência a conduta delinvente. Mais tarde, Farrington segue a mesma linha declarando que, em criminologia, a variável dependente chave é o comportamento delinvente (Gossner, 2003).

Nos anos sessenta, dá-se uma transformação decisiva nas perspectivas de investigação em criminologia: o *locus* de atenção desloca-se para os sistemas de controlo, ou seja, o porquê de determinados sujeitos serem tratados como criminosos, qual a legitimidade dos que o fazem e quais as consequências que daí advêm. Destacam-se autores como Matza, Turk, Chambliss, Quinney, Lemert e Rosenbaum, cujos estudos deixam de incidir sobre o delinvente e o crime, para se focalizarem nos que efectuam a rotulagem do comportamento (Manita, 1998).

Ainda numa linha criminológica, para os desenvolvimentistas como Healy e Bronner, E. e S. Glueck, Bennett e Robins, West e Jessor, Jesness e Haapanen, Frechette e LeBlanc, o interesse prioritário na investigação aporta as etapas do *tornar-se criminoso*. “A delinquência é vista como um síndrome com carácter específico que possui uma existência

própria e que não é consequência de uma outra afecção” (Carrilho, 2000, p. 26). Neste seguimento, a delinquência escondida passa a ser encarada como o melhor revelador da delinquência autêntica, muito embora LeBlanc demonstre que, quer nas investigações em que se estuda a delinquência oficial, quer naquelas em que se considera a delinquência escondida, os resultados obtidos são convergentes, ainda que sejam importantes as diferenças de grau (Carrilho, 2000).

Nos anos setenta, destacaram-se três perspectivas criminológicas: a *teoria do labeling* (novamente), a etnometodologia e a criminologia radical, sendo que as primeiras já se teriam iniciado na década anterior. Becker edita a obra *Outsiders*, central para a *teoria do labeling*, onde se verifica uma forte influência do interaccionismo simbólico (Dias & Andrade, 1997). Acrescente-se que a etnometodologia sofre a influência da fenomenologia e dedica-se ao estudo da intersubjectividade do quotidiano. De acordo com este modelo, o crime constitui-se como uma construção social, que decorre na interacção entre o sujeito desviante e as instâncias de controlo (Foucault, 1999). Da criminologia radical destacam-se autores como Chambliss, Quinney, Taylor, Walton, Young e Foucault e, em Portugal, Boaventura Sousa Santos. Este último expande as premissas do interaccionismo no sentido oposto ao da etnometodologia e apresenta uma criminologia essencialmente marxista (Carrilho, 2000).

Para além das perspectivas apresentadas, ao longo do séc. XX, sucederam-se múltiplas teorias psicológicas sobre o crime assentes em modelos ou perspectivas já existentes como a psicodinâmica, que considerava a existência de agentes psíquicos na origem dos processos que despoletam o acto desviante, enfocando os aspectos mais subjectivos do indivíduo; ou as teorias psico-morais, que introduziram as variáveis psicológica e moral na discussão, relegando a dimensão biológica para segundo plano “ao defender que os criminosos não são seres marcados por uma constituição biológica específica, mas sim sujeitos com uma incapacidade psíquica e moral que lhes impossibilita uma vida social adaptada” (Carrilho, 2000, p. 14).

A vertente psico-moral institui-se, pois, definitivamente com De Greeff, que dá à investigação em delinquência uma orientação clara para os aspectos intrapsíquicos, ao investigar “o ponto de vista do delinquente sobre o seu acto e o processo da sua construção” (Agra, 2001, p. 91). Segundo Manita (1998), Debuyst segue a linha de investigação de De Greeff e propõe a análise da delinquência a partir da interacção entre três factores: “a posição que o sujeito ocupa na sociedade; os processos que daí resultam bem como as

características do contexto e as suas interacções múltiplas; e ainda as características da personalidade do indivíduo” (as cited in Manita, 1998, p. 60). A base desta perspectiva transfere-se então para o *processo* em si, para a rede interaccional que se desenrola num tempo e num espaço específicos, permitindo a contextualização da acção e revestindo-a de sentido. De Greef e Debuyst erigem, então, a *teoria do actor social*, declarando que o sujeito é o actor dos seus comportamentos e não um objecto de outras determinações, constituindo-se como “um ser criador de valores” (Manita, 1998, p. 61). De forma semelhante, Digneffe centraliza a dimensão ética dos valores e o desenvolvimento moral do indivíduo, dedicando-se ao estudo de três noções base e das relações entre elas:

- “1) A regra moral ou ética, entendida como a maneira como o sujeito se distancia, aceita ou rejeita o que lhe é apresentado como «permitido» ou «interdito», quer seja sobre a forma de lei ou regras sociais, ou então os valores «morais» veiculados pela cultura;
- 2) O vivido, entendido como referência à forma como o sujeito vê a regra e lhe atribui sentido; e a
- 3) Delinquência, considerada não somente como transgressão de uma regra, mas de forma mais vasta como solução que um indivíduo (ou um grupo) foi levado a adoptar ou a inventar para resolver os problemas com os quais é confrontado”.

F. Digneffe, 1989 (as cited in Manita, 1998, p. 61).

Esta autora sugere, então, um arquétipo teórico e metodológico que conceptualiza simultaneamente o sentido e o significado que se atribui à norma como resultado das relações sociais estabelecidas pelo indivíduo e não como simples produto do condicionamento das disposições sociais (Manita, 1998).

Ora, as teorias factoriais e diferenciais, a teoria dos traços da personalidade, as teorias comportamentais e cognitivas, bem como as teorias da auto-organização, também contribuíram para que, nos tempos actuais, o estudo sobre o crime, a delinquência, e mesmo sobre a transgressão não mais, nem apenas, se debruce sobre as estruturas anatómicas ou sobre os estigmas biológicos e morais, mas antes procure, de forma sistémica e transdisciplinar, entender os processos psicológicos funcionais específicos e diferenciadores, que potenciam uma melhor compreensão do sujeito e da sua trajectória delinvente (Santos, 1998; Agra, 1995).

## 2. TRANSGRESSÃO E DELINQUÊNCIA

Ao longo da história da investigação sobre o crime, foram sendo introduzidos novos conceitos, como é o caso da *transgressão* ou da *delinquência*.



Por definição, o termo *transgressão* refere-se à *transposição* desvalorizada de algo bem delimitado e, a partir do momento em que as ciências jurídicas veiculam o conceito para denominar a infração ou o incumprimento de uma norma legal, somos conduzidos para a ideia de que desobedecer à lei, ou transgredir, significa ir contra o que está instituído, o que confere uma conotação negativa ao conceito. Numa perspectiva psicológica, a transgressão não assume necessariamente uma valorização negativa, uma vez factor e condição de desenvolvimento psicológico e psicossocial em diversos níveis. Deve, então, ser considerada “como um elemento de modulação da acção ou, eventualmente, como processo de orientação existencial e função dos sentidos construídos pelos indivíduos” (Manita, 1998, p. 4).

A transgressão circunscreve, essencialmente, a propensão para a bipolarização da reacção social, e a perscrutação de causas e agentes comuns a toda a acção transgressiva. Se declinarmos sobre definições fundadas somente no interior do sujeito, estaremos a retirar-lhe a componente de interacção e de conexão às normas instituídas que o conceito implica. Por outro lado, se a procurarmos definir apenas a partir do exterior, já estaremos a anular a *subjectividade* e *significatividade* da acção transgressiva, duas das suas componentes centrais. Refira-se ainda que a transgressão só existe como tal para o sujeito quando este a intencionaliza conscientemente, pelo que isto nos remete para uma dimensão ética da acção e para a convicção da capacidade de significação da existência (Agra, 2001; Manita, 1998).

O conceito de *delinquência* é bastante complexo e adquire significados diferentes de acordo com a índole das abordagens efectuadas. Ao optarmos por uma definição estritamente legal de delinquência, recorrendo ao auxílio das leis e regulamentos decretados, estaremos a facilitar a investigação científica, tal que, neste campo, o conceito em trato surge como uma componente bem delimitada do comportamento humano que pode ser monitorizada e controlada. No entanto, esta perspectiva levanta uma questão: as definições que aqui se incluem analisam a delinquência como um fenómeno restringido às regras do código penal, aquela que é punida, sancionada - a delinquência identificada oficialmente, e não a delinquência abscondita, aquela que não chega aos tribunais (Manita, 1998). Por outro lado, aos que se dedicam especificamente à investigação da delinquência na adolescência, colocamos questões como: “quais os factores que facilitam ou determinam a implicação do adolescente no processo que o torna delinvente; como se desenvolve um processo de delinquência num adolescente; que tipo de adolescentes têm maior propensão para a delinquência, ou ainda, se existem diferentes formas de expressão da delinquência”

(Carrilho, 2000, p. 9). Todavia, só poderemos responder a estas questões quando antes conseguirmos delimitar o conceito da delinquência.

Actualmente, assume-se pois, que o pressuposto de que a conduta delinquente surge a par do desenvolvimento psicossocial do sujeito durante a adolescência, mas nem sempre esta ideia foi considerada tão basilar. Também é do conhecimento de todos que o indivíduo só passa a ser considerado delinquente a partir do momento em que é imputável (Gossner, 2003). No entanto, para que essa classificação possa ser feita, deve ainda considerar-se o contexto em que o comportamento delinquente ocorre, a biografia do seu autor e a finalidade com que foi praticado. A delinquência define-se pela execução de actos delinquentes e é o significado que lhe é atribuído que define o sujeito como delinquente ou não (Carrilho, 2000; Manita, 1998).

### 3. PSICOLOGIA DA CONDUTA CRIMINAL

Quando o comportamento criminal é objecto de estudo, colocam-se três questões pertinentes: porque alguns grupos são mais susceptíveis de cometer crimes do que outros?; porque o crime é mais prevalente numas áreas do que noutras?; e porque algumas pessoas cometem crimes e outras não? (Andrews & Bonta, 2006; Barken, 1997).

Ao longo da história algumas perspectivas sociológicas interessaram-se pelas duas primeiras questões, enquanto a psicologia e a biologia se interessaram pela última. Andrews e Bonta (2006) constataram que as asserções sociológicas, exceptuando a *Sutherland's differential association theory*, não apresentavam conclusões empíricas sustentadas, uma vez que a sociologia, como disciplina, não aceitava as contribuições da psicologia e a relevância das diferenças individuais na explicação do comportamento criminal. Estes autores foram ainda mais longe e declararam que a sociologia era uma disciplina anti-psicológica. Posteriormente, acrescentaram que os contributos da biologia tinham abandonado as considerações sociológicas baseando-se na persistência dessa mesma disciplina em resistir às explicações que culpam o indivíduo, e enfatizar demasiado a estrutura social e a própria sociedade como um todo.

Em 1997, Barken alegou que, embora a sociologia recorresse frequentemente a argumentos que ultrapassavam o próprio indivíduo na conceptualização da criminalidade, as teorias sociais demonstravam o interesse na inclusão de conceitos da psicologia (como seria exemplo, a *Sutherland's differential association theory*). Seria então necessário destruir o abismo entre as duas ciências, através de linhas conceptuais unificadas. Neste

sentido, Andrews e Bonta (2006), tentaram integrar diferentes disciplinas e construir uma teoria baseada nos factos empíricos alcançados pelas três abordagens (biologia, sociologia e psicologia).

### ***3.1 Personal Interpersonal and Community-Reinforcement Theory (PIC-R)***

Esta abordagem baseia-se em determinados valores e princípios e subentende o total respeito pela complexidade do comportamento humano e pela importância das diferenças individuais, resultando na necessidade de investigações holísticas para a compreensão do ser humano (Andrews & Bonta, 2006). Os autores aceitaram o conceito de estrutura social fornecida pelos sociólogos para explicar o comportamento criminal (*e.g.*, a etnicidade, o género, a classe social), mas também consideraram as contribuições da biologia e da psicologia (*e.g.*, desenvolvimento biológico, personalidade, cognição, história de comportamento). Assim, o comportamento criminal passou a ser discutido num plano multidisciplinar, tornando-se numa área especializada quer da criminologia, quer da psicologia humana.

Andrews e Bonta (2006) afirmaram que o objectivo da Psicologia da Conduta Criminal deve considerar as mutações (inter e intra-individuais) na delinquência e no comportamento criminal dos indivíduos. E deste entendimento empírico devem resultar aceções que permitam tanto prever comportamentos criminais futuros como desenhar planos de intervenção e tratamento eficazes. Baseados na ideologia da complexidade desses comportamentos, bem como na sua multiplicidade etiológica, estes autores propuseram uma teoria explicativa para o fenómeno em questão – a *Personal interpersonal and community-reinforcement theory* (PIC-R). Esta teoria é descrita pelos autores como uma “broad social learning perspective on human conduct” (*as cited in* Gossner, 2003, p. 22), cujos princípios de compreensão da conduta emergem, sobretudo, das teorias comportamentalistas e da aprendizagem social de comprovada eficácia na explicação do comportamento humano.

Tal como o nome sugere, a PIC-R considera factores de conhecimento pessoal, interpessoal e níveis comunitários, e assume-se como uma abordagem empiricamente dirigida para explicar o comportamento criminal, uma vez que analisa correlatos empíricos comprovados e organiza-os de forma racional e coerente. Andrews e Bonta comprovaram que “building theories on the basis of existing data may be characterized as ‘dustbowl empiricism’ the extreme. Limitations admitted, the radical empirical approach to building

theoretical understanding at least has the potential of organizing knowledge in a rational manner" (*as cited in* Gossner, 2003, p. 22). Segundo estes autores, os correlatos mais fortes acerca do comportamento criminal são as *atitudes anti-sociais*, a *associação com pares anti-sociais*, a *história criminal* e a *personalidade anti-social* (Andrews & Bonta, 2006), apelidados de *The Big Four*. Estes quatro constructos servem de base à investigação etiológica do comportamento criminal concomitantemente com os factores que se referem a diferenças individuais como a biologia, a família e a classe social (Hoge *et al.*, 1996). Seguidamente, apresentamos os princípios a considerar na análise do comportamento de acordo com esta teoria.

- “1. Occurrences of deviant and nondeviant behavior are under antecedent and consequent control.
2. Inter and intraindividual variations in the probability of occurrence of a given class of behavior (deviant and nondeviant) are due to variations in the signalled rewards and costs for that class of behavior.
3. The controlling properties of antecedents and consequences are acquired through the interaction of the person with the environment. The principles governing the acquisition, maintenance, and modification of the controlling properties of stimulus conditions include those of genetic and constitutional disposition and capability; biophysical functioning; cognitive functioning; human development; behavioral repertoire; state conditions; and respondent and operant conditioning, including observational learning, rule learning, symbolic control and role enactment.
4. Antecedents and consequences are of two major types: additive events (stimuli are introduced, extended or augmented) and subtractive events (stimuli are withdrawn, postponed or diminished).
5. Variations in the probability of occurrence of a given class of behavior are a positive function of the signaled density of the rewards for that class of behavior and a negative function off the signaled density of the costs for that class of behavior.
6. Antecedents and consequences arise from three major sources: 1) the actor (personally mediated events); 2) other persons (interpersonally mediated events); and 3) the act itself (non- mediated or automatic and habitual events).
  - a) The strength of personally mediated influence increases with a general predisposition toward high personal constraint, the availability of specific self-management elements such as problem solving and self-control skills, and when personal cognitions deviate from neutral. The direction of the influence depends upon the procriminal versus anticriminal nature of the cognitions. In brief, the chances of criminal behavior increase when personal attitudes, values, beliefs, rationalizations, identities, and cognitive-emotional sates are supportive of criminal behavior. The chances of criminal behavior decrease when cognitions are anticriminal. Personally mediated control is weakened when cognitions are neutral.
  - b) The strength of interpersonally mediated influence increases with adherence to the relationship and structuring principles. If the other is respected, and liked (and respectful and likeable), the effect of interpersonal influence is enhanced. The direction of the influence is determined by procriminal versus anticriminal nature of the other’s cognitions, expectations and behavior. A high-quality relationship with a person who is neutral toward crime will have an intermediate impact on criminal behavior.

c) Nonmediated influences are relatively automatic as a function of the act itself and primarily reflect a history of reinforcement for the target behavior. Through repeated associations of other stimulus events with reinforced behavior, the stimuli may also come to exert automatic control. Thus, for example, simply thinking of a significant other may influence the occurrence of behaviors preferred by the other. Movement from active and deliberate personally mediated control to automatic control will require careful and detailed plans of activity that are heavily rehearsed.

7. The magnitude of the effect of anyone signaled reward for any class of behaviors depends upon the signaled density of other rewards for that class of behaviors. Generally, the magnitude of the effect of anyone reward is greatest at some intermediate level of density, and the magnitude of the effect of anyone reward is diminished at the lowest and highest levels of density. Similarly, the magnitude of the effect of anyone cost for any class of behaviors is greatest at some intermediate level of density of costs.

8. Variations in the signalled rewards and costs for one class of behavior (deviant or nondeviant) may produce variations in the probability of occurrence in another class of behavior. The magnitude of the effect is a function of interconnecting contingencies and schedules for deviant and nondeviant behavior. The rewards for nondeviant behavior approach their maximum impact on the chances of deviant behavior under the following conditions:

- a) when and where relatively noncostly and nondeviant behaviors produce a relatively high density of rewards, including rewards similar to those produced by deviant behavior;
- b) when and where the costs for deviant behavior include a reduction, postponement, omission or interruption in the delivery of those rewards produced by nondeviant behavior; and
- c) when and where nondeviant behavior is incompatible with deviant behavior.

9. Variations in the probability of occurrence of any given behavior within each of the deviant and nondeviant classes of behavior may be understood or produced by the application of the preceding principles to that specific behavior.

10. Historical, geographical and political-economic factors influence individual behavior primarily by way of contingencies that they produce within settings and communities. For example, physical, environmental, and cultural variables, and the structure of social systems influence individual behavior through the reward-cost contingencies they maintain within the settings.

11. Two basic dimensions for the analysis of the effects of systems on the deviant and nondeviant behaviors of its members are the normative and the control dimensions. The normative dimension includes behavioral prescriptions and proscriptions and their distribution according to one's position within the system. The control dimension includes the visibility of normative and deviant behavior to persons who control resources (including potential rewards and costs); the quantity, variety, quality and magnitude of potential rewards and costs; the immediacy, frequency and regularity with which rewards and costs are delivered; and the maintenance of interconnecting contingencies for deviant and nondeviant behavior. In the context of interpersonal interactions we are referring again to the relationship and structuring dimensions of interaction.

12. The predictability of behavior and its amenability to influence increase with individualized assessment of the signaled reward/cost contingencies.

13. The human and social value of any perspective on human conduct is in some part a function of predictive efficiency and the ability to influence events. For the most part, its practical value is a function of ethical, legal, and humane applications”.

*D. A. Andrews e James Bonta (2006, p. 141-142)*

De acordo com a PIC-R, todos os comportamentos são aprendidos de forma semelhante, *i.e.*, o comportamento criminal aprende-se da mesma forma e é dirigido pelos mesmos princípios que os comportamentos não-criminais. Este modelo também considera que todos os comportamentos obedecem a factores antecedentes e consequentes e correspondem a mutações inter e intra-individuais bem como às variações das recompensas e das punições provocadas por comportamentos específicos. Estas contingências polarizadas são influenciadas largamente pelas estruturas sociais (como a economia, a cultura, a política). Consequentemente, as causas e as consequências surgem de quatro fontes: do próprio indivíduo; de outras pessoas; do próprio acto; e de outros aspectos relacionados com a situação (Andrews & Bonta, 2006). Uma das premissas mais importantes desta teoria prende-se com a densidade do reforço (número, variedade, qualidade e magnitude do reforço na imediaticidade, frequência e regularidade com que é aplicado). Finalmente, o impacto físico, cognitivo e desenvolvimental das diferenças individuais e, por sua vez, a preponderância que estes têm no *locus* de controlo do indivíduo são de extrema importância (*e.g.*, a interacção com o meio ambiente é mediada pelas competências cognitivas (Bonta, 2002; Hoge *et al.*, 1996). Ou seja, um indivíduo com baixas capacidades cognitivas vai interagir de forma diferente com o meio ambiente e assim experienciar diferentes densidades de reforço comparando com um outro indivíduo com capacidades superiores (Andrews & Bonta, 2006). Os pressupostos desta teoria parecem, assim, reflectir algumas contribuições do behaviorismo radical, da aprendizagem social e da associação diferencial. Mais ainda, remetem-nos para conceitos da psicologia geral, da sociologia e da biologia (Young, 2009; Gossner, 2003). De uma forma geral, esta abordagem do comportamento criminal pode ser descrita como integrativa e interdisciplinar, constituindo-se como referencial teórico de referência para esta investigação.

## 4. AVALIAÇÃO DO RISCO

### 4.1 *Risco e Necessidades Criminógenas*

De acordo com Upperton e Thompson, a avaliação dos riscos e das necessidades dos jovens infractores converteu-se numa prática comum em vários domínios da justiça juvenil

tornando essencial a compreensão dos conceitos de risco e necessidade (Young, 2009). Com efeito, os juízos sobre factores de risco e necessidades servem de base para importantes decisões que envolvam os jovens não apenas no âmbito dos sistemas de justiça juvenil, mas também na saúde mental infantil e adolescente e nos serviços sociais (Kemshall, 2008; Worling & Langstrom, 2003). Embora seja razoável assumir que existe um entendimento comum de risco entre os vários sectores, Raynor e seus colaboradores advertem que, na realidade, podem ocorrer diferentes compreensões dentro do mesmo sector (Young, 2009).

Os *factores de risco* surgem classificados na literatura em duas categorias: factores estáticos e factores dinâmicos (Borum, 2003). Os primeiros referem-se àqueles que são históricos e que não mudam com o tempo (*e.g.*, idade aquando do primeiro delito, género, história prévia de delitos). Já os segundos são tipicamente factores individuais, sociais ou contextuais que estão em constante mutação (*e.g.*, atitudes, crenças, consumo de substâncias, grupo de pares). Os factores dinâmicos também são frequentemente designados de *necessidades criminógenas* (Hoge & Andrews, 1996c), por sua vez, directamente relacionadas com o acto de ofender (Stephenson, Giller & Brown, 2009; Ashford, Sales & Reid, 2001).

O uso do termo *necessidades criminógenas* tem sido várias vezes questionado, dado que não se lhe é atribuída a significação real da palavra *necessidade*. Não obstante, a sua utilização acaba por sugerir que o jovem carece de uma intervenção, e reforçar a ligação entre a avaliação do risco e as intervenções subsequentes. Esta é uma questão de extrema importância, dado que os técnicos que trabalham com os jovens infractores devem efectuar a gestão de risco e o planeamento da reabilitação de uma forma integrada (Farrow, Kelly & Wilkinson, 2007). Andrews e Bonta (2006) chegam mesmo a referir que esta avaliação combinada do risco e das necessidades aprimora a capacidade de previsão sobre quem é mais susceptível de ofender e descreve de forma mais realista as áreas em que devem incidir as intervenções para reduzir o risco.

#### 4.2 Avaliação do Risco e Intervenção

Na década de 90, a avaliação de risco passou a ocupar um papel mais relevante no âmbito da justiça criminal, reflectindo a demanda política de estratégias para prevenir sobretudo a criminalidade mais grave e reduzir a reincidência. Embora o risco de *self-harm* e a necessidade de vigilância, questões que dominaram os debates na década de 80,

continuam a ser preocupações pertinentes e importantes, em 1990 o risco de reincidência e o risco de dano grave (para as potenciais vítimas) tornaram-se questões muito mais significativas, inclusive na justiça juvenil. Com efeito, o risco passa a ser identificado como um atributo dos delinquentes (Robinson, 1996), ou pelo menos como factor presente na relação entre os criminosos e determinadas situações e contextos. Todavia, o risco de reincidência refere-se, sobretudo, à probabilidade de ocorrência de um crime, enquanto o risco de dano grave se refere às sequelas produzidas pelo crime (Stephenson *et al*, 2009).

A ênfase actual da avaliação de risco nasceu da influência ideológica e das inúmeras investigações que reconheciam a importância da reabilitação, assim desafiando a doutrina do *nada funciona*, dominante no Reino Unido e em outros países, por volta dos anos 80. Este novo movimento de *o que funciona* tem sido altamente influente e é creditado por alguns analistas que procuram o ressurgimento do conceito de reabilitação (Ward & Maruna, 2007). Grande parte deste trabalho foi conduzida por investigadores do Canadá, através da utilização de técnicas meta-analíticas que, aparentemente, permitiram identificar um número considerável de *efeitos do tratamento* e, conseqüentemente, sugerir formas promissoras para reduzir o número de ofensas. Estes estudos basearam-se, sobretudo, em abordagens psicológicas para a compreensão do comportamento delituoso. De um modo mais particular, o trabalho desenvolvido por Andrews e Bonta (2006) que resultou numa teoria sobre o acto de ofender, foi mais além, procurando a integração dos factores sociais estruturais com as características cognitivas e de personalidade em modelos de tratamento.

O modelo que emergiu dos estudos conduzidos no Canadá é conhecido como *Risk-Need-Responsivity Model* (RNR), e contém os três princípios básicos da reabilitação, mais recentemente, completado por um quarto princípio, discrição profissional. São eles:

“The Risk Principle – suggests that those with higher levels of risk of re-offending (usually measured via reconviction) require higher levels of service. This suggests the need to identify the match between levels of risk posed by offenders with the amount of treatment they receive.

The Need Principle – suggests that programmes should target criminogenic needs (that is, those needs that are correlated with reconviction).

The Responsivity Principle – suggests the need for [delivery] of treatment programs in a style and mode that is consistent with the ability and learning style of the offender”.

*D. A. Andrews e James Bonta, 1998 (as cited in Young, 2009, p. 6)*

Andrews e Bonta (2006) sugerem que o sucesso das intervenções de reabilitação dos infractores preconizadas pelo RNR deve basear-se em seis princípios fundamentais, devem: ter uma orientação cognitivo-comportamental; ser altamente estruturadas e estabelecer



claramente objectivos e metas; ser executadas por pessoal treinado; considerar a integridade do tratamento; estruturar-se com base em manuais; e ser realizadas dentro das instituições ou organizações empenhadas no ideal de reabilitação.

O modelo RNR foi recentemente submetido a um exame simpático, mas escrutinado, por Ward e Maruna (2007). Estes autores reconhecem que a força do modelo assenta na sua derivação de estudos empíricos, e elogiam a abordagem baseada em evidências sobre a qual são estruturadas a avaliação e a intervenção. No entanto, acrescentam que o desenvolvimento incompleto do modelo teórico como abordagem para a reabilitação do infractor pode conduzir a práticas demasiado focalizadas no papel dos factores de risco na génese de actos criminosos, não orientando os profissionais acerca do real modo de funcionamento desses mesmos factores (individualmente, em interacção com os outros e, em interacção com outras influências contextuais e situacionais) na origem da ofensa.

Essencialmente, Ward e Maruna (2007) sugerem que estes factos limitam os profissionais na gestão dos *clusters* dos factores de risco que os infractores apresentam. Mais, dizem até que é contraproducente, dado que pode prejudicar a motivação dos infractores na mudança e o desenvolvimento da *aliança terapêutica*. Bem, mas é importante referir que as críticas destes autores não representam uma rejeição *per se* do modelo RNR, pelo contrário, pretendem incentivar os seus criadores a aperfeiçoá-la.

Catchpole e Gretton (2003) referem que a avaliação do risco e a intervenção são processos complementares que permitem identificar factores de risco para os jovens (avaliação de risco) e resolver estas questões (intervenção). Para além disso, a avaliação do risco é o primeiro passo na gestão do processo de jovens infractores na justiça juvenil, e deve sempre vincular-se à reabilitação (Farrow *et al*, 2007).

Olver, Stockdale e Wormith (2009) arguem que a gestão de casos de reincidência através da prevenção e tratamento eficaz é a finalidade última da avaliação do risco. O planeamento da intervenção só pode ocorrer quando os técnicos dispõem de métodos e instrumentos fiáveis para identificar o nível de risco e as necessidades de um jovem, tal que somente o processo de avaliação permite a compreensão diferenciada de um indivíduo (Young, 2009). Outro dos benefícios está relacionado com o facto dos instrumentos de avaliação do risco poderem ser utilizados para analisar a mudança e acompanhar os progressos das intervenções, ainda que, porém, alguns autores aleguem que o risco avaliado não serve para guiar a intervenção (Sutherland, 2009).

Roberts e seus colaboradores constataram que os profissionais vêm, frequentemente, a conclusão das avaliações de risco como acessórios isolados de trabalho e não relacionados a outras tarefas, tais como elaboração de relatórios, análise de progressão ou planeamento da intervenção (Roberts, Baker, Jones & Merrington, 2001). A avaliação serve, de facto, de base para um planeamento eficaz da intervenção, mas a *avaliação do risco* é apenas um dos seus componentes (Young, 2009).

A separação entre a avaliação e a intervenção pode ser anulada se os profissionais se esforçarem em produzir os melhores resultados possíveis para os jovens que entram em conflito com a lei (Burman, Armstrong, Batchelor, McNeill & Nicholson, 2007). Assim, a avaliação global dos riscos e das necessidades orienta o desenvolvimento de um programa de intervenção individualizado para o jovem, em vez de esperar que seja este a adaptar-se a um programa global estandardizado.

Cann, Falshaw e Friendship (2005) sugerem que a prossecução do programa interventivo é um factor chave para o sucesso da reintegração e da redução significativa da reincidência. A motivação para a mudança do comportamento ilícito pode ser um factor contributivo, mas a capacidade dos jovens para participar em intervenções, pode igualmente constituir-se como recurso. Por exemplo, Davies e seus colaboradores constataram que as exigências de muitos programas de alfabetização de jovens infractores requerem competências excessivas e que, alguns profissionais, têm dificuldade em ajustar os programas para acomodar as necessidades dos jovens, o que pode conduzir ao seu afastamento (Young, 2009). Além disso, esta população possui elevados níveis de défice intelectual (O'Reilly & Hayes, 2007) e dificuldades de linguagem (Bryan, Freer & Furlong, 2007) tornando evidente a necessidade de personalização das intervenções a cada jovem em particular. Caso contrário, estaremos a desperdiçar tempo e recursos.

A avaliação dos riscos deve, por conseguinte, integrar o processo de avaliação global dos jovens, no sentido de garantir que sejam criadas e oferecidas todas as oportunidades possíveis aos jovens para participarem em intervenções que melhorem, de facto, os seus resultados.

#### 4.3 *As Gerações da Avaliação do Risco*

A emergência da avaliação do risco está intimamente relacionada com a investigação do comportamento criminal. As informações que se recolheram na identificação de características preditivas desse tipo de comportamento foram rapidamente enfatizadas ao

longo do desenvolvimento de métodos classificativos para os ofensores relacionados com o risco de comportamento criminal e recidivismo. Consequentemente, e na tentativa de organizar a inúmera investigação na área da previsão e avaliação do risco, foi introduzido o conceito de gerações (Harland, 1996). E muito embora Wormith (2001) advertisse que este sistema de classificação seria reducionista e implicaria um processo de desenvolvimento, a organização em torno das gerações permite encontrar algum sentido na história de avaliação do risco. Os instrumentos de avaliação do risco têm vindo a ser desenvolvidos de acordo com quatro categorias: primeira, segunda, terceira e quarta gerações de instrumentos que avaliam o risco (Andrews & Bonta, 2006). A primeira envolve uma colecção de informações acerca do indivíduo e é frequentemente referida como julgamento clínico. Geralmente estas informações são recolhidas através de entrevistas com o cliente e outras pessoas significativas (*e.g.*, pais, outros cuidadores, professores, empregadores e outros técnicos próximos deles). Após a interpretação dos resultados, puderam-se retirar algumas conclusões e efectuar recomendações acerca do que a intervenção poderia contemplar. Apesar destes dados terem sido recolhidos através de métodos úteis e significativos, também podem representar preconceitos pessoais, na medida em que só foram consideradas e interpretadas as informações seleccionadas pelo investigador.

Dada a natureza subjectiva da primeira geração de avaliação do risco, as conclusões sobre os sujeitos que reincidiriam baseavam-se, fundamentalmente, na relação cliente/clínico, tornando os conhecimentos sobre o comportamento criminal mais empíricos do que propriamente comprovados cientificamente (Harland, 1996). Dessa forma, o mesmo sujeito poderia apresentar diferentes níveis de risco mediante a avaliação de técnicos diferentes. Em termos históricos, esta primeira linha de avaliação foi utilizada por indivíduos que trabalhavam com ofensores e reflecte, frequentemente, a *opinião emocional* criada através do conhecimento prévio dos sujeitos. A teoria do desenvolvimento e da etiologia das condutas criminais, e a subsequente investigação sobre o incremento da eficácia dos métodos de avaliação do risco mais actuais comparando com a anterior previsão clínica, abriram caminhos mais objectivos para a compreensão deste fenómeno, conduzindo à segunda e terceira gerações de psicometria nessa área (Gossner, 2003).

Assim, pode dizer-se que a segunda linha metodológica já implicava a utilização de instrumentos objectivos que demonstravam um excelente potencial preditivo e uma evolução demarcada em relação à primeira geração. No entanto, a sua fraqueza assentava no facto de que apenas poderiam ser avaliadas as dimensões estáticas do indivíduo, *i.e.*, dimensões que não sofriam alterações ao longo do tempo (Harland, 1996), o que, por sua

vez, considerava o risco como algo igualmente estático, que nunca sofreria variações (Harland, 1996; Gabor, 1986). Mais tarde, esta geração produziu informações classificativas, a partir das quais poderiam ser tomadas decisões acerca do tratamento e da supervisão. Finalmente, pode dizer-se que a avaliação preconizada era atórica uma vez que o seu desenvolvimento não estava fundamentado por uma linha ideológica (Andrews & Bonta, 2006).

A terceira geração dedicada à avaliação do risco colmatou as falhas da anterior ao incluir a análise das variáveis dinâmicas (*e.g.*, a dinâmica familiar, a relação com os pares, a estabilidade no emprego). Os factores dinâmicos de risco também foram designados de necessidades criminógenas e definem-se como as variáveis mutáveis que, quando consideradas no plano de intervenção, podem atenuar a inevitabilidade do comportamento criminal futuro. Do mesmo modo, o enfoque no carácter mutável destas dimensões provoca variações nos níveis de risco de um sujeito. Ao contrário da geração anterior, esta destaca-se pela fundamentação numa linha teórica (Andrews & Bonta, 2006). Por outro lado, as contrariedades associadas às ferramentas de terceira geração requeriam alterações no horário dos trabalhadores (devido à sua maior complexidade), promoviam conflitos relacionados com o equilíbrio entre a compreensão e a acurácia preditiva dotada de utilidade e brevidade, implicavam a reintrodução de elementos de julgamento profissional, questões de coerência e predisposição e, ainda, despertavam preocupações sobre a capacidade dos instrumentos para abordar questões de género e diversidade (Roberts *et al.*, 2001).

Tal como esta última, a quarta geração de instrumentos de avaliação de risco é baseada na evidência sobre *o que funciona* em intervenções com jovens infractores (Burnett & Roberts, 2004). Mas em vez de simplesmente preverem problemas, estes propendem já para a reunião sistemática de informações sobre a história de um delinquentes com o objectivo de desenvolver um plano de tratamento adequado. Esta nova abordagem é conhecida como um julgamento clínico estruturado, baseia-se na avaliação efectuada por pessoas treinadas e com competências adequadas e apoia uma abordagem multidisciplinar sobre cada indivíduo em particular (Bonta, 2002). A quarta geração enfatiza, assim, a relação estreita entre a avaliação e a intervenção, o que implica muito mais do que prever o nível de risco e alvejar as necessidades criminógenas. “It also acknowledges the role of personal strengths in building a prosocial orientation, the assessment of special responsivity factors to maximize the benefits from treatment interventions, and the structured monitoring of the case from the beginning of supervision to the end” (Andrews & Bonta, 2006, p. 292). Um exemplo de

instrumento desta geração é aquele que aplicámos neste estudo – o *Youth Level of Service / Case Management Inventory* (YLS/CMI).

## 5. THE YOUTH LEVEL OF SERVICE/CASE MANAGEMENT INVENTORY

### 5.1 Apresentação e Descrição Breve

O *Youth Level of Service / Case Management Inventory* (YLS/CMI) derivou do *Level of Service Inventory* (LSI) para adultos, incorporando a pesquisa e os desenvolvimentos que o sustentavam. Foi concebido por Don Andrews, Robert Hoge e Alan Leschied da *Universidade de Carleton*, em conjunto com a *Children's Services Branch to Community and Social Services* do Ministry of Community and Social Services de Ontario, e a *London (Ontario) Family Court Clinic* (Hoge & Andrews, 1996a, 1996b, 2002). Trata-se de um instrumento combinado e integrado de avaliação de risco / necessidades que se baseia nos princípios da Psicologia da Conduta Criminal, e que pode ser administrado a populações gerais de menores ofensores. Para além disso, permite destacar as áreas mais relevantes de intervenção a fim de reduzir o risco do comportamento delinvente (Andrews & Bonta 2006; Gossner, 2003; Hoge & Andrews, 1996a, 1996b, 2002).

De uma forma sintética e integrativa, o YLS/CMI representa uma amálgama de previsão do comportamento criminoso com o objectivo de definir a gestão de processos (questões relacionadas com o tratamento). É composto por 7 partes: Avaliação do Risco e das Necessidades; Sumário dos Riscos e de Necessidades; Avaliação de Outras Necessidades / Considerações Especiais; Avaliação do Risco Geral do Cliente / Nível de Necessidades; Nível de Contacto; Planeamento de Gestão do Caso; e Revisão do Planeamento de Gestão do Caso.

### 5.2 Crítica ao YLS/CMI

Hoge e Andrews (1996c) enumeram várias vantagens deste instrumento, começando por dizer que o YLS/CMI providencia uma avaliação bastante ampla dos factores associados à criminalidade juvenil. A selecção dos itens associados foi baseada numa revisão da literatura teórica e empírica sobre as causas da criminalidade juvenil. O inventário fornece informações directas sobre as necessidades do jovem e sobre as áreas em que deve incidir a intervenção. Paralelamente, pode funcionar como uma base sistemática para a recolha de dados relevantes para circunstâncias agravantes ou atenuantes. Por último, as informações

detalhadas sobre os jovens e os contextos em que está inserido podem ser bastantes valiosas do ponto de vista de gestão de informação.

Para além dos próprios autores deste instrumento, foram vários aqueles que procuraram deslindar as vantagens e desvantagens deste instrumento. Com efeito, alguns investigadores do Canadá comprovaram a fiabilidade preditiva do YLS/CMI para alguns resultados, ao que uma unidade escocesa de segurança veio acrescentar que não só é um bom preditor do recidivismo em menores de ambos os géneros, como ainda permite prever o risco futuro de adopção de condutas violentas em menores do sexo masculino (Hoge & Andrews, 2002). Já Burman e seus colaboradores verificaram que a grande maioria dos técnicos consideravam o YLS/CMI como “systematic, tried and tested, quicker to complete than Asset and able to constructively inform the subsequent action plan” (Burman *et al*, 2007, p. 81). Todavia, referiam igualmente que o instrumento não potenciava a confiança e a colaboração dos jovens, tinha um estilo específico que poderia resultar numa mentalidade de *tick box*, não permitia a diferenciação de tipos e níveis de gravidade do acto e não tinha uma secção distinta para avaliar o *risco de provocar danos*.

Como qualquer avaliação de risco de base ampla, o YLS/CMI pode ainda revelar outras deficiências, dependendo das informações recolhidas sobre o jovem através de entrevista clínica e observação, bem como da revisão de arquivos e informações fornecidas por outros instrumentos de avaliação (Young, 2009). A qualidade dos resultados vai depender da qualidade das informações disponíveis e da precisão com que são processadas. Com efeito, é essencial que os técnicos que pretendam administrar este instrumento recebam instrução e apoio especializados para que o possam fazer da forma mais eficaz possível (Holsinger, Lowenkamp & Latessa, 2006). Para além disso, o YLS/CMI foi concebido para ser revisto a cada seis meses, o que só permite valorizá-lo, ou não considerásemos as mudanças evolutivas que ocorrem durante a adolescência (Schmidt, Hoge & Gomes, 2005).

## 6. ESTUDOS EMPÍRICOS DE AVALIAÇÃO DO RISCO

Num estudo de levantamento histórico e empírico, os Glueck (1950), investigaram as causas da delinquência através da utilização de variáveis ambientais e pessoais, numa amostra constituída por 500 jovens delinquentes e 500 jovens não delinquentes provenientes de bairros semelhantes. Os autores do estudo identificaram tipos de temperamento, atitudes, cognições, tipos de relações familiares, e circunstâncias ambientais como factores preditores do comportamento criminal nos jovens. Em 1957, os Glueck

identificaram ainda algumas características criminógenas como o funcionamento familiar, os problemas pessoais e comportamentais na escola, a idade em que começaram a surgir os primeiros comportamentos anti-sociais e em que foram detidos pela primeira vez, como factores que predizem o recidivismo (Gossner, 2003).

Em 1989, Farrington e seus colegas, realizaram um estudo empírico sobre preditores prematuros da agressividade nos adolescentes e da violência nos adultos, chegando à conclusão que os dois possuem atributos semelhantes, tal que os criminosos adultos iniciam a sua carreira em idades precoces (Farrington, 1991). Mais tarde, acrescentaram que a criminalidade é transmitida ou está particularmente concentrada em determinadas famílias, dado que os seus membros compartilham e experienciam uma multiplicidade de factores de risco, como a genética, a pobreza, o ambiente familiar, as crenças e o contacto com modelos desviantes (Farrington, Jolliffe, Loeber, Stouthamer-Loeber & Kalb, 2001).

Loeber e Dishion (1983) analisaram e sintetizaram vários estudos sobre delinquência realizados entre 1962 e 1980, com o objectivo de estudar as bases etiológicas da delinquência e identificar características preditivas do recidivismo. Baseados nas suas descobertas, estes autores categorizaram e ordenaram as variáveis preditivas da delinquência em quatro áreas: 1) medidas compostas de gestão familiar (e.g., funcionamento global da família, supervisão parental); 2) comportamento (e.g., mentir, roubar); 3) comportamento criminal ou anti-social de outros membros familiares; e 4) baixos resultados académicos. Constataram ainda que o funcionamento familiar e o nível educacional não estavam presentes na literatura enquanto factores preditivos do segundo, alertando para a importância da identificação tanto dos factores pessoais como dos ambientais no estudo do recidivismo (Loeber & Dishion, 1983).

Durante a evolução da psicologia criminal, a meta-análise começou a tornar-se indispensável para a interpretação da literatura, uma vez que transforma os resultados de vários estudos em estatística comum de maior relevância (atendendo ao tamanho da amostra), permitindo estabelecer melhores comparações (Bonta, Law, & Hanson, 1998). Segundo Lipsey, este método permite o desenvolvimento de grandes linhas de conhecimento a partir de investigações que partilham áreas de interesse (McGuire, 1995).

Assim, Gendreau, Little e Goggin (1996) efectuaram a meta-análise de 130 investigações num estudo preditivo do recidivismo adulto. As variáveis foram agrupadas em grupos estáticos e dinâmicos, em que as variáveis individuais emergiram primeiramente em oito domínios. Deste modo, os autores categorizaram as variáveis estáticas como: idade

/ género / raça, história criminal, factores familiares, funcionamento intelectual e estatuto socio-económico; e as variáveis dinâmicas como: factores de necessidade criminógena, resiliência e desenvolvimento social. Os resultados indicaram que tanto os factores estáticos como os dinâmicos assumiam um papel significativo na previsão do recidivismo (Gossner, 2003). Foi ainda possível identificar a história criminal e as necessidades criminógenas como os factores mais fortes para essa função. Este estudo reforçou a importância da inclusão das variáveis dinâmicas em estudos de risco do recidivismo, no duplo sentido de aumentar a eficácia preditiva dos instrumentos utilizados e melhorar as estratégias de intervenção na gestão e redução do risco (Gendreau et al., 1996).

Já Cottle, Lee e Heilbrun (2001) meta-analisaram vários estudos que focavam os jovens e os factores preditivos do recidivismo nesta população, identificando 22 estudos que preenchiam os seus critérios. Tendo por base os estudos anteriores, estes investigadores dividiram os factores preditivos dos vários estudos em oito grupos: informação demográfica, história de delitos, factores familiares e sociais, factores educacionais, pontuações de testes estandardizados, história de consumo de substâncias, factores clínicos e avaliação formal dos riscos. No entanto, estes autores não investigaram o poder de previsão das oito categorias como compósitos ou grupos estáticos e dinâmicos como foi feito em estudos anteriores (Gossner, 2003).

Historicamente, as teorias do comportamento criminal têm-se baseado em investigações sobre descendentes europeus, ofensores do sexo masculino. Quando muito, alguns estudos incluíram uma amostra muito reduzida de ofensores do sexo feminino. Diversos investigadores chegaram mesmo a questionar a relevância da utilização de amostras europeias masculinas na criação de teorias sobre o crime e, subsequentemente, de instrumentos de avaliação de risco, quando se fala do sexo feminino e dos ofensores das Primeiras Nações (Hann & Harman, 1992; Chesney-Lind, 1997; Funk, 1999). Outros relataram que os factores conducentes ao comportamento criminoso geral não diferem estatisticamente em termos de raça e de género (Bonta, 1989, Bonta, Lipinski, & Martin, 1992; Rantakallio, Myhrman, & Koiranen, 1995; Simourd & Andrews, 1994; Steffensmeier & Allen, 1996) e que os instrumentos de avaliação de risco predizem o recidivismo em ambos os géneros e em diferentes grupos étnicos (especificamente indivíduos descendentes das Primeiras Nações) da mesma forma (Bonta, LaPrairie, & Wallace-Capretta, 1997; Ilacqua, Coulson, Lombardo, & Nutbrown, 1999; Jung & Rawana, 1999).



A construção do YLS/CMI despoletou o interesse em vários investigadores que procuram atestar a sua capacidade de previsão, quer do comportamento delinquente, quer da reincidência. Por exemplo, em 1996, Jung comparou um grupo de estudantes universitários que nunca tiveram contacto com a justiça como um grupo a que fora aplicada medida tutelar educativa. Os resultados permitiram encontrar totais e sub-totais relativos ao risco/necessidades significativamente superiores nos indivíduos ofensores (cited in Jung & Rawana, 1999).

Jung e Rawana (1999) compararam um grupo de indivíduos que reincidiram no período de seis meses após a aplicação de uma medida tutelar com um grupo de indivíduos que não reincidiram. Os resultados obtidos no YLS/CMI permitiram encontrar níveis de risco significativamente superiores nos reincidentes em relação aos indivíduos que não reincidiram, concluindo que o inventário revela uma capacidade preditiva significativa da reincidência apesar das diferenças de género e raça (Jung & Rawana, 1999).

Schimdt, Hoge e Robertson (2002) avaliaram 114 indivíduos de ambos os sexos, reportando uma taxa de precisão de 57% na predição da reincidência geral e uma taxa de precisão de 56% na predição da reincidência de crimes graves.

Rowe (2002) avaliou o poder preditivo dos resultados de risco globais através da análise de sobrevivência. Os jovens que obtiveram resultados elevados nas categorias do risco do YLS/CMI reincidiram num período de tempo significativamente menor.

Holsinger e seus colaboradores (Holsinger *et al.*, 2006) investigaram a validade preditiva do YLS/CMI em ambiente institucional, constatando que o inventário permite diferenciar níveis de risco/necessidade nos ofensores e pode, por isso, ser utilizado para prever a conduta institucional.

Onifade, Davidson e Campbell (2009) também exploraram a relação entre risco e reincidência numa amostra composta por rapazes e raparigas africanos e caucasianos, concluindo que o YLS/CMI revela validade preditiva para o recidivismo, independentemente da raça e do género.

Bem, e como estes, muitos outros investigadores têm vindo a utilizar o YLS/CMI na avaliação do risco / necessidades em menores, asseverando a sua validade. Da mesma forma, outros paradigmas e instrumentos vão surgindo, procurando acompanhar as exigências da realidade actual.

## METODOLOGIA

### 1. OBJECTIVOS DO ESTUDO

Após uma reflexão da literatura sobre o crime, rapidamente se concluiu que o nosso país carece de investigação científica sobre perfis de risco criminal, mais ainda no que concerne às populações de idades inferiores à adulta. Assim, o nosso primeiro objectivo é, de certo modo, contribuir para uma melhor compreensão deste fenómeno em Portugal. Considerando a importância da avaliação do risco na prevenção do comportamento criminal, temos igualmente o propósito de identificar grupos de adolescentes que revelem risco moderado ou elevado de virem a cometer delitos que, exactamente por isso, necessitem de intervenções estruturadas com vista a diminuir, tanto quanto possível, esse mesmo risco. Por outro lado, é nossa intenção perceber a aplicabilidade do instrumento proposto à realidade portuguesa e, assim, reconhecer a sua eficácia na predição do comportamento delituoso. Pretende-se ainda que este estudo sirva de base a investigações posteriores mais ambiciosas que propendam sobre o estudo longitudinal de populações específicas. No nosso trabalho empírico, procedemos à comparação de Menores Institucionalizados na Oficina de S. José do Porto e Menores Não Institucionalizados, com o objectivo de assinalar as necessidades mais evidentes em cada um deles e, através delas, referenciar as áreas que mais legitimam a intervenção.

### 2. HIPÓTESES

Após uma reflexão sobre o referencial teórico apresentado, constituíram-se as seguintes hipóteses:

**H1** – O Grupo de Menores Institucionalizados na Oficina de S. José apresenta um número significativamente superior de riscos e necessidades nas sub-escalas de Avaliação de Riscos e Necessidades (Delitos e Medidas Anteriores / Disposições; Contexto Familiar / Práticas Parentais; Educação / Emprego; Relações com os Pares; Consumo de Substâncias; Tempos Livres Personalidade / Comportamento; Atitudes / Orientação), em comparação com o Grupo de Menores Não Institucionalizados;

**H2** – O Grupo de Menores Não Institucionalizados apresenta um número superior de factores de protecção relativamente ao Grupo de Menores Institucionalizados na Oficina de S. José;

**H3** – O Grupo de Menores Institucionalizados na Oficina de S. José revela um número significativamente superior de outras necessidades relacionadas com o jovem e com a família/pais, em relação ao Grupo de Menores Não Institucionalizados;

**H4** – O nível geral de risco futuro de adopção de comportamentos criminais e anti-sociais (risco total no YLS/CMI) é significativamente superior no Grupo de Menores da Oficina de S. José comparativamente ao Grupo de Menores Não Institucionalizados.

### 3. AMOSTRA

A amostra foi constituída por 56 sujeitos do sexo masculino. O Grupo I é composto por 28 adolescentes do Lar de Acolhimento de Menores da Oficina de S. José do Porto e o Grupo NI por 28 menores sem história de institucionalização que coabitam com as suas famílias em zonas habitacionais distintas. Os sujeitos de ambos os grupos apresentam idades compreendidas entre os 12 e os 17 anos ( $M(I) = 14.77$ ,  $DP = 1.74$ ;  $M(NI) = 14.75$ ;  $DP = 1.82$ ), não existindo diferenças significativas entre eles ( $t_{(54)} = .076$ ,  $ns$ ).

### 4. INSTRUMENTO

A recolha de dados foi efectuada através de uma entrevista semi-directiva onde foram abordadas informações necessárias para o preenchimento do *Youth Level of Service / Case Management Inventory* (YLS/CMI) pela investigadora. Para isso, foi construído um guião de entrevista (Anexo 1), com base nas dimensões avaliadas pelas escalas de *Avaliação dos Riscos e das Necessidades* e de *Outras Necessidades*. De forma a facilitar a condução da entrevista, associámos as questões em 9 grupos temáticos: Dados Pessoais e Sócio-demográficos, Contexto Familiar, Relação com os Pares, Educação / Emprego, Tempos Livres, Personalidade / Comportamento, Atitudes / Orientação, Comportamentos Desviantes e Delitos e Medidas Judiciais.

O YLS/CMI (Anexo 2) é um inventário estandardizado composto por 7 partes e foi desenvolvido por Hoge, Andrews e Leschied (Hoge & Andrews, 1996a, 1996b, 2002), em parceria com algumas instituições, com o objectivo de identificar factores de risco / necessidade em jovens ofensores. A primeira parte, *Avaliação dos Riscos e das Necessidades*, engloba 42 itens organizados em oito sub-escalas: Delitos e Medidas

Anteriores / Disposições; Contexto Familiar / Práticas; Educação / Emprego; Relações com os Pares; Consumo de Substâncias; Tempos Livres; Personalidade / Comportamento; e Atitudes / Orientação. Os itens que se aplicam ao sujeito são assinalados em cada sub-escala, procedendo-se em seguida à sua contagem, o que nos vai fornecer o risco global para cada uma delas. Todos os itens apresentam-se acompanhados de alguns descritores que visam o esclarecimento do técnico para uma melhor e mais fácil cotação.

O segundo componente, Sumário dos Riscos e de Necessidades (Summary of Risk / Need Factors), permite obter o nível de risco global através da soma das pontuações das várias sub-escalas, fornecendo assim uma visão geral sobre o nível de risco nas diversas áreas. O risco pode ser considerado Reduzido (0-8), Moderado (9-22), Elevado (23-34) e Muito Elevado (34-42).

A terceira parte, Avaliação de Outras Necessidades / Considerações Especiais (Assessment of Other Needs/Special Considerations), permite o estudo de itens que os autores da prova indicaram como relevantes para efectuar disposições ou decisões relacionadas com o tratamento, e que, no entanto, podem não estar efectivamente associadas ao comportamento criminal. Muitos desses itens constituem-se como factores de responsividade. Segundo Roge, factores de responsividade referem-se a características dos jovens ou a circunstâncias a que estão sujeitos, que não estão directamente associadas ao comportamento anti-social mas que são relevantes para a resposta dos jovens às intervenções (*as cited in Gossner, 2003*).

A quarta parte, Avaliação do Risco Geral do Cliente / Nível de Necessidades (Your Assessment of the Client's General Risk / Need Level) fornece ao profissional a possibilidade de registar a sua própria avaliação do sujeito. Na maior parte dos casos, esta classificação vai de encontro à avaliação de risco efectuada pelo inventário. Não obstante, existe aqui a possibilidade de consideração das circunstâncias específicas que não tiveram qualquer relevância anteriormente, o que pode gerar o aumento ou a diminuição das pontuações atribuídas pelo técnico. Já as secções cinco e seis, Nível de Contacto (Contact Level) e Planeamento de Gestão do Caso (Case Management Plan) oferecem ao técnico a oportunidade para determinar o nível de supervisão necessária para o sujeito em questão, bem como estabelecer os objectivos a atingir com a gestão do caso, respectivamente.

A sétima parte, Revisão do Planeamento de Gestão do Caso (Case Management Review), permite (re)avaliar a gestão do caso.

Refira-se que neste estudo foram apenas utilizadas as secções Avaliação dos Riscos e das Necessidade; Sumário dos Riscos e de Necessidades; Avaliação de Outras Necessidades / Considerações Especiais; e Avaliação do Risco Geral do Cliente / Nível de Necessidades.

## 5. PROCEDIMENTOS

Antes de iniciarmos a recolha de dados, começámos por identificar as variáveis em estudo e explicitar as suas relações, no sentido de explicar melhor o modelo de análise do problema em questão. Tendo em consideração que a variável independente é a dimensão que o investigador pretende manipular “deliberadamente para conhecer o seu impacto numa outra variável – a variável dependente” (Almeida & Freire, 2003, p. 53), podemos já definir a primeira como a presença ou ausência de medida de institucionalização nos dois grupos; mais especificamente, institucionalização por Medida de Acolhimento Institucional (Grupo I) e ausência de institucionalização (Grupo NI). Esta variável reflecte-se em níveis distintos de risco de adopção de comportamentos criminais e anti-sociais no futuro - variável dependente, que, por sua vez, foi estudada através das dimensões: delitos e medidas anteriores e actuais, contexto familiar e práticas parentais, educação e/ou emprego, relação com os pares, consumo de substâncias, tempos livres, personalidade e comportamento, atitudes e orientação. De uma forma sintetizada, o que aqui se pretendeu estudar é se, a história de institucionalização ou a sua ausência estão associadas a níveis diferentes de risco de adopção futura de comportamentos criminais e anti-sociais.

Posteriormente, foi necessário contactar e reunir com o director da Oficina de S. José a fim de apresentarmos a investigação que se pretendia desenvolver e obter a sua autorização (Pedido de Autorização – Anexo 3). Assim que recebemos a autorização da instituição, iniciámos a selecção dos sujeitos que integrariam o Grupo de Menores Institucionalizados na Oficina de S. José. Importa referir que, ainda que os sujeitos deste grupo fossem menores, não foi necessário pedir consentimento às figuras parentais, uma vez que a instituição em que se encontram detém, por inerência à medida judicial aplicada, poder tutorial sobre os seus utentes. Para constituirmos o Grupo de Menores sem História de Institucionalização recorremos a familiares e amigos, identificando adolescentes com as características necessárias a este estudo (sexo masculino, idade entre 12 e 17 anos e ausência de medida de institucionalização) efectuando, seguidamente, o pedido de consentimento aos encarregados de educação (Consentimento Informado – Anexo 4).

Em seguida, passámos para a fase de recolha de dados. Foram marcadas entrevistas individuais com os sujeitos com uma duração aproximada de 60 minutos, com localização na Oficina de S. José (Grupo I) e nas residências dos indivíduos não institucionalizados (Grupo NI). Durante a entrevista, os sujeitos receberam informações acerca da investigação e da confidencialidade dos dados que forneceriam. Também lhes foi solicitado consentimento para a sua participação (Consentimentos Informados – Anexos 5 e 6), no sentido de se sentirem respeitados, com a liberdade para decidirem sobre si próprios e ainda, de certa forma, responsabilizados pela seriedade das informações que iriam legar. Ao longo desta fase, foi necessário consultar alguns membros da instituição, familiares e alguns registos individuais escolares e/ou institucionais com o objectivo de obtermos mais e melhores informações sobre os menores.

## 6. TRATAMENTO DE DADOS

Neste estudo foi utilizado o *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), um software científico de tratamento estatístico de dados. Num primeiro momento, sistematizámos as informações sobre os elementos constituintes de cada grupo, tendo em consideração as suas principais características descritivas. Para isso, utilizámos a média (medida de tendência central) e medidas de dispersão (desvio padrão, mínimo e máximo) (Fortin, 1999). Efectuámos ainda o *Teste t-Student* para grupos independentes para verificar a significância das diferenças encontradas.

Num segundo momento, e no sentido de obtermos valores estatísticos inferenciais, procedemos a uma análise estatística através de testes paramétricos e não paramétricos para grupos independentes. Os resultados foram registados em várias tabelas síntese. Para testar as hipóteses colocadas, efectuámos o *Teste de Independência do Qui-quadrado* ( $\chi^2$ ) que permite verificar a significância da relação entre as variáveis cruzadas, anotámos as frequências das respostas afirmativas observadas, os resíduos ajustados, o valor  $V$  de *Cramer* - medida simétrica, e o valor de *Lambda* ( $\lambda$ ) - medida de direcção. Por fim, recorreu-se a um teste paramétrico, o *Teste t-Student* para grupos independentes, que compara as médias dos grupos e atesta a significância das suas diferenças.

## 7. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Na Tabela 1 apresentámos os resultados obtidos no cruzamento entre as variáveis *Grupo* e todos os *Itens* das sub-escalas de *Avaliação dos Riscos e das Necessidades*.

**Tabela 1**

*Frequências Observadas e Resíduos Ajustados no Grupo de Menores Institucionalizados na Oficina de S. José (I) e no Grupo de Menores Não Institucionalizados (NI), nos itens das sub-escalas de Avaliação dos Riscos e das Necessidades. Teste de Independência do Qui-quadrado ( $\chi^2$ ) para o cruzamento de Grupo x Item das sub-escalas, considerando g.l. = 1. Medida Simétrica - grau de associação entre as variáveis (Cramer's V). Medida de Direcção - acurácia preditiva do item sobre a variável Grupo ( $\lambda$ ).*

	Frequências Observadas		Resíduos Ajustados		Teste de Independência		Medidas Simétricas		Medidas Direcção (Grupo como dependente)	
	I	NI	I	NI	$\chi^2$	p	Cramer's V	p	$\lambda$	p
<b>Delitos e Medidas Anteriores e Actuais</b>										
Três ou mais delitos provados em Tribunal em processos	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-
Dois ou mais incumprimentos de determinações do tribunal	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-
Anterior aplicação de medida não institucional	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-
Anterior aplicação de medida de internamento em centro	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-
Três ou mais delitos no(s) actual(ais) processo(s)	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Contexto Familiar / Práticas Parentais</b>										
Supervisão inadequada	26	2	6.4	-6.4	41.143	.000	.86	.000	.86	.000
Dificuldade em controlar o comportamento	16	2	4	-4	16.047	.000	.54	.000	.50	.017
Disciplina inadequada	24	3	5.6	-5.6	31.540	.000	.75	.000	.75	.000
Práticas parentais inconsistentes	26	4	5.9	-5.9	34.749	.000	.79	.000	.79	.000
Má qualidade da relação (pai - jovem)	7	6	.3	-.3	.100	ns	.04	ns	.04	ns
Má qualidade da relação (mãe - jovem)	6	3	1.1	-1.1	1.191	ns	.15	ns	.11	ns
<b>Educação / Emprego</b>										
Comportamento disruptivo na sala de aula	11	2	2.8	-2.8	8.114	.004	.38	.004	.32	ns
Comportamento disruptivo no espaço escolar	8	1	2.5	-2.5	6.487	.011	.34	.011	.25	ns
Baixo rendimento escolar	20	6	3.8	-3.8	16.297	.000	.54	.000	.54	.003
Problemas de relacionamento com os pares	7	2	1.7	-1.7	4.560	ns	.29	ns	.21	ns
Problemas de relacionamento com os professores	10	2	2.6	-2.6	6.788	.009	.35	.009	.29	ns
Absentismo escolar injustificado	4	1	1.4	-1.4	1.976	ns	.19	ns	.11	ns
Sem emprego / não procura	1	0	1.0	-1.0	1.018	ns	.14	ns	.04	ns
<b>Relação com os Pares</b>										
Alguns delinquentes entre os seus conhecidos	22	7	4.0	-4.0	16.092	.000	.54	.000	.54	.002
Alguns amigos delinquentes	11	4	2.1	-2.1	4.462	.035	.28	.035	.25	ns
Nenhum ou poucos modelos positivos entre os conhecidos	2	0	1.4	-1.4	2.074	ns	.19	ns	.07	ns
Nenhum ou poucos modelos positivos entre os amigos	4	0	2.1	-2.1	4.308	.038	.28	.038	.14	ns
<b>Consumo de Substâncias</b>										
Consumo ocasional de drogas	5	3	.8	-.8	.583	ns	.10	ns	.07	ns
Consumo regular de drogas	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-
Consumo regular de álcool	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-
Abuso de substâncias com interferência na vida do jovem	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-
Consumo de substâncias relacionado com a actividade delituosa	1	0	1.0	-1.0	1.018	ns	.14	ns	.04	ns
<b>Tempos livres</b>										
Participação reduzida em actividades organizadas	9	3	2.0	-2.0	3.818	ns	.26	ns	.21	ns
Poderia usar melhor o seu tempo	15	10	1.3	-1.3	1.806	ns	.18	ns	.18	ns
Nenhuns interesses pessoais	12	0	3.9	-3.9	15.273	.000	.52	.000	.43	ns
<b>Personalidade / Comportamento</b>										
Auto-estima exagerada	6	2	1.5	-1.5	2.333	ns	.20	ns	.14	ns
Agressividade física	5	0	2.3	-2.3	5.490	.019	.31	.019	.18	ns
Acessos de cólera	6	3	1.1	-1.1	1.191	ns	.15	ns	.11	ns
Défices de atenção	13	7	1.7	-1.7	2.800	ns	.22	ns	.21	ns
Baixa tolerância à frustração	12	5	2.0	-2.0	4.139	.042	.27	.042	.25	ns
Sentimentos de culpa inadequados	3	1	1.0	-1.0	1.077	ns	.14	ns	.07	ns
Agressividade verbal, insolência	13	3	3.0	-3.0	8.750	.003	.40	.003	.36	ns
<b>Atitudes / Orientação</b>										
Atitudes antisociais / pró-criminais	5	3	.8	-.8	.583	ns	.10	ns	.07	ns

Não procura ajuda	9	10	-3	.3	.080	ns	.04	ns	.04	ns
Rejeita activamente ajuda	5	5	0	0	.000	ns	.00	ns	.00	-
Desafia a autoridade	9	1	2.8	-2.8	7.791	.005	.37	.005	.29	ns
Insensível, pouco preocupado com os outros	8	3	1.7	-1.7	2.828	ns	.23	ns	.18	ns

Quanto à relação entre a variável *Grupo* e os itens da sub-escala *Contexto Familiar / Práticas Parentais (Family Circumstances / Parenting)*, é possível constatar através da análise dos resíduos ajustados que existem mais 6.4 indivíduos institucionalizados na Oficina de S. José e menos 6.4 não institucionalizados com *Supervisão [parental] inadequada* do que seria de esperar, se as duas variáveis fossem independentes. Podemos ainda verificar a existência de uma relação altamente significativa entre as variáveis descritas, tal que  $\chi^2_{(1)} = 41.143, p < .001$ , sendo que a intensidade da associação entre elas é de .86,  $p < .001$ . Com efeito, a variável *Supervisão inadequada* permite prever a variável *Grupo* em 86% ( $\lambda = .86, p < .001$ ).

Relativamente ao item *Dificuldade em controlar o comportamento*, verificámos uma relação altamente significativa com a variável *Grupo* com  $\chi^2_{(1)} = 16.047, p < .001$ , associadas entre si com uma intensidade de .54,  $p < .001$ . Os resíduos ajustados revelam que seria expectável encontrar menos 4.0 indivíduos do Grupo I e mais 4.0 do Grupo NI com figuras parentais com dificuldade em controlar o comportamento dos filhos e a medida de direcção  $\lambda$  indica que a variável prevê o *Grupo* em 50% ( $\lambda = .50, p = .017$ ).

Nos itens *Disciplina inadequada* e *Práticas parentais inconsistentes*, encontramos resultados significativos em todas as análises efectuadas. Assim, pode dizer-se que, no caso das variáveis serem independentes, o número de sujeitos institucionalizados diminuiria em 5.6 e em 5.9 e o *Grupo* de não institucionalizados aumentaria na mesma proporção, para a primeira e segunda variáveis supraditas, respectivamente. O teste de independência revela uma relação de extrema significância em ambos os casos: para *Grupo x Disciplina inadequada* encontramos  $\chi^2_{(1)} = 31.540, p < .001$ , associadas entre si em .75,  $p < .001$ ; e para *Grupo x Práticas parentais inconsistentes*  $\chi^2_{(1)} = 34.749, p < .001$ , com associação entre si de intensidade .79,  $p < .001$ . Da mesma forma, ambos os itens permitem prever significativamente a variável *Grupo*: a primeira com uma eficácia de 75% ( $\lambda = .75, p < .001$ ) e a segunda com 79% ( $\lambda = .79, p < .001$ ).

Relativamente à sub-escala *Educação / Emprego*, a análise dos resíduos ajustados permite-nos dizer que existem mais 2.5 e 2.6 sujeitos no Grupo I e menos 2.5 e 2.6 no Grupo NI com *Comportamento disruptivo no espaço escolar* e *Problemas de relacionamento com os professores*, respectivamente, do que seria de esperar. O teste de



independência revela uma relação significativa entre a variável *Grupo* com o primeiro destes itens, tal que  $\chi^2_{(1)} = 6.487$ ,  $p = .011$ , com associação de  $.34$ ,  $p = .011$ ; e com o segundo, dado que  $\chi^2_{(1)} = 6.788$ ,  $p = .009$ , com associação de  $.35$ ,  $p = .009$ .

Quanto ao item *Comportamento disruptivo na sala de aula*, verificámos uma relação significativa com a variável *Grupo*,  $\chi^2_{(1)} = 8.114$ ,  $p = .004$ , com intensidade de associação de  $.38$ ,  $p = .004$ . Analisando os resíduos ajustados para a relação entre *Grupo* e este item percebemos que a independência das variáveis derivaria num decréscimo de 2.8 sujeitos no Grupo I e no aumento de 2.8 sujeitos no Grupo NI. Já para o caso do item *Baixo rendimento escolar*, seriam esperados menos 3.8 sujeitos no primeiro grupo e mais 3.8 no segundo. O teste de independência permitiu verificar a existência de uma relação altamente significativa entre *Grupo* e *Baixo rendimento escolar*, pelo que  $\chi^2_{(1)} = 16.297$ ,  $p < .001$ , com intensidade de associação de  $.54$ ,  $p < .001$ . Neste caso específico, o item permite prever a variável *Grupo* em 54% ( $\lambda = .54$ ,  $p = .003$ ).

Na sub-escala *Relação com os Pares*, encontrámos uma relação de extrema significância no cruzamento das variáveis *Grupo* e *Alguns delinquentes entre os seus conhecidos*, tal que  $\chi^2_{(1)} = 16.092$  e  $p < .001$ , com intensidade de associação entre si de  $.54$ ,  $p < .001$ . A resposta a este item permite prever o *Grupo* a que pertence o indivíduo com uma acurácia de 54% ( $\lambda = .54$ ,  $p = .002$ ). No caso destas variáveis serem independentes, poderiam esperar-se menos 4.0 sujeitos institucionalizados e mais 4.0 sujeitos não institucionalizados nas frequências observadas. Da mesma forma, poderíamos esperar menos 2.1 sujeitos no Grupo I e mais 2.1 no Grupo NI no cruzamento isolado entre *Grupo* e cada uma das variáveis *Alguns amigos delinquentes* e *Nenhum ou poucos modelos positivos entre os amigos*. O teste de independência revelou uma relação significativa entre a variável *Grupo* e estas duas, pelo que encontrámos para a primeira  $\chi^2_{(1)} = 4.462$ ,  $p = .035$  com associação de  $.28$ ,  $p = .035$ , e para a segunda  $\chi^2_{(1)} = 4.308$ ,  $p = .038$  com associação de  $.28$ ,  $p = .038$ .

Quanto à sub-escala *Tempos Livres*, verificámos uma relação altamente significativa entre *Grupo* e o item *Nenhuns interesses pessoais*, com  $\chi^2_{(1)} = 15.273$ ,  $p < .001$ , com intensidade de associação entre si de  $.52$ ,  $p < .001$ . A análise dos resíduos ajustados permite dizer que a independência das variáveis poderia resultar na redução e no acréscimo de 3.9 indivíduos nos Grupos I e NI, respectivamente.

A análise dos resultados obtidos na sub-escala *Personalidade / Comportamento* permitiu encontrar uma relação significativa entre as variáveis *Agressividade verbal*, *insolência* e *Grupo*,  $\chi^2_{(1)} = 8.750$ ,  $p = .003$ , associadas entre si em  $.40$ ,  $p = .003$ . Para os itens

*Agressividade física e Baixa tolerância à frustração* pode dizer-se que, no caso das variáveis serem independentes, o número de sujeitos institucionalizados diminuiria em 2.3 e em 2.0 e o grupo de não institucionalizados aumentaria na mesma proporção em cada uma delas, respectivamente. O teste de independência demonstra uma relação significativa entre a variável *Grupo* e estes itens: com o primeiro  $\chi^2_{(1)} = 5.490$ ,  $p = .015$ , com associação de .31,  $p = .019$ , e com o segundo  $\chi^2_{(1)} = 4.139$ ,  $p = .042$  com associação de .27,  $p = .042$ .

Na sub-escala *Atitudes / Orientação* foram encontrados resultados significativos apenas para o item *Desafia a autoridade*. Com base nos resíduos ajustados, o número de sujeitos reduziria 2.8 no Grupo I e incrementaria 2.8 no Grupo NI se as variáveis fossem independentes. Em relação ao *Teste do Qui-quadrado*, verifica-se uma relação significativa entre *Grupo* e o item mencionado, pelo que  $\chi^2_{(1)} = 7.791$  e  $p = .005$ , estando associados entre si em .37,  $p = .005$ .

Acrescente-se que, na primeira sub-escala *Delitos e Medidas Anteriores / Disposições*, nenhum dos grupos manifesta a presença de dos itens que a constituem, anulando qualquer tipo de relação entre as variáveis. Na sub-escala *Consumo de substâncias* verifica-se apenas a presença de respostas em dois dos itens que, por sua vez, não estabelecem relações significativas com a variável *Grupo*.

Na Tabela 2 encontramos os resultados obtidos para o cruzamento *Grupo x Factores de Protecção*. Na escala que avalia o *Contexto Familiar / Práticas Parentais* encontramos uma relação altamente significativa entre o *Factor de Protecção* e a variável *Grupo*, sendo que  $\chi^2_{(1)} = 39.030$  e  $p < .001$ , com intensidade de associação de .84,  $p < .001$ . Neste caso específico, o factor de protecção permite prever o *Grupo* dos indivíduos com acurácia altamente significativa de 82% ( $\lambda = .82$ ,  $p < .001$ ). Pode ainda dizer-se que, se as variáveis em questão fossem independentes, seriam esperados menos 6.2 indivíduos no Grupo I e mais 6.2 indivíduos no Grupo NI.

Em relação à escala que aborda a temática dos *Tempos Livres* verifica-se igualmente uma relação de extrema significância entre o *Factor de Protecção* e o *Grupo*:  $\chi^2_{(1)} = 56.000$  e  $p = .001$ , com associação de 1.00,  $p = .001$ . Se considerássemos a independência das variáveis poderíamos observar menos 7.5 indivíduos no grupo de institucionalizados e mais 7.5 no grupo de não institucionalizados. Em termos da capacidade de previsão do *Grupo* pela análise do *Factor de Protecção* nesta escala, verifica-se uma eficácia de 100% ( $\lambda = 1.00$ ,  $p = .001$ ).

**Tabela 2**

*Frequências Observadas e Resíduos Ajustados no Grupo de Menores Institucionalizados na Oficina de S. José (I) e no Grupo de Menores Não Institucionalizados (NI), nos Factores de Protecção das sub-escalas de Avaliação dos Riscos e das Necessidades. Teste de Independência do Qui-quadrado ( $\chi^2$ ) para o cruzamento de Grupo x Factor de Protecção, considerando g.l. = 1. Medida Simétrica - grau de associação entre as variáveis (Cramer's V). Medida de Direcção - acurácia preditiva do Factor de Protecção sobre a variável Grupo ( $\lambda$ ).*

	Frequências Observadas		Resíduos Ajustados		Teste de Independência		Medidas Simétricas		Medidas Direcção (Grupo como dependente)	
	I	NI	I	NI	$\chi^2$	p	Cramer's V	p	$\lambda$	p
<b>Factores de Protecção</b>										
Contexto Familiar / Práticas Parentais	28	5	6.2	-6.2	39.030	.000	.84	.000	.82	.000
Educação / Emprego	4	2	.9	-.9	.747	ns	.12	ns	.07	ns
Relação com os Pais	1	0	1.0	-1.0	1.018	ns	.14	ns	.04	ns
Consumo de Substâncias	1	0	1.0	-1.0	1.018	ns	.14	ns	.04	ns
Tempos Livres	28	0	7.5	-7.5	56.000	.000	1.00	.000	1.00	.000
Personalidade / Comportamento	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-
Atitudes / Orientação	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-

Para as restantes escalas de *Avaliação dos Riscos e das Necessidades* não foram encontradas relações significativas entre as variáveis cruzadas.

Na Tabela 3, registámos os resultados encontrados para o cruzamento *Grupo x Item* das sub-escalas de *Outras Necessidades*.

**Tabela 3**

*Frequências Observadas e Resíduos Ajustados no Grupo de Menores Institucionalizados na Oficina de S. José (I) e no Grupo de Menores Não Institucionalizados (NI), nos itens das sub-escalas de Outras Necessidades. Teste de Independência do Qui-quadrado ( $\chi^2$ ) para o cruzamento de Grupo x Item, considerando grau de liberdade 1 (g.l. = 1). Medida Simétrica - grau de associação entre as variáveis (Cramer's V). Medida de Direcção - acurácia preditiva do item sobre a variável Grupo ( $\lambda$ ).*

	Frequências Observadas		Resíduos Ajustados		Teste de Independência		Medidas Simétricas		Medidas Direcção (Grupo como dependente)	
	I	NI	I	NI	$\chi^2$	p	Cramer's V	p	$\lambda$	p
<b>Família / Pais</b>										
História crónica de delitos	11	1	3.3	-3.3	10.606	.001	.44	.001	.36	ns
Perturbação emocional / psiquiátrica	2	5	-1.2	1.2	1.469	ns	.16	ns	.11	ns
Abuso de drogas / álcool	16	3	3.7	-3.7	13.462	.000	.49	.000	.46	.026
Conflito conjugal	16	6	2.7	-2.7	7.487	.006	.37	.006	.36	ns
Problemas financeiros / de habitação	27	8	5.2	-5.2	27.505	.000	.70	.000	.68	.000
Pais não cooperantes	14	5	2.5	-2.5	6.452	.011	.34	.011	.32	ns
Questões culturais / étnicas	5	1	1.7	-1.7	2.987	ns	.23	ns	.14	ns
Maus tratos por parte do pai	8	5	.9	-.9	.902	ns	.13	ns	.11	ns
Maus tratos por parte da mãe	8	2	2.1	-2.1	4.383	.036	.28	.036	.21	ns
Trauma familiar significativo (morte de um familiar)	1	7	-2.3	2.3	5.250	.022	.31	.022	.21	.027
Outra (falsidade de um dos pais)	0	1	-1.0	1.0	1.018	ns	.14	ns	.04	ns

Jovem										
Problemas de saúde	3	7	-1.4	1.4	1.948	ns	.19	ns	.14	ns
Incapacidade física	1	0	1.0	-1.0	1.018	ns	.14	ns	.04	ns
Défice intelectual / atraso do desenvolvimento	12	3	2.7	-2.7	7.376	.007	.36	.007	.32	ns
Dificuldades de aprendizagem	18	7	3.0	-3.0	8.743	.003	.40	.003	.40	.041
Rendimento escolar inferior às capacidades	8	13	-1.4	1.4	1.905	ns	.18	ns	.18	ns
Défice de competências de resolução de problemas	8	2	2.1	-2.1	4.383	.036	.28	.036	.21	ns
Vítima de abuso físico / sexual	11	1	3.3	-3.3	10.606	.001	.44	.001	.36	ns
Vítima de negligência	19	1	5.0	-5.0	25.200	.000	.67	.000	.64	.001
Tímido / introvertido	10	13	-.8	.8	.664	ns	.11	ns	.11	ns
Pares de outro grupo etário	4	6	-.7	.7	.487	ns	.09	ns	.07	ns
Deprimido	3	5	-.8	.8	.583	ns	.10	ns	.07	ns
Baixa auto-estima	5	5	0	0	.000	ns	.00	ns	.00	-
Actividades sexuais inadequadas	6	0	2.6	-2.6	6.720	.010	.35	.010	.21	ns
Atitudes racistas / sexistas	2	0	1.4	-1.4	2.074	ns	.19	ns	.07	ns
Défice de competências sociais	6	4	.7	-.7	.487	ns	.09	ns	.07	ns
Negação dos problemas	5	0	2.3	-2.3	5.490	.019	.31	.019	.18	ns
Tentativas de suicídio	1	0	1.0	-1.0	1.018	ns	.14	ns	.04	ns
Diagnóstico de psicose	1	0	1.0	-1.0	1.018	ns	.14	ns	.04	ns
Ameaças por outros	1	0	1.0	-1.0	1.018	ns	.14	ns	.04	ns
História de agressão sexual / física	3	0	1.8	-1.8	3.170	ns	.24	ns	.11	ns
História de agressão a figuras de autoridade	4	0	2.1	-2.1	4.308	.038	.28	.038	.14	ns
História de uso de armas	4	0	2.1	-2.1	4.308	.038	.28	.038	.14	ns
História de incêndio ou tentativas de incêndio	4	0	2.1	-2.1	4.308	.038	.28	.038	.14	ns
História de fugas	10	1	3.0	-3.0	9.164	.002	.41	.002	.32	ns
Intervenção do sistema de protecção	28	0	7.5	-7.5	56.000	.000	1.00	.000	1.00	.000
Condições de vida adversas	28	7	5.8	-5.8	33.600	.000	.78	.000	.75	.000
Outra (pais ausentes)	1	2	-.6	.6	.352	ns	.80	ns	.04	ns

No grupo de *Outras Necessidades* relacionadas com a *Família / Pais* encontrámos uma relação significativa no cruzamento das variáveis *Grupo* e *História crónica de delitos*, tal que  $\chi^2_{(1)} = 10.606$ ,  $p = .001$ , com intensidade de associação entre si de .44,  $p = .001$ . Se estas variáveis fossem independentes, poderiam esperar-se menos 3.3 sujeitos institucionalizados e mais 3.3 sujeitos não institucionalizados. No cruzamento das variáveis *Grupo* e *Abuso de drogas / álcool* poderíamos esperar menos 3.7 sujeitos no Grupo I e mais 3.7 no Grupo NI. Neste caso, o teste de independência revelou uma relação altamente significativa com  $\chi^2_{(1)} = 13.462$ ,  $p < .001$  de associação .49,  $p < .001$ . Com efeito, este item permite a previsão do *Grupo* em 46% ( $\lambda = .46$ ,  $p = .026$ ). Em relação aos itens *Conflito conjugal* e *Problemas financeiros / de habitação* verifica-se uma relação significativa com a variável *Grupo* no primeiro com  $\chi^2_{(1)} = 7.487$ ,  $p = .006$ , de associação .37,  $p = .006$ , e muito significativa no segundo com  $\chi^2_{(1)} = 27.505$ ,  $p < .001$ , de associação .70,  $p < .001$ , respectivamente. Considerando a independência das variáveis, o Grupo I poderia diminuir em 2.7 indivíduos e o Grupo NI amplificar em igual proporção no cruzamento da variável *Grupo* com o primeiro item referido. Por outro lado, no cruzamento com o segundo, seriam esperados mais 5.2 sujeitos no Grupo I e menos 5.2 no Grupo NI. Quanto à capacidade de previsão do *Grupo*, apenas o item *Problemas financeiros / de habitação* revela eficácia significativa, mais especificamente em 68% ( $\lambda = .68$ ,  $p < .001$ ).

A análise dos resultados obtidos nesta escala permitiu igualmente encontrar uma relação significativa entre as variáveis *Pais não cooperantes* e *Grupo*, com  $\chi^2_{(1)} = 6.452$ ,  $p = .011$ , associadas entre si em  $.34$ ,  $p = .011$ . Se as variáveis fossem independentes, poderíamos esperar um decréscimo de 2.5 sujeitos e um aumento de 2.5 no grupo de institucionalizados e no grupo de não institucionalizados, de forma referente. Para *Maus tratos por parte da mãe*, apurámos uma relação significativa com o *Grupo*, tal que  $\chi^2_{(1)} = 4.383$ ,  $p = .036$ , com intensidade de associação de  $.28$ ,  $p = .036$ . O número de sujeitos poderia reduzir em 2.1 no Grupo I e aumentar proporcionalmente no Grupo NI, se considerássemos a independência das variáveis *Grupo* e este item.

O Grupo NI revela um resultado superior significativo de *Trauma familiar significativo (morte de um familiar)*, em relação ao Grupo I com  $\chi^2_{(1)} = 5.250$ ,  $p = .022$  e intensidade de associação de  $.31$ ,  $p = .022$ . Neste caso, considerando os resíduos ajustados, seria esperado que o Grupo I diminuísse em 2.3 sujeitos e o Grupo NI aumentasse em 2.3. Pode ainda dizer-se que a previsão do *Grupo* pode ser feita pelo item *Trauma familiar significativo (morte de um familiar)* com eficácia significativa de 21% ( $\lambda = .21$ ,  $p = .027$ ).

Nas *Outras necessidades relacionadas com o jovem* regista-se uma relação significativa com a variável *Grupo* nos itens *Défice intelectual / atraso de desenvolvimento* e *Dificuldades de aprendizagem* com  $\chi^2_{(1)} = 7.376$ ,  $p = .036$ , associados em  $.36$ ,  $p = .036$ , e  $\chi^2_{(1)} = 8.743$ ,  $p = .003$ , associados em  $.40$ ,  $p = .003$ , correspondentemente. O segundo item referido pode prever expressivamente a variável *Grupo* em 39% ( $\lambda = .39$ ,  $p = .041$ ). No caso das variáveis serem independentes, o Grupo I poderia apresentar menos 2.7 sujeitos e o Grupo NI mais 2.7 ao analisarmos o item *Défice intelectual / atraso de desenvolvimento*. Já na variável *Dificuldades de aprendizagem*, seriam esperados menos 3.0 sujeitos no Grupo I e mais 3.0 no Grupo NI. Relativamente ao item *Défice de competências de resolução de problemas*, verificámos uma relação significativa com a variável *Grupo* com  $\chi^2_{(1)} = 4.383$  e  $p = .036$ , com associação entre si de intensidade  $.28$ ,  $p = .036$ . Os resíduos ajustados revelam que seria expectável a presença de menos 2.1 indivíduos do Grupo I e mais 2.1 do Grupo NI caso as variáveis fossem independentes.

Ao cruzarmos cada um dos itens *Vítima de abuso físico / sexual* e *Vítima de negligência* com a variável *Grupo*, registámos uma relação significativa no primeiro, tal que  $\chi^2_{(1)} = 10.606$ ,  $p = .001$ , com associação entre si de  $.44$ ,  $p = .001$  e altamente significativa no segundo com  $\chi^2_{(1)} = 25.200$ ,  $p < .001$ , com associação entre si de intensidade de  $.67$ ,  $p < .001$ . Se considerássemos a independência das variáveis, seria esperado que o Grupo I

diminuísse em 3.3 sujeitos no primeiro item e em 5.0 no segundo e o Grupo NI aumentasse proporcionalmente em cada um deles. A resposta ao item *Vítima de abuso físico / sexual* não permite prever o *Grupo* com significância ( $\lambda = .36, ns$ ), ao contrário de *Vítima de negligência*, que tem uma acurácia significativa de 64% ( $\lambda = .64, p = .001$ ). Para os itens *Actividades sexuais inadequadas* e *Negação dos problemas*, apurámos relações significativas com a variável *Grupo* com  $\chi^2_{(1)} = 6.720, p = .010$  e intensidade de associação  $.35, p = .010$  no primeiro, e  $\chi^2_{(1)} = 5.490, p = .019$  e intensidade de associação  $.31, p = .019$  no segundo. A análise dos resíduos ajustados permite prever menos 2.6 e 2.3 sujeitos no Grupo I e mais 2.6 e 2.3 no Grupo NI, no primeiro e segundo itens referidos, respectivamente.

Quanto ao cruzamento da variável *Grupo* com *História de agressão a figuras de autoridade*, *História de uso de armas*, *História de incêndio ou tentativas de incêndio*, encontrámos relações significativas com  $\chi^2_{(1)} = 4.308, p = .038$  e intensidade de associação  $.28, p = .038$  em todos eles. Os resíduos ajustados também são semelhantes, apontando para uma predição de menos 2.1 sujeitos no Grupo I e mais 2.1 sujeitos no Grupo NI.

Por último, nos itens *História de fugas*, *Intervenção do sistema de protecção* e *Condições de vida adversas* verifica-se uma relação significativa com a variável *Grupo* no primeiro, dado que  $\chi^2_{(1)} = 9.164, p = .002$  com intensidade de associação  $.41, p = .002$ ; e relações altamente significativas nos restantes com  $\chi^2_{(1)} = 56.000, p = .000$  com intensidade de associação  $1.00, p = .000$ , e  $\chi^2_{(1)} = 33.600, p < .001$  com intensidade de associação  $.75, p < .001$ , correspondentemente. Se as variáveis fossem independentes, seriam esperados no item *História de fugas* menos 3.0 sujeitos no Grupo I e mais 3.0 no Grupo NI, no item *Intervenção do sistema de protecção* menos 7.5 sujeitos no Grupo I e mais 7.5 no Grupo NI, e no item *Condições de vida adversas* menos 5.8 sujeitos no Grupo I e mais 5.8 no Grupo NI. O primeiro item não revela eficácia preditiva significativa ( $\lambda = .32, ns$ ), ao contrário dos outros dois que revelam elevada significância: no terceiro a capacidade de predição do *Grupo* é de 75% ( $\lambda = .75, p < .001$ ) e no segundo atinge mesmo os 100% ( $\lambda = 1.00, p = .000$ ).

Em seguida, analisamos as médias de risco dos dois grupos em cada uma das sub-escalas de *Avaliação de Risco e Necessidades*, bem como as médias de *Risco Total*, *Factores de Protecção* e de *Outras necessidades relacionadas quer com a família / pais, quer com o jovem* (Tabela 4).

**Tabela 4**

*Médias (M) e respectivos Desvios Padrão (DP) de: Risco Total, Risco em cada sub-escala de Avaliação dos Riscos e das Necessidades; Total de Factores de Protecção; Outras necessidades relacionadas com a família / pais e Outras necessidades relacionadas com o jovem do Grupo de Menores Institucionalizados na Oficina de S. José (I) e do Grupo de Menores Não Institucionalizados (NI). Teste t-Student para grupos independentes (t), considerando os respectivos graus de liberdade (g.l.).*

	<i>M ± DP</i> <b>I</b>	<i>M ± DP</i> <b>NI</b>	<i>t</i>	<i>g.l.</i>	<i>p</i>
Nível Total de Risco	12.96 ± 9.07	4.07 ± 5.23	4.494	43.192	.000
Delitos e Medidas Anteriores e Actuais	0	0	-	54	-
Contexto Familiar / Práticas Parentais	3.75 ± 1.46	.71 ± 1.44	7.853	54	.000
Educação / Emprego	2.96 ± 3.96	.50 ± 1.11	3.173	31.188	.003
Relação com os Pares	1.39 ± 1.10	.39 ± .69	4.083	45.210	.000
Consumo de Substâncias	.21 ± .50	.11 ± .31	.961	54	ns
Tempos Livres	1.29 ± 1.24	.46 ± .69	3.054	42.304	.004
Personalidade / Comportamento	2.07 ± 2.05	.75 ± 1.04	3.037	40.014	.004
Atitudes / Orientação	1.29 ± 1.65	.79 ± 1.20	1.297	54	ns
Factores de Protecção	2.21 ± .50	.25 ± .44	15.614	54	.000
Outras Necessidades relacionadas com a família / pais	3.86 ± 2.14	1.57 ± 1.71	4.419	51.500	.000
Outras Necessidades relacionadas com o jovem	7.36 ± 4.23	2.75 ± 2.30	5.064	41.735	.000

Em primeiro lugar, pode dizer-se que existe uma diferença muito significativa entre os Grupos I e NI quanto ao *Nível Total de Risco*: o primeiro apresenta um nível moderado com  $M(I) = 12.96$ ,  $DP = 9.07$ , enquanto que o segundo apresenta um nível baixo com  $M(NI) = 4.07$ ,  $DP = 5.23$  ( $t_{(43.192)} = 4.494$ ;  $p < .001$ ).

Relativamente aos níveis de risco apresentados nas sub-escalas de *Avaliação dos Riscos e das Necessidades*, encontrámos diferenças altamente significativas entre os dois grupos em *Contexto Familiar / Práticas Parentais* com  $M(I) = 3.75$ ,  $DP = 1.46$  e  $M(NI) = .71$ ,  $DP = 1.44$  ( $t_{(54)} = 7.853$ ;  $p < .001$ ), e *Relação com os Pares* com  $M(I) = 1.39$ ,  $DP = 1.10$  e  $M(NI) = .39$ ,  $DP = .69$  ( $t_{(45.210)} = 4.083$ ;  $p < .001$ ); e significativas em *Educação / Emprego* com  $M(I) = 2.96$ ,  $DP = 3.96$  e  $M(NI) = .50$ ,  $DP = 1.11$  ( $t_{(31.188)} = 3.173$ ;  $p = .003$ ), *Tempos Livres* com  $M(I) = 1.29$ ,  $DP = 1.24$  e  $M(NI) = .46$ ,  $DP = .69$  ( $t_{(42.304)} = 3.054$ ;  $p = .004$ ), e em *Personalidade / Comportamento* com  $M(I) = 2.07$ ,  $DP = 2.05$  e  $M(NI) = .75$ ,  $DP = 1.04$  ( $t_{(40.014)} = 3.037$ ;  $p = .004$ ).

O Grupo I revela um número superior altamente significativo de *Outras Necessidades* relacionadas quer com a *família / pais*, quer com o *jovem*, comparativamente ao Grupo NI, dado que  $M(I) = 3.86$ ,  $DP = 2.14$  e  $M(NI) = 1.57$ ,  $DP = 1.71$  ( $t_{(51.500)} = 4.419$ ;  $p < .001$ ) para as primeiras e  $M(I) = 7.36$ ,  $DP = 4.23$  e  $M(NI) = 2.75$ ,  $DP = 2.30$  ( $t_{(41.735)} = 5.064$ ;  $p < .001$ ) para as segundas. Quanto aos *Factores de Protecção*, também se pode verificar que o Grupo I apresenta um número significativamente superior em comparação ao Grupo NI, tal que  $M(I) = 2.21$ ,  $DP = .50$  e  $M(NI) = .25$ ,  $DP = .44$  ( $t_{(54)} = 15.614$ ;  $p < .001$ ).

## 8. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O *Youth Level of Service / Case Management Inventory* (YLS/CMI) é classificado como um instrumento de avaliação do risco de quarta geração, uma vez que foi desenvolvido tendo por base uma teoria do comportamento criminal e reconheceu a existência concomitante de factores estáticos e dinâmicos. De acordo com a *Personal interpersonal and community-reinforcement theory* (PIC-R), os factores dinâmicos, também conhecidos como *necessidades criminógenas*, são áreas que devem ser alvo de tratamento, a fim de se reduzir a probabilidade de um indivíduo delinquir / reincidir. Esta teoria, de inclinação social / cognitivo-comportamental como descrita por Andrews e Bonta (2006), identifica quatro principais factores – *The Big Four* - significativamente relacionados com a conduta criminal que, quando alvo de intervenção (com excepção do factor estático de antecedentes criminais), podem reduzir o risco de um indivíduo delinquir / reincidir. Os quatro factores identificados pelos autores são *história criminal, atitudes anti-sociais, pares anti-sociais e personalidade anti-social*.

Relativamente às atitudes anti-sociais, avaliadas pela sub-escala *Atitudes / Orientação*, verificámos que o grupo de menores institucionalizados (Grupo I) apresenta um nível geral de risco moderado mas que não difere significativamente do grupo de menores não institucionalizados (Grupo NI). No entanto, quando analisamos isoladamente o parâmetro *Desafia a autoridade*, a diferença entre os grupos é significativa. Esta sub-escala funciona com um indiciador dos jovens com atitudes, cognições e valores criminógenos que racionalizam o comportamento criminoso e a resposta à autoridade (Simourd & Andrews, 1994) e que, segundo a PIC-R, permitem que o indivíduo mantenha o comportamento criminoso após a neutralização dos custos desse mesmo comportamento (Andrews & Bonta, 2006; Hoge & Andrews, 2002; Hoge *et al.*, 1996). Com efeito, estes resultados permitem concluir que o Grupo I apresenta uma maior propensão para adoptar e manter comportamentos transgressivos, comparativamente ao Grupo NI. Da mesma forma, o nível de risco associado sugere a necessidade de uma intervenção focalizada nas cognições e nas relações interpessoais dos menores, particularmente com figuras que representam autoridade. A significância dos resultados encontrados no indicador *Problemas de relacionamento com os professores* (média significativamente superior no Grupo I) da sub-escala de *Outras Necessidades* reforça igualmente esta ideia.

Quanto à sub-escala *Relação com os Pares* que avalia o factor *associação com pares anti-sociais*, verifica-se que o Grupo I possui um número significativamente superior de



*Alguns delinquentes entre os seus conhecidos, Alguns amigos delinquentes e Nenhum ou poucos modelos positivos entre os amigos*, pelo que o risco global associado a esta sub-escala (entre baixo e moderado) também é significativamente superior em comparação com o Grupo NI.

O processo de maturação implica a desvinculação progressiva dos laços familiares criados na infância que, no sentido de redefinir o lugar do adolescente num círculo mais amplo, passa a ser compensada pela procura de relações alternativas. Para além dos autores da PIC-R, muitos outros encontraram correlações significativas entre a associação a pares anti-sociais e o comportamento criminal (Burman *et al.*, 2007; Andrews & Bonta, 2006; Gossner, 2003; Hoge & Andrews, 2002; Cottle *et al.*, 2001; Gendreau *et al.*, 2001; Jung & Rawana, 1999; Hoge *et al.*, 1996, entre outros). Reconhece-se, então, na literatura a consistência dos resultados obtidos, o que nos permite inferir que o grupo de menores institucionalizados parece procurar no grupo de pares relações que compensem os vínculos familiares enfraquecidos pela separação. Para além disso, podemos ainda dizer que estamos perante um preditor robusto do comportamento delinvente / criminal nestes indivíduos.

As tendências anti-sociais associadas ao factor *personalidade anti-social* são avaliadas pela sub-escala *Personalidade / Comportamento*. De acordo com inúmeros autores, tolerância à frustração, sentimentos de culpa inadequados, acessos de cólera, baixos níveis de atenção, auto-estima inflacionada, e comportamento física e / ou verbalmente agressivo são indicadores de personalidade anti-social (factor constituinte dos *The Big Four* na PIC-R), e estão intimamente relacionados com o comportamento criminal (Burman *et al.*, 2007; Andrews & Bonta, 2006; Gossner, 2003; Hoge & Andrews, 2002; Cottle *et al.*, 2001; Gendreau *et al.*, 2001; Simourd & Andrews, 1994).

Pois bem, pode dizer-se que os menores institucionalizados reflectem *personalidade anti-social* na medida em que apresentam algumas tendências anti-sociais, diferenciando-se significativamente dos menores não institucionalizados na *Agressividade verbal, insolência, na Agressividade física e na Baixa tolerância à frustração*. Para além disso, a diferença entre os Grupos I e NI ao nível da pontuação média da dimensão avaliada nesta sub-escala é, efectivamente, significativa, sendo que o risco apresentado pelo primeiro grupo localiza-se no grau moderado e o risco do segundo no grau reduzido.

Por antagonismo a outras teorias, a PIC-R não conceptualiza os comportamentos reflexivos de uma *personalidade anti-social* como *traços de personalidade*, antes como *comportamentos observáveis*, o que sugere uma redução da subjectividade nas

classificações (Andrews & Bonta, 2006; Hoge & Andrews, 2002; Hoge *et al.*, 1996). Assim, a recolha de informações que permitem preencher esta sub-escala do YLS/CMI não implica obrigatoriamente a aplicação de instrumentos mais estruturados de avaliação da personalidade. Assumindo este pressuposto, recorreremos apenas aos jovens da nossa amostra e aos adultos que os acompanham diariamente (pais ou técnicos sociais) para reunir os dados necessários. Sublinha-se, pois, a importância do recurso a múltiplas fontes de informação na obtenção de informações mais completas e fidedignas.

A premissa de que o comportamento passado é o melhor preditor do comportamento futuro tem sido abordada em várias teorias comportamentais e sociais da aprendizagem. Isto é particularmente verdadeiro quando a recompensa, ou a falta de punição do comportamento, é experimentada pelo indivíduo (*e.g.*, os princípios da aprendizagem previstos pelos behavioristas, por Sutherland, e por Andrews e seus colegas). Além disso, a frequência repetida de um comportamento aumenta a probabilidade da sua ocorrência no futuro. A própria PIC-R correlaciona a *história criminal* (um dos *The Big Four*) com a adopção de comportamentos desviantes no futuro. Nenhum dos indivíduos da nossa amostra possui antecedentes criminais com penalização judicial, dado que não se verificam quaisquer respostas na sub-escala *Delitos e Medidas Anteriores / Disposições*. Por outro lado, o Grupo I revela, noutras escalas, a presença de alguns indicadores não de criminalidade mas de transgressão e desvio, como *Comportamento disruptivo no espaço escolar*, *Problemas de relacionamento com os professores*, *Comportamento disruptivo na sala de aula*, *Actividades sexuais inadequadas*, *História de agressão a figuras de autoridade*, *História de uso de armas*, *História de incêndio ou tentativas de incêndio* e *História de fugas*, diferenciando-se significativamente do grupo de menores sem história de institucionalização. Segundo os pressupostos da PIC-R, a ausência constatada de punição sobre estes comportamentos pode ter assumido uma função de reforço (já que o comportamento não teve quaisquer custos), aumentando assim a probabilidade da sua ocorrência no futuro (Andrews & Bonta, 2006; Hoge & Andrews, 2002; Hoge *et al.*, 1996).

Em relação aos restantes factores não incluídos nos *The Big Four*, pudemos verificar que o Grupo I apresenta um nível de risco significativamente superior nas sub-escalas *Contexto Familiar / Práticas Parentais*, *Educação / Emprego*, e *Tempos Livres*, em comparação com o Grupo NI.

Alguns autores relataram que o insucesso e o absentismo escolares (Andrews & Bonta, 2006; Jung & Rawana, 1999; Loeber & Dishion, 1983) e a falta de interesse académico

(Andrews & Bonta, 2006) estão associados ao desenvolvimento da delinquência e que a necessidade de educação especial é um preditor significativo da reincidência (Cottle *et al.*, 2001). Ora, para além do grupo de menores institucionalizados apresentar nesta sub-escala um nível global de risco moderado, diferindo significativamente do grupo de menores não institucionalizados, evidencia-se a significância particular dos itens *Comportamento disruptivo no espaço escolar*, *Problemas de relacionamento com os professores*, *Comportamento disruptivo na sala de aula* e *Baixo rendimento escolar*. Com efeito, se o ingresso destes jovens na delinquência dependesse exclusivamente dos factores relacionados com a educação e o emprego, estaríamos perante uma probabilidade bastante elevada disso ocorrer. Alertámos, porém, para a análise emparelhada de todos os factores, no sentido de que a própria intervenção seja, para além de multidimensional, contextualizada e personalizada (Young, 2009; Kemshall, 2008; Andrews & Bonta, 2006; Santos, 1998).

A sub-escala de *Tempos Livres* baseia-se na premissa de que quanto menor for a participação do jovem em actividades pró-sociais, mais débil será a sua ligação à sociedade (reflexo dos mecanismos de controlo descritos por Durkheim). Assim, se o tempo de lazer não é produtivo nem estruturado, a probabilidade do indivíduo se envolver em actividades criminosas será maior (Burman *et al.*, 2007; Andrews & Bonta, 2006).

Apesar da diferença entre os grupos não ser significativa e o Grupo NI revelar menos frequências observadas no item *Participação reduzida em actividades organizadas* (daqui se deduz que os indivíduos participam mais), mais de metade do Grupo I também confirma o envolvimento neste tipo de actividades. Conquanto, estas convergem significativamente menos para os interesses pessoais em comparação com o grupo de menores não institucionalizados, o que pode, eventualmente, resultar da impossibilidade destes jovens poderem optar por outras actividades se não por aquelas que a instituição disponibiliza. Assim, mesmo tendo em conta que esta dimensão não faça parte dos melhores preditores (*The Big Four*), os resultados realçam novamente o grau de risco moderado que este grupo tem vindo a demonstrar na maior parte dos factores (sub-escalas) preditivos.

Vários investigadores afirmaram que o funcionamento e a estrutura familiares constituem importantes preditores da delinquência (Olver *et al.*, 2009; Cottle *et al.*, 2001; Gendreau *et al.*, 2001; Loeber & Dishion, 1983) e permite fazê-lo com uma acurácia de 63%. Acrescentaram ainda que os pais dos jovens delinquentes têm menos competências parentais que os pais de jovens não delinquentes e que estes estilos parentais ineficazes

englobam o uso reduzido de regras, disciplina ineficiente e supervisão inadequada das crianças (Loeber & Dishion, 1983).

Os itens que constituem a sub-escala *Contexto Familiar / Práticas Parentais*, reflexo destas asserções, assumem-se como factores dinâmicos (*i.e.*, susceptíveis de sofrerem mutações), sendo, por analogia, considerados criminógenos, dado que as relações familiares disfuncionais contribuem para o aumento de comportamentos disruptivos do sujeito (Andrews & Bonta, 2006; Cottle *et al.*, 2001; Gendreau *et al.*, 1996; Harland, 1996; Loeber & Dishion, 1983). Nesta investigação, o Grupo I apresenta um risco significativamente superior nesta sub-escala comparativamente ao Grupo NI. O primeiro apresenta ainda um número significativamente superior de *Outras Necessidades* relacionadas com a *Família / Pais*, enunciadamente, *História crónica de delitos*, *Abuso de drogas / álcool*, *Conflito conjugal* e *Problemas financeiros / de habitação*, *Pais não cooperantes*, *Maus tratos por parte da mãe*. Estes indicadores condizem, assim, com as características dos perfis das figuras parentais de delinquentes encontrados em vários estudos anteriores (Lisboa, 2008; Worling & Langstrom, 2003; Loeber & Dishion, 1983). Acrescente-se que os indivíduos deste grupo estão já a ser alvo de intervenção no sentido de reduzir os riscos que poderiam advir do contacto contínuo com a família, porquanto terem sido retirados desse contexto por medida judicial de acolhimento, o que se reflecte na presença significativa do *Factor de Protecção* nesta sub-escala.

Todavia, considerando o pendor da história passada do indivíduo (que funciona como *antecedente*, segundo a PIC-R), ainda que com atenuação do factor de protecção, o *Contexto Familiar / Práticas Parentais* que estes jovens experienciaram poderá, efectivamente, em conjugação com outros factores, determinar a adopção de comportamentos desviantes no futuro (Young, 2009).

De acordo com a PIC-R, as influências pessoais mediadas aumentam com a predisposição para restringir os seus próprios constrangimentos (através de elementos específicos de auto-gestão, como a capacidade de auto-controlo e de resolução de problemas), e quando as suas cognições deixam de ser neutras. Desta forma, a direcção da influência será determinada pela natureza pró-criminal *versus* anti-criminal das cognições do indivíduo (Andrews & Bonta, 2006). Pois bem, o Grupo de Menores Institucionalizados na Oficina de S. José revela níveis significativamente superiores em algumas de *Outras Necessidades*, tais como *Défice intelectual / atraso de desenvolvimento*; *Dificuldades de aprendizagem*; *Vítima de abuso físico / sexual*; *Vítima de negligência*, *Actividades sexuais*

*inadequadas, Negação dos problemas, Intervenção do sistema de protecção e Condições de vida adversas.* Com base nos pressupostos da teoria enunciada, pode dizer-se que os indivíduos deste grupo encontram-se sob a influência de factores de natureza maioritariamente anti-criminal (Andrews & Bonta, 2006), o que sugere a necessidade de monitorização dos seus efeitos no comportamento dos menores institucionalizados (Young, 2009; Kemshall, 2008; Andrews & Bonta, 2006; Santos, 1998; Harland, 1996). De referir que a escala de *Outras Necessidades* relacionadas com o *jovem* e a sua *família / pais*, não está incluída nas oito escalas principais de previsão de riscos e necessidades criminógenas. De acordo com a PIC-R e o modelo RNR, constitui-se antes como um aglomerado de informações relevantes acerca de *factores de necessidade e responsividade*, que adquirem um carácter utilitário na adequação das intervenções às idiossincrasias de cada indivíduo, e permitem sinalizar comportamentos desviantes, atitudes e cognições de índole criminal e circunstâncias de risco, pelo que, neste estudo, adquirem a mesma função (Andrews & Bonta, 2006; Hoge & Andrews, 2002).

O grupo de menores institucionalizados apresenta um nível global de risco moderado, destacando-se do grupo de menores não institucionalizados que apresenta um nível de risco reduzido. Refira-se que este *score* reflecte a preeminência dos resultados do primeiro em várias das escalas do YLS/CMI. Pois que tal, não se considera correcto classificar, *a priori*, estes indivíduos como presumíveis delinquentes uma vez que o indivíduo dito *delinquente* é um ser consciente, detentor de interesses e motivações que lhe permitem, apesar dos riscos predisponentes, intervir directamente na construção dos processos sociais tal como todo o ser humano (Young, 2009; Lisboa, 2008). Desta forma, de acordo com a PIC-R, mais do que estigmatizar, é necessário reconhecer e compreender a dinâmica dos factores de risco (dinâmicos e estáticos) e, como não poderia deixar de ser, dos factores de protecção. Só assim será possível perceber o impacto destes agentes em termos psico-sociais e delinear um plano de intervenção que responda às necessidades específicas destes indivíduos (Young, 2009; Kemshall, 2008; Andrews & Bonta, 2006; Harland, 1996).

Por fim, importa mencionar que, ao contrário daquilo que seria esperado, o Grupo I apresenta factores de protecção nas sub-escalas *Contexto Familiar / Práticas Parentais* e *Tempos Livres*, diferenciando-se significativamente do Grupo NI. Isto acontece porque todos os sujeitos do primeiro grupo foram retirados do contexto familiar de risco, encontrando-se agora numa instituição que lhes oferece diversas actividades estruturadas. No YLS/CMI, os factores de protecção (relacionados com o *princípio da responsividade* do modelo RN representam características pessoais ou condições ambientais que, de alguma

forma, protegem o indivíduo do risco a que está exposto através da compensação ou neutralização das consequências de uma situação problemática (Hoge *at al.*, 1996c). Segundo Andrews e Bonta (2006), estes agentes ocupam um papel particular na adequação otimizada das intervenções às potencialidades do indivíduo. Ora, se por um lado os menores institucionalizados apresentam um nível inquietante de risco moderado, por outro, também beneficiam do efeito amortizador de alguns factores de protecção, o que relativiza esse mesmo risco ou o que dele possa suceder. Cumulativamente, a intervenção sobre estes indivíduos encontraria aqui o seu esteio (Young, 2009; Kemshall, 2008; Andrews & Bonta, 2006; Harland, 1996).

Posto isto, podemos dizer que a hipótese 1 se confirma apenas em parte, uma vez que não existem diferenças significativas entre os dois grupos na totalidade das sub-escalas de *Avaliação dos Riscos e das Necessidades*. O grupo de menores institucionalizados apresenta, sim, resultados significativamente superiores ao grupo de menores não institucionalizados nas dimensões do *Contexto Familiar / Práticas Parentais, Educação / Emprego; Relações com os Pares, Tempos Livres, Personalidade / Comportamento e Atitudes / Orientação* mas não significativos nos *Delitos e Medidas Anteriores e Actuais, Consumo de Substâncias e Atitudes / Orientação*.

Por outro lado, os resultados encontrados permitem confirmar as hipóteses 3 e 4, na medida que o grupo de menores institucionalizados apresenta, de facto, um número de *Outras Necessidades* relacionadas com o *jovem* e a sua *família / pais* e uma *Média Total de Risco* significativamente superiores ao grupo de menores não institucionalizados.

Finalmente, os resultados comprovam que o grupo de menores institucionalizados apresenta um nível significativamente superior de *Factores de Protecção*, contrariamente ao que tínhamos suposto. Constata-se, deste modo, a infirmação da hipótese 2.

## CONCLUSÃO

A complexidade do fenómeno do crime tem suscitado largo interesse desde os tempos mais remotos. Temos, por isso, assistido à emergência de diversas e diversificadas teorias que procuram descrever, umas mais, outras menos, as dimensões bio-psico-sociais dos comportamentos delituosos e dos seus agentes.

Do entendimento existente na actualidade, sabe-se que o crime não se encerra em si mesmo, estando associado a muitos outros factos e conceitos (*e.g.*, delinquência, transgressão, entre outros). A sua intelecção sobrevém, pois, da análise emparelhada das particularidades do acto, do actor e das variáveis circunstanciais e da integração dos contributos de diferentes áreas do saber: biologia, sociologia e psicologia. A *Personal Interpersonal and Community-Reinforcement Theory (PIC-R)* foi concebida com esse mesmo objectivo e baseia-se, essencialmente, no respeito pela complexidade do ser humano e pelas mutações inter e intra-individuais. E dela resultam aceções que permitem prever comportamentos criminais futuros e estruturar planos de intervenção mais eficazes. Para além disso, sugere a construção de instrumentos de avaliação que incorporem os princípios do *Risk-Need-Responsivity Model (RNR)*.

A previsão do comportamento delituoso assenta numa avaliação estruturada dos factores de risco (estáticos e dinâmicos) e das necessidades criminógenas (dinâmicas). Este pressuposto sugere que o jovem carece de uma intervenção, pelo que é necessário reforçar a ligação entre a avaliação do risco e as intervenções subsequentes. Uma avaliação combinada permite aprimorar a capacidade de previsão e sinalizar as áreas de intervenção mais urgentes, bem como identificar as idiosincrasias de cada indivíduo em particular.

À semelhança de outros conceitos e fenómenos, também os paradigmas que conceptualizam a avaliação de risco têm sofrido diversas actualizações. De momento, já encontramos instrumentos de avaliação de quarta geração que permitem identificar os factores etiológicos do comportamento delituoso e recolher informações vitais para a concepção de planos de intervenção mais adequados ao indivíduo. O *Youth Level of Service / Case Management Inventory (YLS/CMI)* é um inventário estandardizado que traduz as asserções desta última geração e integra a metodologia deste estudo. A sua validade tem sido comprovada em vários estudos empíricos.

Com o objectivo de avaliar perfis de risco em menores, efectuámos uma entrevista semi-directiva, utilizando as informações recolhidas para preencher o YLS/CMI. Durante o período de recolha de dados foi necessário recorrer a múltiplas fontes de informação destes sujeitos a fim de eduzir e confirmar alguns dados, pelo que se destaca a proficiência do contributo desta acção no incremento da qualidade das avaliações.

Esta investigação permitiu concluir que os menores institucionalizados da Oficina de S. José têm uma maior predisposição para a delinquência / crime, tal que apresentam um nível de risco global moderado, contrariamente aos menores não institucionalizados que revelam um nível reduzido. Este resultado reflecte o ónus interaccional de vários factores de risco relacionados com a educação, a relação com os pares, os tempos livres, a personalidade e o comportamento. Daqui se conclui que o grupo de maior risco apresenta dois (*pares anti-sociais* e *personalidade anti-social*) dos quatro correlatos mais fortes do comportamento criminal descritos pela PIC-R como os *The Big Four* (acrescem aos anteriores, *história criminal* e *atitudes anti-sociais*), o que suscita alguma preocupação.

Todavia, se o rigor da avaliação e da intervenção subsequente deve vislumbrar a ponderação adicional do impacto das variáveis individuais e ambientais no lócus de controlo do sujeito, diga-se igualmente que a previsibilidade do comportamento e a sua receptividade à influência aumenta, pois, com a avaliação individualizada da recompensa e a sinalização das ocorrências / custo de resposta. Mais, a direcção da influência dos antecedentes vai depender da natureza pró-criminal / anti-criminal das cognições do indivíduo, tal que a sua neutralidade pode enfraquecer ou mesmo revogar o comportamento criminal.

No nosso entender, os jovens institucionalizados terão desenvolvido um padrão de específico de comportamento em função das contingências que acompanharam o seu desenvolvimento bio-psico-social (*antecedentes*). Distantes da família, ainda que de uma forma não intencional, procuram noutros modelos a afectividade que já não podem ter (ou que nunca tiveram) dos pais. Para além disso, muitos destes menores sofreram o impacto de condutas parentais inadequadas que, na sua maior parte, se caracterizam pela desviância e/ou criminalidade.

As condições precedentes podem ainda ter contribuído para uma certa relutância ao processo educativo. Contudo, não podemos conceituar estes factos como produto de uma predisposição para o insucesso: as propriedades de controlo dos antecedentes, tal como as consequências, são reforçadas pela interacção do indivíduo com o meio ambiente. Ora,



lembramos que, segundo a PIC-R, os princípios que regem a aquisição, manutenção e reorganização das propriedades de controlo de um estímulo incluem as condições de predisposição genética constitucional; funcionamento biofísico e cognitivo; desenvolvimento humano; repertório comportamental; condições de estado; e condicionamento operante, incluindo a aprendizagem por observação, interiorização de regras, controlo simbólico e promulgação de papel. Por tal, a adopção dos comportamentos disruptivos verificados pode reflectir a necessidade de emissão de uma qualquer resposta, cujo objectivo se prende, tão simplesmente, com a transmutação dos constrangimentos impostos pela sociedade.

O grupo de menores institucionalizados apresenta, tal como previsto, um número significativo de outras necessidades criminógenas (segunda escala do YLS/CMI). Segundo a PIC-R e o RNR, estas estão relacionadas com os factores de necessidade e responsividade, *i.e.*, permitem a identificação de outras características familiares e individuais, contribuindo para uma melhor adequação da intervenção. Neste sentido, pode concluir-se que o perfil dos menores avaliados, não sendo o resultado de uma simples soma numérica de variáveis, deve integrar todas as particularidades do indivíduo tanto quanto possível. Considerando, pois, a visão integrativa de avaliação / intervenção da PIC-R podemos ainda concluir que o grupo de menores institucionalizados carece de acções que incentivem o desenvolvimento de atitudes, valores, cognições, comportamentos e estratégias pró-sociais mais assertivas que permitam minimizar os efeitos dos factores de risco e incrementar o potencial dos factores de protecção.

Parece-nos pertinente introduzir neste momento outra das conclusões deste estudo: se, por um lado, os menores institucionalizados na Oficina de S. José enunciam um nível de risco criminal superior aos menores não institucionalizados, por outro, também usufruem do carácter protector de alguns factores que não se verificam nos outros sujeitos, ao contrário daquilo que hipotetizámos. Os prejuízos resultantes da acção dos factores de risco podem, deste modo, ser atenuados pela conciliação de outros agentes.

Pois que tal, não se tropece no erro crasso de rotular estes jovens como futuros delinquentes / criminosos, antes se utilize estas informações para repensar as estratégias e os recursos interventivos utilizados na redução do risco e na compensação das suas necessidades mais prementes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agra, C. (1995). Da rapsódia à Sinfonia – sentido para a compreensão de um sistema de pensamento na área das drogas. *Toxicodependências*, 1, 26-32.
- Agra, C. (2001). *Separata de estudos Em Comemoração – dos cinco anos da Faculdade de Direito de Universidade do Porto: Elementos para uma Epistemologia da Criminologia*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Almeida, L., & Freire, T. (2003). *Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação*, 3ª Ed. Braga: PsiQuilíbrios Edições.
- Andrews, D., & Bonta, J. (2006). *The psychology of criminal conduct*, 4ªEd. Nova York: LexisNexis Group.
- Ashford, J., Sales, B., & Reid, W. (eds.) (2001). *Treating Adult and Juvenile Offenders with Special Needs*. Washington: American Psychological Association.
- Barken, S. (1997). *Criminology: A sociological understanding*. New Jersey: Prentice Hall.
- Becker, A. (1963). *Outsiders*. New York: The Free Press.
- Benavente, R. (2002). Delinquência juvenil: da disfunção social psicopatologia. *Análise Psicológica*, 4 (XX), 637-645.
- Bonta, J. (1989). Native inmates: Institutional response, risk, and needs. *Canadian Journal of Criminology*, 11, 49-62.
- Bonta, J. (2002). Offender Risk Assessment: Guidelines for Use. *Criminal Justice and Behaviour*, 29(4), 355-379.
- Bonta, J., LaPrairie, C., & Wallace-Capretta (1997). Risk prediction and re-offending: Aboriginal and non-aboriginal offenders. *Canadian Journal of Criminology*, 39, 127-144.
- Bonta, J., Law, M., & Hanson, K. (1998). The prediction of criminal and violent recidivism among mentally disordered offenders: A meta-analysis. *Psychological Bulletin*, 123(2), 123-142.
- Bonta, J., Lipinski, S., & Martin, M. (1992). The characteristics of aboriginal recidivists. *Canadian Journal of Criminology*, 34, 517-521.

- Borum, R. (2003). Managing at Risk Juvenile Offenders in the Community: Putting Evidence Based Principles into Practice. *Journal of Contemporary Criminal Justice*, 19, 114-137.
- Burman, M., Armstrong, S., Batchelor, S., McNeill, F. & Nicholson, J. (2007). *Research and Practice in Risk Assessment and Risk Management of Children and Young People engaging in Offending Behaviours: A Literature Review*. Scotland: Scottish Centre for Crime and Justice Research – Team of Glasgow University.
- Burnett, R., & Roberts, C. (2004). *What Works in Probation and Youth Justice: Developing Evidence Based Practice*. Devon: Willan Publishers.
- Bryan, K., Freer, J., & Furlong, C. (2007). Language and Communication Difficulties in Juvenile Offenders. *International Journal of Language and Communication Disorders*, 42(5), 505-520.
- Cann, J., Falshaw, L., & Friendship, C. (2005). Understanding ‘What Works’: Accredited Cognitive Skills Programmes for Young Offenders. *Youth Justice*, 5, 165-179.
- Carrilho, L. (2000). *Influências familiares no desenvolvimento de trajetórias desviantes em adolescentes institucionalizados*. Dissertação de candidatura ao grau de Doutor. Universidade do Porto - Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação - Centro de Ciências do Comportamento Desviante.
- Catchpole, R., & Gretton, H. (2003). The Predictive Validity of Risk Assessment with Violent Young Offenders: A One-Year Examination of Criminal Outcome. *Criminal Justice and Behaviour*, 30, 688-708.
- Chesney-Lind, M. (1997). *The female offender: Girls, Women, and Crime*. Thousand Oaks: Sage.
- Costigan, S. (1999). *Critical evaluation of the long-term validity of the risk/need Assessment*. Apresentação na Annual Conference of the Canadian Psychological Association, Canadá.
- Cottle, C., Lee, R., & Heilbrun, K. (2001). The prediction of criminal recidivism in juveniles: A meta-analysis. *Criminal Justice and Behavior*, 28(3), 367-394.
- Dias, J., & Andrade, M. (1997). *Criminologia - O Homem Delinquente e a Sociedade Criminógena*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Farrow, K., Kelly, G., & Wilkinson, B. (2007). *Offenders in Focus*. Bristol: The Policy Press.

- Fortin, M-F. (1999). *O Processo de Investigação – da Concepção à Realização*. Loures: Lusociência, Edições Técnicas e Científicas.
- Foucault, M. (1999). *Vigiar e Punir - Histórias da Violência nas Prisões*. Brasil, Petrópolis: Editora Vozes.
- Funk, S. (1999). Risk assessment for juveniles on probation: A focus on gender. *Criminal Justice and Behavior*, 26(1), 44-68.
- Gabor, T. (1986). *The prediction of criminal behaviour: statistical approaches*. Toronto: University of Toronto Press.
- Gendreau, P., Little, T., & Goggin, C. (1996). A meta-analysis of the predictors of adult offender recidivism: What works! *Criminology*, 20, 3-17.
- Gossner, D. (2003). *Validation of the Youth Level of Service / Case Management Inventory with Saskatchewan Young Offenders*. Saskatoon: University of Saskatchewan - Department of Educational Psychology and Special Education.
- Gottfredson, M., & Hirschi, T. (1990). *A General Theory of Crime*. California: Stanford University Press.
- Hann, R., & Harman, W. (1992). *Predicting release risk for aboriginal penitentiary inmates*. Ottawa: Solicitor General Canada, Ministry Secretariat.
- Harland, A. (1996). *Choosing correctional options that work: Defining the demand and evaluating the supply*. Thousand Oaks: Sage.
- Hoge, R., & Andrews, D. (1996a). The Youth Level of Service / Case Management Inventory: Description and Evaluation. Comunicação apresentada na *Annual Conference of the American Psychological Association*, Toronto, Ontario.
- Hoge, R., & Andrews, D. (1996b). *The Youth Level of Service / Case Management Inventory (YLS/CMII/CAI): Intake manual and item scoring key*. Toronto, Ontario: Carleton University - Department of Psychology.
- Hoge, R., & Andrews, D. (1996c). *Assessing the Youthful Offender: Issues and Techniques*. London: Plenum Press.
- Hoge, R., & Andrews, D. (2002). *Youth Level of Service / Case Management Inventory: User's manual*. Toronto, Ontario: Multi-Health Systems.
- Hoge, R., Andrews, D., & Leschied, A. (1996). An investigation of risk and protective factors in a sample of youthful offenders. *Journal of Child Psychology and Psychiatry and Allied Disciplines*, 37, 419-424.

- Holsinger, A., Lowenkamp, C., & Latessa, E. (2006). Predicting institutional misconduct using the Youth Level of Service/Case Management Inventory. *American Journal of Criminal Justice*, 30 (2), 267-284.
- Ilacqua, G., Coulson, G., Lombardo, D., & Nutbrown, V. (1999). Predictive validity of the young offender level of service inventory for criminal recidivism of male and female young offenders. *Psychological Reports*, 84, 1214-1218.
- Jung, S., & Rawana, E. (1999). Risk and need assessment of juvenile offenders. *Criminal Justice and Behavior*, 26(1), 69-89.
- Kemshall, H. (2008). Risks, Rights and Justice: Understanding and Responding to Youth Risk. *Youth Justice*, 8, 21-37.
- Lisboa, A. (2008). *A Pobreza, um Livre Trânsito para a Delinquência Juvenil?* Dissertação de candidatura ao grau de Doutor. Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Economia e Gestão.
- Loeber, R., & Dishion, T. (1983). Early predictors of male delinquency: A review. *Psychological Bulletin*, 94(1), 68-99.
- Malpique, C., & Queirós, J. (1984). Fim da adolescência: avaliação do nível de identidade, um indicador de saúde mental. *Revista de Psiquiatria*, 6 (4), 37-51.
- Manita, C. (1998). *Auto-Organização Psicológica e Transgressão. Análise empiro-crítica de duas figuras do comportamento desviante: criminosos e consumidores de drogas.* Dissertação de candidatura ao grau de Doutor. Universidade do Porto - Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação - Centro de Ciências do Comportamento Desviante.
- Matza, D. (1964). *Delinquency and Drift*. New York: Wiley.
- McGuire, J. (1995). *What works: Reducing reoffending - Guidelines from research and practice*. Chichester: John Wiley & Sons Ltd.
- Olver, M., Stockdale, K., & Wormith, S. (2009). Risk Assessment with Young Offenders: A Meta-Analysis of Three Assessment Measures. *Criminal Justice and Behaviour*, 36, 329-353.
- Onifade, E., Davidson, W., & Campbell, C. (2009). Risk Assessment: The Predictive Validity of the Youth Level of Service Case Management Inventory with African Americans and Girls. *Journal of Ethnicity in Criminal Justice*, 7 (3), 205-221.

- O'Reilly, G., & Hayes, J. (2007). *Emotional Intelligence, Mental Health and Juvenile Delinquency*. Cork: Juvenile Mental Health Matters.
- Rantakallio, P., Myhrman, A., & Koiranen, M. (1995). Juvenile offenders, with special reference to sex differences. *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology*, 30(3), 113-120.
- Roberts, C., Baker, K., Jones, S., & Merrington, S. (2001). *Validity and Reliability of Asset: Interim Report to the Youth Justice Board*. Oxford: University of Oxford - Centre for Criminologic Research.
- Robinson, G. (1996). Refining the risk concept: decision context as a factor mediating the relation between risk and program effectiveness. *Crime and Delinquency*, 42(3), 435-455.
- Rowe, R. (2002). *Predictors of criminal offending: Evaluation measures of risk/needs, psychopathy, and disruptive behaviour disorders*. Dissertação de candidatura ao grau de Doutor. Carleton University Ottawa - Departement of Psychology.
- Santos, C. (1998). *Auto-Organização Psicológica e Transgressão: análise empirico-crítica de duas figuras do comportamento desviante: criminosos e consumidores de drogas*. Dissertação de candidatura ao grau de Doutor. Universidade do Porto - Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação - Centro de Ciências do Comportamento Desviante.
- Schmidt, F., Hoge, R., & Gomes, L. (2005). Reliability and Validity Analyses of the Youth Level of Service/Case Management Inventory. *Criminal Justice and Behaviour*, 32, 329-344.
- Schmidt, F., Hoge, R., & Robertson, L. (2002). *Assessing risk and need in youthful offenders*. Apresentação na Annual Conference of the Canadian Psychological Association, Vancouver.
- Simourd, L., & Andrews, D. (1994). Correlates of delinquency: A look at gender differences. *Forum on Corrections Research*, 6, 26-31.
- Steffensmeier, D., & Allan, E. (1996). Gender and crime: Toward a gendered theory of female offending. *Annual Review of Sociology*, 22, 459-487.
- Stephenson, M., Giller, H., & Brown, S. (2009). *Effective Practice in Youth Justice*. Devon: Willan Publishing.

- Sutherland, A. (2009). The 'Scaled Approach' in Youth Justice: Fools Rush In... *Youth Justice*, 9, 44-60.
- Ward, T., & Maruna, S. (2007). *Rehabilitation: Beyond the Risk Paradigm*. Oxon: Routledge.
- Worling, J., & Langstrom, N. (2003). Assessment of Criminal Recidivism Risk with Adolescents who have Offended Sexually: A Review. *Trauma, Violence and Abuse*, 4, 341-362.
- Wormith, J. (2001). Assessing offender assessment: Contributing to effective correctional treatment. *ICCA Journal on Community Corrections*, July, 12-22.
- Young, S. (2009). *Literature Review. Risk Assessment Tools for Children in Conflict with the Law*. Ireland: Irish Youth Justice Service.

## ANEXOS

### ANEXO 1

Guião de Entrevista - Avaliação de Perfis de Risco em Adolescentes

### ANEXO 2

Youth Level of Service / Case Management Inventory (YLS/CMI) - Versão Portuguesa

### ANEXO 3

Pedido de Autorização Oficina de S. José

### ANEXO 4

Consentimento Informado Encarregados de Educação - Participantes S/ História de Institucionalização

### ANEXO 5

Consentimento Informado - Participantes Oficina de S. José

### ANEXO 6

Consentimento Informado - Participantes S/ História de Institucionalização

### ANEXO 7

Resumo / Abstract para Submissão de Comunicação Oral

### ANEXO 8

Artigo em Formato Publicável



## Guião de Entrevista

### Avaliação de Perfis de Risco em adolescentes

Este guião foi construído no âmbito do Projecto de Investigação do Mestrado de Psicologia Forense e da Transgressão do Instituto Superior de Ciências da Saúde – Norte. Engloba dois instrumentos: um questionário para recolha de informações sócio-demográficas e levantamento de comportamentos e atitudes relacionadas com a delinquência; e o *Youth Level of Service / Case Management Inventory* (YLS/CMI) desenvolvido por Hoge, Andrews e Leschied em parceria com algumas instituições com o objectivo de identificar factores de risco, necessidade e responsividade de jovens ofensores.

#### Grandes Áreas da Entrevista

1. Dados Pessoais e Sócio-demográficos
2. Contexto Familiar
3. Relação com os Pares
4. Educação / Emprego
5. Tempos Livres
6. Personalidade / Comportamento
7. Atitudes / Orientação
8. Comportamentos Desviantes
9. Delitos e Medidas Judiciais

#### 1. Dados Pessoais e Sócio-demográficos

Nome

Data de Nascimento

Idade

Sexo

Nacionalidade

Habilitações Literárias

História clínica (física e mental)

História de agressões / maus tratos / negligência

## **2. Contexto Familiar**

Quem e quantos elementos constituem o agregado familiar

Nível sócio-económico

Tipo de habitação

Emprego dos pais

Tipo de relação entre os membros do agregado (em especial do sujeito com as figuras parentais)

Práticas parentais (supervisão, disciplina aplicada, consistência de comportamentos, interesse e cooperação dos pais no percurso de vida do sujeito)

Traumas familiares

História de problemas culturais

História familiar de perturbações psiquiátricas

História Familiar de Consumo de Substâncias

História Familiar de Criminalidade e medidas judiciais

## **3. Relação com os Pares**

Quantidade de amigos

Pares de outro grupo etário

Tipo de relação com os amigos

Tipo de relação com os colegas

Modelos positivos de conhecidos e amigos

Tipo de comportamento dos pares (delinquência, consumo de substâncias, comportamentos de oposição, contacto com a justiça)

Vitimação

## **4. Educação / Emprego**

Escolaridade

Tipo de escola

Tipo de emprego

Resultados de aprendizagem

Défices intelectuais, de competências de resolução de problemas e de competências sociais

Comportamento na sala de aula / espaços escolares / emprego

Relação com os pares

Relação com as figuras de autoridade

Pontualidade e Assiduidade

## **5. Tempos Livres**

Actividades de tempos livres

Tempo ocupado em actividades de tempos livres

Relação dessas actividades com os seus interesses pessoais

## **6. Personalidade / Comportamento**

Auto-estima

Agressividade física

Agressividade verbal, insolência

Acessos de cólera

Défices de atenção

Baixa tolerância à frustração

Sentimentos de culpa inapropriados

Timidez, Introversão

Comportamento sexual inadequado  
Depressão e tentativas de suicídio

## **7. Atitudes / Orientação**

Atitudes anti-sociais / Pró-criminais  
Atitudes racistas / sexistas  
Desafio à autoridade  
Atitudes de procura e aceitação de ajuda  
Sensibilidade e preocupação com os outros  
Negação dos próprios problemas

## **8. Comportamentos Desviantes**

Consumo de substâncias (álcool, drogas leves, drogas pesadas, medicamentos) / frequência / associação com actividades delituosas  
Tráfico de substâncias  
Abuso de substâncias com interferência na sua vida  
História de agressão física / sexual  
História de agressão a figuras de autoridade  
História de uso de armas  
História de furtos  
História de assaltos  
História de invasão e / ou destruição de propriedade alheia  
História de incêndios ou tentativas de incêndios  
História de fugas  
Venda de produtos roubados  
História de extorsão

## **9. Delitos e Medidas Judiciais**

História de delitos  
Cumprimento de determinações judiciais  
Contacto com o sistema judicial (esquadras, colégio educativo, tribunal) / circunstâncias  
Intervenção do sistema de protecção / circunstâncias

## Youth Level of Service / Case Management Inventory (YLS/CMI)

Versão Portuguesa

## YLS/CMI

Por Robert D. Hoge, Ph.D., D.A. Andrews, Ph.D., e Alan W. Leschied, Ph.D.

Nome do avaliado:	Sexo: M <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	Data de nascimento: <a href="#">Clique aqui para introduzir uma data.</a>
Técnico:	Equipa: escolher	Idade
Data da avaliação: <a href="#">Clique aqui para introduzir uma data.</a>	escolher	Dossier nº

**Parte I: Avaliação dos Riscos e das Necessidades**

O YLS/CMI é um inventário quantitativo de avaliação das características e circunstâncias de vida dos jovens delinquentes, com relevância para as decisões respeitantes ao grau de intervenção, à supervisão e ao planeamento do caso. Em cada sub-escala, assinale com um "X" os itens que se aplicam ao jovem sob avaliação. Se a sub-escala for considerada um factor de protecção, preencha com o sinal ✓ o respectivo campo ("Factor de protecção"). Os itens são explicados no Anexo A do Manual do Utilizador.

**1. Delitos e medidas anteriores e actuais**

- a. Três ou mais delitos provados em tribunal em processos anteriores
- b. Dois ou mais incumprimentos de determinações do tribunal
- c. Anterior aplicação de medida não institucional
- d. Anterior aplicação de medida de internamento em centro educativo
- e. Três ou mais delitos no(s) actual(ais) processo(s)

**Comentários:****Fonte(s) de informação:****2. Contexto familiar / Práticas parentais**

- a. Supervisão inadequada
- b. Dificuldade em controlar o comportamento
- c. Disciplina inadequada
- d. Práticas parentais inconsistentes
- e. Má qualidade da relação (pai - jovem)
- f. Má qualidade da relação (mãe - jovem)

**Factor de protecção** **Comentários:****Fonte(s) de informação:****3. Educação / Emprego**

- a. Comportamento disruptivo na sala de aula
- b. Comportamento disruptivo no espaço escolar
- c. Baixo rendimento escolar
- d. Problemas de relacionamento com os pares
- e. Problemas de relacionamento com os professores
- f. Absentismo escolar injustificado
- g. Sem emprego / não procura emprego

**Factor de protecção** **Comentários:****Fonte(s) de informação:****4. Relação com os pares**

- a. Alguns delinquentes entre os seus conhecidos
- b. Alguns amigos delinquentes
- c. Nenhum ou poucos modelos positivos entre os conhecidos
- d. Nenhum ou poucos modelos positivos entre os amigos

**Factor de protecção** **Comentários:****Fonte(s) de informação:**

# YLS/CMI

Por Robert D. Hoge, Ph.D., D.A. Andrews, Ph.D., e Alan W. Leschied, Ph.D.

Em cada sub-escala, assinale com um "X" os itens que se aplicam ao jovem sob avaliação. Se a sub-escala for considerada um factor de protecção, preencha com o sinal ✓ o respectivo campo ("Factor de protecção").

## Parte I: Avaliação dos Riscos e das Necessidades (Continuação)

### 5. Abuso de substâncias

- a. Consumo ocasional de drogas
  - b. Consumo regular de drogas
  - c. Consumo regular de álcool
  - d. Abuso de substâncias com interferência na vida do jovem
  - e. Consumo de substâncias relacionado com a actividade delituosa
- Factor de protecção**

Comentários:

Fonte(s) de informação:

### 6. Tempos livres

- a. Participação reduzida em actividades organizadas
  - b. Poderia usar melhor o seu tempo
  - c. nenhuns interesses pessoais
- Factor de protecção**

Comentários:

Fonte(s) de informação:

### 7. Personalidade / Comportamento

- a. Auto-estima exagerada
  - b. Agressividade física
  - c. Acessos de cólera
  - d. Défices de atenção
  - e. Baixa tolerância à frustração
  - f. Sentimentos de culpa inadequados
  - g. Agressividade verbal, insolência
- Factor de protecção**

Comentários:

Fonte(s) de informação:

### 8. Atitudes / Orientação

- a. Atitudes anti-sociais / pró-criminais
  - b. Não procura ajuda
  - c. Rejeita activamente ajuda
  - d. Desafia a autoridade
  - e. Insensível, pouco preocupado com os outros
- Factor de protecção**

Comentários:

Fonte(s) de informação:

# YLS/CMI

Por Robert D. Hoge, Ph.D., D.A. Andrews, Ph.D., e Alan W. Leschied, Ph.D.

## Parte II: Resumo dos Riscos e das Necessidades

Some o número total de itens assinalados com “X” em cada sub-escala e marque o nível de risco em cada uma delas. Some depois os números de X’s nas colunas A e B. O resultado total deve ser indicado no quadro “Nível Global de Risco”, no fim da página. Os campos “FP” são assinalados sempre que a respectiva sub-escala for considerada um factor de protecção. O quadro seguinte pode ser usado para um resumo.

Níveis de risco	Delitos / Medidas Anteriores e Actuais	Contexto Familiar / Práticas Parentais	Educação / Emprego	Relação com os Pares	Abuso de Substâncias	Tempos Livres	Personalidade / Comportamento	Atitudes / Orientação
Baixo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Moderado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alto	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Factor de protecção		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

### Coluna A      Coluna B

#### 1. Delitos e medidas anteriores e actuais

Nível de risco:

Baixo (0)

Moderado (1-2)

Alto (3-5)





FP

#### 5. Abuso de substâncias

Nível de risco:

Baixo (0)

Moderado (1-2)

Alto (3-5)




#### 2. Contexto familiar / Práticas parentais

Nível de risco:

Baixo (0-2)

Moderado (3-4)

Alto (5-6)





FP

#### 6. Tempos livres

Nível de risco:

Baixo (0)

Moderado (1)

Alto (2-3)




#### 3. Educação / Emprego

Nível de risco:

Baixo (0)

Moderado (1-3)

Alto (4-7)





FP

FP

#### 7. Personalidade / Comportamento

Nível de risco:

Baixo (0)

Moderado (1-4)

Alto (5-7)




#### 4. Relação com os pares

Nível de risco:

Baixo (0-1)

Moderado (2-3)

Alto (4)





FP

FP

#### 8. Atitudes / Orientação

Nível de risco:

Baixo (0)

Moderado (1-3)

Alto (4-5)




Coluna A  
Total

Coluna B  
Total

#### Nível Global de Risco

Soma dos totais das colunas A e B

Baixo (0-8)

Moderado (9-22)

Alto (23-34)

Muito Alto (35-42)

# YLS/CMI

Por Robert D. Hoge, Ph.D., D.A. Andrews, Ph.D., e Alan W. Leschied, Ph.D.

## Parte III: Avaliação de Outras Necessidades e Considerações Especiais

### 1. Família / Pais

- |   |   |  |
|---|---|--|
| <input type="checkbox"/> História crónica de delitos        | <input type="checkbox"/> Problemas financeiros / de habitação | <input type="checkbox"/> Maus tratos por parte da mãe                        |
| <input type="checkbox"/> Perturbação emocional/psiquiátrica | <input type="checkbox"/> Pais não cooperantes                 | <input type="checkbox"/> Trauma familiar significativo<br>especificar: _____ |
| <input type="checkbox"/> Abuso de drogas / álcool           | <input type="checkbox"/> Questões culturais/étnicas           | <input type="checkbox"/> Outra<br>especificar: _____                         |
| <input type="checkbox"/> Conflito conjugal                  | <input type="checkbox"/> Maus tratos por parte do pai         |  |

Comentários:

---

### 2. Jovem

- |   |  |  |
|---|--|--|
| <input type="checkbox"/> Problemas de saúde                               | <input type="checkbox"/> Pares de outro grupo etário     | <input type="checkbox"/> Ameaças por outros                              |
| <input type="checkbox"/> Incapacidade física                              | <input type="checkbox"/> Deprimido                       | <input type="checkbox"/> História de agressão sexual / física            |
| <input type="checkbox"/> Défice intelectual / atraso do desenvolvimento   | <input type="checkbox"/> Baixa auto-estima               | <input type="checkbox"/> História de agressão a figuras de autoridade    |
| <input type="checkbox"/> Dificuldades de aprendizagem                     | <input type="checkbox"/> Actividades sexuais inadequadas | <input type="checkbox"/> História de uso de armas                        |
| <input type="checkbox"/> Rendimento escolar inferior às capacidades       | <input type="checkbox"/> Atitudes racistas / sexistas    | <input type="checkbox"/> História de incêndios ou tentativas de incêndio |
| <input type="checkbox"/> Défice de competências de resolução de problemas | <input type="checkbox"/> Défice de competências sociais  | <input type="checkbox"/> História de fugas                               |
| <input type="checkbox"/> Vítima de abuso físico / sexual                  | <input type="checkbox"/> Negação dos problemas           | <input type="checkbox"/> Intervenção do sistema de protecção             |
| <input type="checkbox"/> Vítima de negligência                            | <input type="checkbox"/> Tentativas de suicídio          | <input type="checkbox"/> Condições habitacionais adversas                |
| <input type="checkbox"/> Tímido / introvertido                            | <input type="checkbox"/> Diagnóstico de psicose          | <input type="checkbox"/> Outra<br>especificar: _____                     |

Comentários (anote quaisquer considerações especiais de responsividade, incluindo a necessidade de serviços culturalmente adaptados):

## Parte IV: Avaliação Pessoal do Nível Geral de Risco/Necessidades do Jovem

Tendo em conta toda a informação disponível, faça a sua estimativa do nível de risco deste caso. Se a sua estimativa difere da do inventário, apresente as razões dessa diferença.

Nível de risco:

- |            |                          |         |
|------------|--------------------------|---------|
| Baixo      | <input type="checkbox"/> | Razões: |
| Moderado   | <input type="checkbox"/> |         |
| Alto       | <input type="checkbox"/> |         |
| Muito alto | <input type="checkbox"/> |         |

**Pedido de Autorização Oficina de S. José**

Gandra, 22 de Julho de 2009

Sara Filipa Gama Fernandes

Exmo. Conselho de Administração da Oficina de S. José

Caro Sr. XXXX

Serve a presente para pedir ao Conselho de Administração da Oficina de S. José autorização para realização de um estudo de Investigação no âmbito do Mestrado em Psicologia Forense e da Transgressão, na vossa consagrada Instituição. Nesse sentido, enviamos em anexo o nosso projecto para que possam conhecer e compreender melhor as particularidades da investigação que se deseja desenvolver.

No ano lectivo de 2007/2008 realizei o estágio académico de Psicologia Clínica no vosso Lar de Acolhimento de Menores e, desde então, tenho desenvolvido um especial interesse pelos utentes de Instituições semelhantes. Nesse sentido, matriculei-me no Mestrado de Psicologia Forense e da Transgressão no Instituto Superior de Ciências da Saúde – Norte, CESPU,crl., com que a Oficina de S. José tem colaborado através da oferta de alguns locais de estágio.

De momento, e em conjunto com o meu orientador, o Mestre Ernesto Fonseca, estou a trabalhar num projecto de Investigação sobre Perfis de Risco, que utilizará pela primeira vez em Portugal um inventário que permite realizar uma análise detalhada do risco e das necessidades dos jovens, permitindo estabelecer uma ponte entre estes factores e a concepção de melhores planos de intervenção. Trata-se do Inventário Youth Level of Service / Case Management Inventory (YLS/CMI) (Anexo 3 do nosso projecto), foi desenvolvido por Hoge, Andrews e Leschied e tem sido amplamente utilizado por investigadores de variadas nacionalidades. O nosso estudo preconiza ainda a utilização de um questionário que inclui questões sócio-demográficas e fornece um inventário de comportamentos e atitudes relacionadas com a delinquência. Após a análise cuidada destes dois instrumentos construímos um guião de entrevista (Anexo 2 do nosso projecto) com as questões que serão efectuadas aos utentes.

De uma forma sintetizada, o que pretendemos estudar é se, a história de institucionalização ou a sua ausência estão associados a diferentes perfis de risco. Por conseguinte, pretendemos construir dois grupos diferentes de 30 sujeitos com idades compreendidas entre os 12 e os 17 anos: 1) Menores com história de Institucionalização (Menores da Oficina de S. José), e 2) de Menores sem História de Institucionalização



(Menores seleccionados aleatoriamente). Para que isso seja possível, solicitamos autorização para desenvolvermos este estudo na vossa instituição.

É importante referir que serão marcadas entrevistas individuais com uma duração aproximada de 60 minutos, com localização preferencial na Oficina de S. José (Grupo Menores Oficina de S. José). Durante a entrevista, os sujeitos receberão indicações sobre o estudo em prossecução e ainda sobre a confidencialidade dos dados fornecidos – dados presentes no consentimento escrito (Anexo 7 do nosso projecto) que lhes será inicialmente requerido, no sentido de se sentirem respeitados, livres para decidirem sobre si próprios e responsabilizados pela seriedade das informações que vão legar. Os respectivos encarregados de educação (responsáveis a nomear pela Instituição) também receberão um pedido de consentimento (Anexo 5 do nosso projecto).

As informações recolhidas apenas serão acedidas por mim e pelo meu orientador e referem-se a dados sócio-demográficos, delitos e medidas anteriores e actuais, contexto familiar e práticas parentais, educação e/ou emprego, relação com os pares, consumo de substâncias, tempos livres, personalidade e comportamento, atitudes e orientação.

A informação estatística do estudo não permitirá a identificação dos utentes e será publicada na Tese de Mestrado da aluna e comunicada ao Instituto Superior de Ciências da Saúde – Norte, à Oficina de S. José, aos participantes do estudo e à Comunidade Científica.

No caso de necessitar melhores esclarecimentos, poderá contactar-me através do número XXXX ou deixar uma mensagem no Departamento de Psicologia Clínica do Instituto Superior de Ciências da Saúde – Norte – XXXX, ou ainda contactar o meu orientador, o Mestre Ernesto Fonseca – XXXX.

Sem mais de momento, os mais cordiais cumprimentos,

Sara Filipa Gama Fernandes

**Consentimento Informado Encarregados de Educação****Participantes S/ História de Institucionalização****Consentimento Informado**

Autorizo o meu educando a participar no estudo de Investigação sobre Perfis de Risco, a realizar pela aluna Sara Filipa Gama Fernandes no âmbito do Mestrado de Psicologia Forense e da Transgressão do Instituto Superior de Ciências da Saúde – Norte (ISCS-N), CESPU,crl. Este estudo tem como objectivo averiguar se a história de institucionalização ou a sua ausência potenciam níveis diferentes de adopção de perfis de risco.

Autorizo ainda a sua presença na entrevista de recolha de dados no XXXXX que terá a duração aproximada de 60 minutos. Nessa entrevista, o meu educando fornecerá informações verdadeiras, respondendo de forma responsável a questões relacionadas com dados sócio-demográficos, delitos e medidas anteriores e actuais, contexto familiar e práticas parentais, educação e/ou emprego, relação com os pares, consumo de substâncias, tempos livres, personalidade e comportamento, atitudes e orientação. Estas informações serão totalmente confidenciais e apenas acedidas pela titular do estudo e pelo seu orientador. A informação estatística do estudo, que não permitirá a identificação do meu educando, será publicada na Tese de Mestrado da aluna e comunicada ao Instituto Superior de Ciências da Saúde – Norte, à Oficina de S. José, aos participantes do estudo e à Comunidade Científica.

Em qualquer momento deste estudo é concedido ao meu educando e a mim o direito de desistir da sua participação. No entanto, caso isso aconteça, deverei comunicar a decisão aos responsáveis do estudo.

Instituto Superior de Ciências da Saúde - Norte, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2009

Nome completo do participante \_\_\_\_\_

Nome completo do encarregado de educação \_\_\_\_\_

Assinatura do encarregado de educação \_\_\_\_\_

Nome completo da investigadora \_\_\_\_\_

Assinatura da investigadora \_\_\_\_\_

**Consentimento Informado**

**Participantes Oficina de S. José**

**Consentimento Informado**

Declaro ser de minha livre vontade participar no estudo de Investigação sobre Perfis de Risco, a realizar pela aluna Sara Filipa Gama Fernandes no âmbito do Mestrado de Psicologia Forense e da Transgressão do Instituto Superior de Ciências da Saúde – Norte, CESPU,crI. Este estudo tem como objectivo averiguar se a história de institucionalização ou a sua ausência potenciam níveis diferentes de adopção de perfis de risco.

Declaro ainda que estarei presente na entrevista de recolha de dados no XXXX que terá a duração aproximada de 60 minutos. Nessa entrevista, apenas fornecerei informações verdadeiras, respondendo de forma responsável a questões relacionadas com dados sócio-demográficos, delitos e medidas anteriores e actuais, contexto familiar e práticas parentais, educação e/ou emprego, relação com os pares, consumo de substâncias, tempos livres, personalidade e comportamento, atitudes e orientação. Estas informações serão totalmente confidenciais e apenas acedidas pela titular do estudo e pelo seu orientador. A informação estatística do estudo, que não permitirá a minha identificação, será publicada na Tese de Mestrado da aluna e comunicada ao Instituto Superior de Ciências da Saúde – Norte, à Oficina de S. José, aos participantes do estudo e à Comunidade Científica.

Em qualquer momento deste estudo é-me concedido o direito de desistir da minha participação. No entanto, caso isso aconteça, deverei comunicar a minha decisão aos responsáveis do estudo e à equipa técnica da Oficina de S. José.

Oficina de S. José, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2009

Nome completo do utente \_\_\_\_\_

Assinatura do utente \_\_\_\_\_

Nome completo da investigadora \_\_\_\_\_

Assinatura da investigadora \_\_\_\_\_

**Consentimento Informado**

**Participantes S/ História de Institucionalização**

**Consentimento Informado**

Declaro ser de minha livre vontade participar no estudo de Investigação sobre Perfis de Risco, a realizar pela aluna Sara Filipa Gama Fernandes no âmbito do Mestrado de Psicologia Forense e da Transgressão do Instituto Superior de Ciências da Saúde – Norte (ISCS-N), CESPU,crI. Este estudo tem como objectivo averiguar se a história de institucionalização ou a sua ausência potenciam níveis diferentes de adopção de perfis de risco.

Declaro ainda que estarei presente na entrevista de recolha de dados no XXXX que terá a duração aproximada de 60 minutos. Nessa entrevista, apenas fornecerei informações verdadeiras, respondendo de forma responsável a questões relacionadas com dados sócio-demográficos, delitos e medidas anteriores e actuais, contexto familiar e práticas parentais, educação e/ou emprego, relação com os pares, consumo de substâncias, tempos livres, personalidade e comportamento, atitudes e orientação. Estas informações serão totalmente confidenciais e apenas acedidas pela titular do estudo e pelo seu orientador. A informação estatística do estudo, que não permitirá a minha identificação, será publicada na Tese de Mestrado da aluna e comunicada ao Instituto Superior de Ciências da Saúde – Norte, à Oficina de S. José, aos participantes do estudo e à Comunidade Científica.

Em qualquer momento deste estudo é-me concedido o direito de desistir da minha participação. No entanto, caso isso aconteça, deverei comunicar a minha decisão aos responsáveis do estudo.

Instituto Superior de Ciências da Saúde - Norte, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2009

Nome completo do participante \_\_\_\_\_

Assinatura do participante \_\_\_\_\_

Nome completo da investigadora \_\_\_\_\_

Assinatura da investigadora \_\_\_\_\_

**Resumo / Abstract para Submissão de Comunicação Oral****RESUMO**

As formulações sobre o fenómeno do crime foram acompanhando as ideologias que perpassaram pela história, considerando cada vez mais a sua multi-causalidade sócio-psicológica, bio-psicológica e psico-moral. Das várias teorias que conceptualizam este fenómeno, seleccionámos a Personal Interpersonal and Community-Reinforcement Theory (PIC-R) como referencial teórico de sustentação. A emergência da avaliação do risco está intimamente relacionada com a investigação do comportamento criminal e pode descrever-se em quatro gerações distintas, das quais se evidencia a última, a que pertence o Youth Level of Service / Case Management Inventory (YLS/CMI), instrumento utilizado neste estudo. Destaca-se ainda a importância desta avaliação na concepção de planos de intervenção personalizados mais eficazes. Objectivo: Esta investigação foi concebida com o propósito de avaliar perfis de risco em menores do sexo masculino que divergem na presença / ausência de medida de institucionalização durante o seu desenvolvimento psicossocial, bem como assinalar as necessidades interventivas mais evidentes. Método: Aplicámos o YLS/CMI a uma amostra de 56 adolescentes, 28 indivíduos institucionalizados (Grupo I) e 28 indivíduos não institucionalizados (Grupo NI). Resultados: O nível de risco global é significativamente superior no Grupo I, quando comparado com o Grupo NI. O primeiro apresenta ainda níveis de risco significativamente superiores nas sub-escalas de Contexto Familiar / Práticas Parentais; Educação / Emprego; Relação com os Pares; Tempos Livres e Personalidade / Comportamento, bem como um número significativamente superior de Factores de Protecção e de Outras Necessidades.

*Palavras-Chave:* Crime, Psicologia da Conduta Criminal, PIC-R, Risco e Necessidades Criminógenas, Avaliação do Risco, YLS/CMI.

## **ABSTRACT**

The formulations about the phenomenon of crime have been following the ideologies that have crossed the history, increasingly considering its socio-psychological, bio-psychological and psychomoral multi-causality. Within the several theories that conceptualize this phenomenon, we have selected the Personal and Interpersonal Community-Reinforcement Theory (PIC-R) as theoretical support. The emergence of risk assessment is closely related to the investigation of criminal behavior and it can be described in four distinct generations, from which we highlight the latest one, to which belongs the Youth Level of Service / Case Management Inventory (YLS/CMI), the instrument used in this study. It is also emphasized the importance of the evaluation in the design of more effective customized intervention plans. Objective: This research was created in order to assess risk profiles of male minors that differ in the presence / absence of institutionalization measurement during their psychosocial development, as well as identify the more evident interventional needs. Method: We applied the YLS/CMI to a sample of 56 male adolescents, 28 individuals institutionalized (Group I) and 28 non-institutionalized individuals (Group NI). Results: The overall level of risk is significantly higher in Group I compared with Group NI. The first one also reveals significantly higher risk levels in the sub-scales of Family Circumstances / Parenting, Education / Employment, Peer Relations, Leisure / Recreation and Personality / Behavior, and also a significantly larger number of Strength Factors and Other Needs.

*Keywords:* Crime, Psychology of Criminal Conduct, PIC-R, Risk and Criminogenic Needs, Risk Assessment, YLS / CMI.

## **ANEXO 8**

**Artigo em Formato Publicável**

**(páginas seguintes)**

## Avaliação de Perfis de Risco em Adolescentes

Sara Gama, Ernesto Fonseca

Departamento de Psicologia do ISCS-N – UnIPSa

### Nota do Autor

Esta investigação foi apresentada no âmbito da candidatura ao grau de Mestre em Psicologia Forense e da Transgressão, submetida ao Instituto Superior de Ciências da Saúde – Norte.



### **Resumo**

As formulações sobre o fenómeno do crime foram acompanhando as ideologias que perpassaram pela história, considerando cada vez mais a sua multi-causalidade sócio-psicológica, bio-psicológica e psico-moral. Das várias teorias que conceptualizam este fenómeno, seleccionámos a Personal Interpersonal and Community-Reinforcement Theory (PIC-R) como referencial teórico de sustentação. A emergência da avaliação do risco está intimamente relacionada com a investigação do comportamento criminal, adquirindo especial importância na concepção de planos de intervenção personalizados mais eficazes. Objectivo: Esta investigação foi concebida com o propósito de avaliar perfis de risco em menores do sexo masculino que divergem na presença / ausência de medida de institucionalização durante o seu desenvolvimento psicossocial, bem como assinalar as necessidades interventivas mais evidentes. Método: Aplicámos o YLS/CMI a uma amostra de 56 adolescentes, 28 indivíduos institucionalizados (Grupo I) e 28 indivíduos não institucionalizados (Grupo NI). Resultados: O nível de risco global é significativamente superior no Grupo I, quando comparado com o Grupo NI. O primeiro apresenta ainda níveis de risco significativamente superiores nas sub-escalas de Contexto Familiar / Práticas Parentais; Educação / Emprego; Relação com os Pares; Tempos Livres e Personalidade / Comportamento, bem como um número significativamente superior de Factores de Protecção e de Outras Necessidades.

*Palavras-Chave:* Crime, Psicologia da Conduta Criminal, PIC-R, Risco e Necessidades Criminógenas, Avaliação do Risco, YLS/CMI.

### **Abstract**

The formulations about the phenomenon of crime have been following the ideologies that have crossed the history, increasingly considering its socio-psychological, bio-psychological and psychomoral multi-causality. Within the several theories that conceptualize this phenomenon, we have selected the Personal and Interpersonal Community-Reinforcement Theory (PIC-R) as theoretical support. The emergence of risk assessment is closely related to the investigation of criminal behavior, acquiring special importance in the design of more effective customized intervention plans. Objective: This research was created in order to assess risk profiles of male minors that differ in the presence / absence of institutionalization measurement during their psychosocial development, as well as identify the more evident interventional needs. Method: We applied the YLS/CMI to a sample of 56 male adolescents, 28 individuals institutionalized (Group I) and 28 non-institutionalized individuals (Group NI). Results: The overall level of risk is significantly higher in Group I compared with Group NI. The first one also reveals significantly higher risk levels in the sub-scales of Family Circumstances / Parenting, Education / Employment, Peer

Relations, Leisure / Recreation and Personality / Behavior, and also a significantly larger number of Strength Factors and Other Needs.

*Keywords:* Crime, Psychology of Criminal Conduct, PIC-R, Risk and Criminogenic Needs, Risk Assessment, YLS / CMI.

### **Introdução**

A história da humanidade locupleta-se de inúmeras abordagens sobre o crime dispostas não só pelos estudos rigorosos da ciência como também pelas interpretações triviais do senso comum (literatura, cinema, teatro, música) (Carrilho, 2000). Platão considerava o crime como sintoma de uma doença passional caracterizada pela ignorância e pela procura do prazer. Por sua vez, Aristóteles descrevia o criminoso como um inimigo da sociedade atribuindo à miséria, tal como S. Tomás, a causalidade do crime e da revolta. Já Morus encontrava no crime o reflexo da própria sociedade (Dias & Andrade, 1997). Assistimos, por conseguinte, a uma constante evolução na conceptualização do crime, não obstante, explicar o fenómeno da criminalidade torna-se bastante complicado quando o próprio conceito é nebuloso, complexificando o processo de análise e significação, e adquire sentidos diferentes mediante as diversas áreas de saber (Gossner, 2003; Agra, 1995). Outra questão bastante importante está relacionada com o risco e a previsão do risco de um sujeito poder vir a cometer delitos e, posteriormente, reincidir. Pois bem, as principais linhas de investigação forense sobre o crime na adolescência têm vindo, cada vez mais, a focalizar a importância destes conceitos para a redução do crime e para a intervenção eficaz junto dos seus actores, desenvolvendo para tal, instrumentos científicos melhorados que o tornem possível (Young, 2009; Gossner, 2003; Simourd & Andrews, 1994).

Atendendo à escassez de estudos sobre o risco de delinquência em Portugal, a investigação que concebemos, propõe-se avaliar perfis de risco em menores do sexo masculino que divergem nas condições experimentadas durante o seu desenvolvimento psicossocial.

### **Psicologia da Conduta Criminal**

Andrews e Bonta (2006) afirmaram que o objectivo da Psicologia da Conduta Criminal deve considerar as mutações (inter e intra-individuais) na delinquência e no comportamento criminal dos indivíduos. E deste entendimento empírico devem resultar acepções que permitam tanto prever comportamentos criminais futuros como desenhar planos de intervenção e tratamento eficazes (Young, 2009; Gossner, 2003). Baseados na ideologia da complexidade desses comportamentos, bem como da sua multiplicidade etiológica, estes autores propuseram uma teoria explicativa para o fenómeno em questão – a personal interpersonal and community-reinforcement theory (PIC-R). Esta teoria é descrita pelos autores como uma “broad social learning perspective on human conduct” (*as cited in* Gossner, 2003, p.22), cujos princípios de compreensão da conduta surgem

sobretudo das teorias de aprendizagem sociais e do comportamento de comprovada eficácia na explicação do comportamento (Andrews & Bonta, 2006; Barken, 1997).

Tal como o nome sugere, a PIC-R considera factores de conhecimento pessoal, interpessoal e níveis comunitários, e assume-se como uma abordagem empiricamente dirigida para explicar o comportamento criminal, uma vez que analisa correlatos empíricos comprovados e organiza-os de forma racional e coerente. Segundo estes autores, os correlatos mais fortes acerca do comportamento criminal são as atitudes anti-sociais, as associações com pares anti-sociais, a história criminal e a personalidade anti-social (Andrews & Bonta, 2006) apelidados de *The Big Four* (as cited in Gossner, 2003, p.22-23). Estes quatro constructos servem de base à investigação etiológica do comportamento criminal concomitantemente com os factores que se referem a diferenças individuais como a biologia, a família e a classe social (Hoge, Andrews, & Leschied, 1996). A PIC-R também considera que todos os comportamentos obedecem a factores antecedentes e consequentes e correspondem a mutações inter e intra-individuais bem como às variações das recompensas e das punições provocadas por comportamentos específicos. Estas contingências polares são influenciadas largamente pelas estruturas sociais (como a economia, a cultura, a política). Consequentemente, as causas e as consequências surgem de quatro fontes: 1) do próprio indivíduo; 2) de outras pessoas; 3) do próprio acto; e 4) de outros aspectos relacionados com a situação (Andrews & Bonta, 2006).

Uma das premissas mais importantes desta teoria prende-se com a densidade do reforço (número, variedade, qualidade e magnitude do reforço na imediaticidade, frequência e regularidade com que é aplicado). Finalmente, o impacto físico, cognitivo e desenvolvimental das diferenças individuais e, por sua vez, o impacto que estes têm no locus de controlo do indivíduo são de extrema importância (Hoge *et al.*, 1996). Deve ainda referir-se que este modelo reconhece as diferenças individuais que possam resultar do género ou da raça e sustenta que os correlatos do comportamento criminoso serão idênticos para todos, independentemente das dissemelhanças (Farrow, Kelly & Wilkinson, 2007; Andrews & Bonta, 2006; Catchpole & Gretton, 2003).

### **Avaliação do Risco**

A ênfase actual da avaliação de risco nasceu da influência ideológica e das inúmeras investigações que reconheciam a importância da reabilitação, assim desafiando a doutrina do "nada funciona", dominante no Reino Unido e em outros países, por volta dos anos 80. Estes estudos basearam-se, sobretudo, em abordagens psicológicas para a compreensão do comportamento delituoso e, de um modo mais particular, o trabalho desenvolvido por Andrews e Bonta (2006) que resultou numa teoria sobre o acto de ofender, foi mais além, procurando a integração dos factores sociais estruturais com as características cognitivas e de personalidade em modelos de tratamento

(Bonta, 2002; Loeber & Dishion, 1983). O modelo que emergiu de algumas destas investigações efectuadas no Canadá é conhecido como *risk-need-responsivity model* (conhecido como RNR), e contém os três princípios básicos da reabilitação, mais recentemente, completada por um quarto princípio, discricção profissional. São eles os Princípios do Risco, da Necessidade e da Responsividade (Farrow, Kelly & Wilkinson, 2007; Andrews & Bonta, 2006; Catchpole & Gretton, 2003). Andrews e Bonta (2006) sugerem que o sucesso das intervenções de reabilitação dos infractores preconizadas pelo RNR deve basear-se em seis princípios fundamentais: devem ter uma orientação cognitivo-comportamental; devem ser altamente estruturadas e estabelecer claramente objectivos e metas; devem ser executadas por pessoal treinado; devem considerar a integridade do tratamento; devem estruturar-se com base em manuais; e, devem ser realizadas dentro das instituições ou organizações empenhadas no ideal de reabilitação.

## Metodologia

### Amostra

A amostra foi constituída por 56 sujeitos do sexo masculino. O Grupo I é composto por 28 adolescentes do Lar de Acolhimento de Menores da Oficina de S. José do Porto e o Grupo NI por 28 menores sem história de institucionalização que coabitam com as suas famílias em zonas habitacionais distintas. Os sujeitos de ambos os grupos apresentam idades compreendidas entre os 12 e os 17 anos ( $M(I) = 14.77$ ,  $DP = 1.74$ ;  $M(NI) = 14.75$ ;  $DP = 1.82$ ), não existindo diferenças significativas entre eles ( $t_{(54)} = .076$ , *ns*).

### Instrumento e Procedimento

Neste estudo foi utilizado o *Youth Level of Service / Case Management Inventory* (YLS/CMI) que derivou do *Level of Service Inventory* (LSI) para adultos, incorporando a pesquisa e os desenvolvimentos que o sustentavam. Foi concebido por Don Andrews, Robert Hoge e Alan Leschied da *Universidade de Carleton*, em conjunto com a *Children's Services Branch to Community and Social Services* do Ministry of Community and Social Services de Ontario, e a *London (Ontario) Family Court Clinic* (Hoge & Andrews, 1996a, 1996b, 2002). Trata-se de um instrumento combinado e integrado de avaliação de risco / necessidades que se baseia nos princípios da Psicologia da Conduta Criminal, e que pode ser administrado a populações gerais de menores ofensores. Para além disso, permite destacar as áreas mais relevantes de intervenção a fim de reduzir o risco do comportamento delinvente (Andrews & Bonta 2006; Gossner, 2003; Hoge & Andrews, 1996a, 1996b, 2002).

De uma forma sintética e integrativa, o YLS/CMI representa uma amálgama de previsão do comportamento criminoso com o objectivo de definir a gestão de processos (questões relacionadas com o tratamento). É composto por 7 partes: Avaliação do Risco e das Necessidades; Sumário dos Riscos e de Necessidades; Avaliação de Outras Necessidades / Considerações Especiais; Avaliação do Risco Geral do Cliente / Nível de Necessidades; Nível de Contacto; Planeamento de Gestão do Caso; e Revisão do Planeamento de Gestão do Caso. Refira-se que neste estudo, foram apenas utilizadas as secções Avaliação dos Riscos e das Necessidade; Sumário dos Riscos e de Necessidades; Avaliação de Outras Necessidades / Considerações Especiais; e Avaliação do Risco Geral do Cliente / Nível de Necessidades.

A recolha de dados foi efectuada através de uma entrevista semi-directiva onde foram abordadas informações necessárias para o preenchimento do YLS/CMI. Para isso, foi construído um guião de entrevista com base nas dimensões avaliadas pelas escalas de Avaliação dos Riscos e das Necessidades e de Outras Necessidades. De forma a facilitar a condução da entrevista, associámos as questões em 9 grupos temáticos: Dados Pessoais e Sócio-demográficos, Contexto Familiar, Relação com os Pares, Educação / Emprego, Tempos Livres, Personalidade / Comportamento, Atitudes / Orientação, Comportamentos Desviantes e Delitos e Medidas Judiciais. Foram marcadas entrevistas individuais com os sujeitos com uma duração aproximada de 60 minutos, com localização na Oficina de S. José (Grupo I) e nas residências dos indivíduos não institucionalizados (Grupo NI). Ao longo desta fase, foi necessário consultar alguns membros da instituição, familiares e alguns registos individuais escolares e/ou institucionais com o objectivo de obtermos mais e melhores informações sobre os menores.

Os dados foram tratados pelo software científico Statistical Package for the Social Sciences (SPSS). No sentido de obtermos valores estatísticos inferenciais, procedemos a uma análise estatística através de testes paramétricos e não paramétricos para grupos independentes. Efectuámos o *Teste de Independência do Qui-quadrado* ( $\chi^2$ ) que permite verificar a significância da relação entre as variáveis cruzadas, anotámos as frequências das respostas afirmativas observadas, os resíduos ajustados, o valor  $V$  de *Cramer* - medida simétrica, e o valor de *Lambda* ( $\lambda$ ) - medida de direcção. Por fim, recorreu-se, também, ao *Teste t-Student* para grupos independentes, que compara as médias dos grupos e atesta a significância das suas diferenças.

## Resultados

Na Tabela 1 apresentámos os resultados obtidos no cruzamento entre as variáveis *Grupo* e todos os *Itens* das sub-escalas de *Avaliação dos Riscos e das Necessidades*.

## - Tabela 1 -

Quanto à relação entre a variável *Grupo* e os itens da sub-escala *Contexto Familiar / Práticas Parentais (Family Circumstances / Parenting)*, é possível verificar a existência de uma relação altamente significativa entre as variáveis descritas, tal que  $\chi^2_{(1)} = 41.143$ ,  $p < .001$ , com associação entre elas .86,  $p < .001$ . Com efeito, a variável *Supervisão inadequada* permite prever a variável *Grupo* em 86% ( $\lambda = .86$ ,  $p < .001$ ). No item *Dificuldade em controlar o comportamento*, verificámos uma relação altamente significativa com a variável *Grupo* com  $\chi^2_{(1)} = 16.047$  e  $p < .001$ , com associação de .54,  $p < .001$ . A medida de direcção  $\lambda$  indica que a variável prevê o *Grupo* em 50% ( $\lambda = .50$ ,  $p = .017$ ). Nos itens *Disciplina inadequada* e *Práticas parentais inconsistentes*, encontrámos resultados significativos em todas as análises efectuadas. O teste de independência revela uma relação de extrema significância em ambos os casos: para *Grupo x Disciplina inadequada* encontrámos  $\chi^2_{(1)} = 31.540$ ,  $p < .001$ , com associação de .75,  $p < .001$ ; e para *Grupo x Práticas parentais inconsistentes*  $\chi^2_{(1)} = 34.749$ ,  $p < .001$ , com associação de .79,  $p < .001$ . Da mesma forma, ambos os itens permitem prever significativamente a variável *Grupo*: a primeira com uma eficácia de 75% ( $\lambda = .75$ ,  $p < .001$ ) e a segunda com 79% ( $\lambda = .79$ ,  $p < .001$ ). Relativamente à sub-escala *Educação / Emprego*, o teste de independência revela uma relação significativa entre a variável *Grupo* com o primeiro destes itens, tal que  $\chi^2_{(1)} = 6.487$ ,  $p = .011$ , com associação de .34,  $p = .011$ ; e com o segundo, dado que  $\chi^2_{(1)} = 6.788$ ,  $p = .009$ , de associação .35,  $p = .009$ . Quanto ao item *Comportamento disruptivo na sala de aula*, verificámos uma relação significativa com a variável *Grupo*,  $\chi^2_{(1)} = 8.114$ ,  $p = .004$ , com associação de .38,  $p = .004$ . Já para o caso do item *Baixo rendimento escolar*, o teste de independência permitiu verificar a existência de uma relação altamente significativa entre *Grupo* e *Baixo rendimento escolar*, pelo que  $\chi^2_{(1)} = 16.297$ ,  $p < .001$ , com intensidade de associação .54,  $p < .001$ . Neste caso específico, o item permite prever a variável *Grupo* em 54% ( $\lambda = .54$ ,  $p = .003$ ).

Na sub-escala *Relação com os Pares*, encontrámos uma relação de extrema significância no cruzamento das variáveis *Grupo* e *Alguns delinquentes entre os seus conhecidos*, tal que  $\chi^2_{(1)} = 16.092$ ,  $p < .001$ , com associação de .54,  $p < .001$ . A resposta a este item permite prever o *Grupo* a que pertence o indivíduo com uma acurácia de 54% ( $\lambda = .54$ ,  $p = .002$ ). No cruzamento isolado entre *Grupo* e cada uma das variáveis *Alguns amigos delinquentes* e *Nenhum ou poucos modelos positivos entre os amigos*, o teste de independência revelou uma relação significativa entre a variável *Grupo* e estas duas, pelo que encontrámos para a primeira  $\chi^2_{(1)} = 4.462$ ,  $p = .035$  com associação de .28,  $p = .035$ , e para a segunda  $\chi^2_{(1)} = 4.308$ ,  $p = .038$  com associação de .28,  $p = .038$ . Quanto à sub-escala *Tempos Livres*, verificámos uma relação altamente significativa entre

*Grupo* e o item *Nenhuns interesses pessoais*, com  $\chi^2_{(1)} = 15.273$ ,  $p < .001$ , de associação entre si  $.52$ ,  $p < .001$ . A análise dos resultados obtidos na sub-escala *Personalidade / Comportamento* permitiu encontrar uma relação significativa entre as variáveis *Agressividade verbal*, *insolência* e *Grupo*,  $\chi^2_{(1)} = 8.750$ ,  $p = .003$ , associadas entre si em  $.40$ ,  $p = .003$ . Para os itens *Agressividade física* e *Baixa tolerância à frustração*, o teste de independência demonstra uma relação significativa com a variável *Grupo*: no primeiro,  $\chi^2_{(1)} = 5.490$ ,  $p = .015$ , com associação  $.31$ ,  $p = .019$ , e no segundo,  $\chi^2_{(1)} = 4.139$ ,  $p = .042$ , com associação  $.27$ ,  $p = .042$ . Na sub-escala *Atitudes / Orientação* foram encontrados resultados significativos apenas para o item *Desafia a autoridade*. Em relação ao teste do Qui-quadrado, verifica-se uma relação significativa entre *Grupo* e o item mencionado, pelo que  $\chi^2_{(1)} = 7.791$ ,  $p = .005$ , com associação  $.37$ ,  $p = .005$ .

- Tabela 2 -

No grupo de *Outras Necessidades* relacionadas com a *Família / Pais* encontramos uma relação significativa no cruzamento das variáveis *Grupo* e *História crónica de delitos*, tal que  $\chi^2_{(1)} = 10.606$ ,  $p = .001$ , com associação  $.44$ ,  $p = .001$ . No cruzamento das variáveis *Grupo* e *Abuso de drogas / álcool*, o teste de independência revelou uma relação altamente significativa com  $\chi^2_{(1)} = 13.462$ ,  $p < .001$ , de associação  $.49$ ,  $p < .001$ . Com efeito, este item permite a previsão do *Grupo* em 46% ( $\lambda = .46$ ,  $p = .026$ ). Em relação aos itens *Conflito conjugal* e *Problemas financeiros / de habitação* verifica-se uma relação de significativa com a variável *Grupo* no primeiro com  $\chi^2_{(1)} = 7.487$ ,  $p = .006$ , de associação  $.37$ ,  $p = .006$ , e muito significativa no segundo com  $\chi^2_{(1)} = 27.505$ ,  $p < .001$ , de associação  $.70$ ,  $p < .001$ , respectivamente. Quanto à capacidade de previsão do *Grupo*, apenas o item *Problemas financeiros / de habitação* revela eficácia significativa, mais especificamente em 68% ( $\lambda = .68$ ,  $p < .001$ ). A análise dos resultados obtidos nesta escala permitiu igualmente encontrar uma relação significativa entre as variáveis *Pais não cooperantes* e *Grupo*, com  $\chi^2_{(1)} = 6.452$ ,  $p = .011$ , com associação  $.34$ ,  $p = .011$ . Para *Maus tratos por parte da mãe*, apurámos uma relação significativa com o *Grupo*, tal que  $\chi^2_{(1)} = 4.383$ ,  $p = .036$ , com associação  $.28$ ,  $p = .036$ . O Grupo NI revela um resultado superior significativo de *Trauma familiar significativo (morte de um familiar)*, em relação ao Grupo I com  $\chi^2_{(1)} = 5.250$ ,  $p = .022$ , com associação  $.31$ ,  $p = .022$ . Pode ainda dizer-se que a previsão do *Grupo* pode ser feita pelo item *Trauma familiar significativo (morte de um familiar)* com eficácia significativa de 21% ( $\lambda = .21$ ,  $p = .027$ ).

Nas *Outras necessidades relacionadas com o jovem* regista-se uma relação significativa com a variável *Grupo* nos itens *Défice intelectual / atraso de desenvolvimento* e *Dificuldades de*

*aprendizagem* com  $\chi^2_{(1)} = 7.376$ ,  $p = .036$  associados em  $.36$ ,  $p = .036$ , e  $\chi^2_{(1)} = 8.743$ ,  $p = .003$  associados em  $.40$ ,  $p = .003$ , correspondentemente. O segundo item referido pode prever expressivamente a variável *Grupo* em 39% ( $\lambda = .39$ ,  $p = .041$ ). Relativamente ao item *Défice de competências de resolução de problemas*, verificámos uma relação significativa com a variável *Grupo* com  $\chi^2_{(1)} = 4.383$ ,  $p = .036$ , com associação ente si de intensidade de  $.28$ ,  $p = .036$ . Ao cruzarmos cada um dos itens *Vítima de abuso físico / sexual* e *Vítima de negligência* com a variável *Grupo*, registámos uma relação significativa no primeiro, tal que  $\chi^2_{(1)} = 10.606$ ,  $p = .001$ , com associação ente si de  $.44$ ,  $p = .001$  e altamente significativa no segundo com  $\chi^2_{(1)} = 25.200$ ,  $p < .001$ , com associação  $.67$ ,  $p < .001$ . A resposta ao item *Vítima de abuso físico / sexual* não permite predizer o *Grupo* com significância ( $\lambda = .36$ , *ns*), ao contrário de *Vítima de negligência*, que tem uma acurácia significativa de 64% ( $\lambda = .64$ ,  $p = .001$ ). Para os itens *Actividades sexuais inadequadas* e *Negação dos problemas*, apurámos relações significativas com a variável *Grupo* com  $\chi^2_{(1)} = 6.720$ ,  $p = .010$  e intensidade de associação  $.35$ ,  $p = .010$  no primeiro, e  $\chi^2_{(1)} = 5.490$ ,  $p = .019$  e intensidade de associação  $.31$ ,  $p = .019$  no segundo. Quanto ao cruzamento da variável *Grupo* com *História de agressão a figuras de autoridade*, *História de uso de armas*, *História de incêndio ou tentativas de incêndio*, encontrámos relações significativas com  $\chi^2_{(1)} = 4.308$ ,  $p = .038$  e intensidade de associação  $.28$ ,  $p = .038$ , em todos eles. Por último, nos itens *História de fugas*, *Intervenção do sistema de protecção* e *Condições de vida adversas* verifica-se uma relação significativa com a variável *Grupo* no primeiro, dado que  $\chi^2_{(1)} = 9.164$  e  $p = .002$  com associação  $.41$ ,  $p = .002$ ; e relações altamente significativas nos restantes com  $\chi^2_{(1)} = 56.000$  e  $p = .000$  com associação  $1.00$ ,  $p = .000$ , e  $\chi^2_{(1)} = 33.600$ ,  $p < .001$  com associação  $.75$ ,  $p < .001$ , correspondentemente. O primeiro item não revela eficácia preditiva significativa ( $\lambda = .32$ , *ns*), ao contrário dos outros dois que revelam elevada significância: no terceiro a capacidade de predição do *Grupo* é de 75% ( $\lambda = .75$ ,  $p < .001$ ) e no segundo atinge mesmo os 100% ( $\lambda = 1.00$ ,  $p = .000$ ).

Em seguida, analisamos as médias de risco dos dois grupos em cada uma das sub-escalas de *Avaliação de Risco e Necessidades*, bem como as médias de *Risco Total*, *Factores de Protecção* e de *Outras necessidades relacionadas quer com a família / pais, quer com o jovem* (Tabela 4).

- Tabela 3 -

Em primeiro lugar, pode dizer-se que existe uma diferença muito significativa entre os Grupos I e NI quanto ao *Nível Total de Risco*: o primeiro apresenta um nível moderado com  $M (I) = 12.96$ ,  $DP = 9.07$ , enquanto que o segundo apresenta um nível baixo com  $M (NI) = 4.07$ ,  $DP = 5.23$  ( $t_{(43.192)} = 4.494$ ;  $p < .001$ ). Relativamente aos níveis de risco apresentados nas sub-escalas de



*Avaliação dos Riscos e das Necessidades*, encontrámos diferenças altamente significativas entre os dois grupos em *Contexto Familiar / Práticas Parentais* com  $M(I) = 3.75$ ,  $DP = 1.46$  e  $M(NI) = .71$ ,  $DP = 1.44$  ( $t_{(54)} = 7.853$ ;  $p < .001$ ), e *Relação com os Pares* com  $M(I) = 1.39$ ,  $DP = 1.10$  e  $M(NI) = .39$ ,  $DP = .69$  ( $t_{(45.210)} = 4.083$ ;  $p < .001$ ); e significativas em *Educação / Emprego* com  $M(I) = 2.96$ ,  $DP = 3.96$  e  $M(NI) = .50$ ,  $DP = 1.11$  ( $t_{(31.188)} = 3.173$ ;  $p = .003$ ), *Tempos Livres* com  $M(I) = 1.29$ ,  $DP = 1.24$  e  $M(NI) = .46$ ,  $DP = .69$  ( $t_{(42.304)} = 3.054$ ;  $p = .004$ ), e em *Personalidade / Comportamento* com  $M(I) = 2.07$ ,  $DP = 2.05$  e  $M(NI) = .75$ ,  $DP = 1.04$  ( $t_{(40.014)} = 3.037$ ;  $p = .004$ ).

O Grupo I revela um número superior altamente significativo de *Outras Necessidades* relacionadas quer com a *família / pais*, quer com o *jovem*, comparativamente ao Grupo NI, dado que  $M(I) = 3.86$ ,  $DP = 2.14$  e  $M(NI) = 1.57$ ,  $DP = 1.71$  ( $t_{(51.500)} = 4.419$ ;  $p < .001$ ) para as primeiras e  $M(I) = 7.36$ ,  $DP = 4.23$  e  $M(NI) = 2.75$ ,  $DP = 2.30$  ( $t_{(41.735)} = 5.064$ ;  $p < .001$ ) para as segundas. Quanto aos *Factores de Protecção*, também se pode verificar que o Grupo I apresenta um número significativamente superior em comparação ao Grupo NI, tal que  $M(I) = 2.21$ ,  $DP = .50$  e  $M(NI) = .25$ ,  $DP = .44$  ( $t_{(54)} = 15.614$ ;  $p < .001$ ).

### Discussão de Resultados

A *personal interpersonal and community-reinforcement theory* (PIC-R), teoria de inclinação social / cognitivo-comportamental identifica quatro principais factores – *The Big Four* – significativamente relacionados com a conduta criminal que, quando alvo de intervenção (com excepção do factor estático de antecedentes criminais), podem reduzir o risco de um indivíduo delinquir / reincidir. Os quatro factores identificados pelos autores são *história criminal*, *atitudes anti-sociais*, *pares anti-sociais* e *personalidade anti-social*. Relativamente às atitudes anti-sociais, avaliadas pela sub-escala *Atitudes / Orientação*, verificámos que o grupo de menores institucionalizados (Grupo I) apresenta um nível geral de risco moderado mas que não difere significativamente do grupo de menores não institucionalizados (Grupo NI). Com efeito, estes resultados sugerem que o Grupo I apresenta atitudes, cognições e valores criminógenos, bem como uma maior propensão para adoptar, manter e racionalizar comportamentos (Simourd & Andrews, 1994) comparativamente ao Grupo NI.

Na sub-escala *Relação com os Pares* que avalia o factor associação com pares anti-sociais, verifica-se que o Grupo I obteve uma pontuação de risco global (entre baixo e moderado) também significativamente superior ao Grupo NI. Para além dos autores da PIC-R, muitos outros encontraram correlações significativas entre a associação a pares anti-sociais e o comportamento criminal (Burman *et al.*, 2007; Andrews & Bonta, 2006; Gossner, 2003; Hoge & Andrews, 2002; Cottle, Lee & Heilbrun, 2001; Gendreau, Little & Goggin, 1996; Jung & Rawana, 1999; Hoge *et*

*al.*, 1996, entre outros). Reconhece-se, então, na literatura a consistência dos resultados obtidos. Para além disso, podemos ainda dizer que estamos perante um preditor robusto do comportamento delinvente / criminal nestes indivíduos.

As tendências anti-sociais associadas ao factor *personalidade anti-social* são avaliadas pela sub-escala *Personalidade / Comportamento*. De acordo com inúmeros autores, tolerância à frustração, sentimentos de culpa inadequados, acessos de cólera, baixos níveis de atenção, auto-estima inflacionada, e comportamento física e / ou verbalmente agressivo são indicadores de personalidade anti-social (factor constituinte dos *The Big Four* na PIC-R), e estão intimamente relacionados com o comportamento criminal (Andrews & Bonta, 2006; Gossner, 2003; Hoge & Andrews, 2002; Simourd & Andrews, 1994). Pois bem, pode dizer-se que os menores institucionalizados reflectem personalidade anti-social na medida em que apresentam algumas tendências anti-sociais, diferenciando-se significativamente dos menores não institucionalizados na *Agressividade verbal*, *insolência*, na *Agressividade física* e na *Baixa tolerância à frustração*. Para além disso, a diferença entre os Grupos I e NI ao nível da pontuação média da dimensão avaliada nesta sub-escala é, efectivamente, significativa, sendo que o risco apresentado pelo primeiro grupo localiza-se no grau moderado e o risco do segundo no grau reduzido.

Por antagonismo a outras teorias, a PIC-R não conceptualiza os comportamentos reflexivos de uma *personalidade anti-social* como *traços de personalidade*, antes como *comportamentos observáveis*, o que sugere uma redução da subjectividade nas classificações (Andrews & Bonta, 2006; Hoge & Andrews, 2002; Hoge *et al.*, 1996). Assim, a recolha de informações que permitam preencher esta sub-escala do YLS/CMI não implica obrigatoriamente a aplicação de instrumentos mais estruturados de avaliação da personalidade. Assumindo este pressuposto, recorreremos apenas aos jovens da nossa amostra e aos adultos que os acompanham diariamente (pais ou técnicos sociais) para reunir os dados necessários. Sublinha-se, pois, a importância do recurso a múltiplas fontes de informação na obtenção de informações mais completas e fidedignas.

A premissa de que o comportamento passado é o melhor preditor do comportamento futuro tem sido abordada em várias teorias comportamentais e sociais da aprendizagem. Isto é particularmente verdadeiro quando a recompensa, ou a falta de punição do comportamento, é experimentada pelo indivíduo. Além disso, a frequência repetida de um comportamento aumenta a probabilidade da sua ocorrência no futuro. A própria PIC-R correlaciona a *história criminal* (um dos *The Big Four*) com a adopção de comportamentos desviantes no futuro. Nenhum dos indivíduos da nossa amostra possui antecedentes criminais com penalização judicial, dado que não se verificam quaisquer respostas na sub-escala *Delitos e Medidas Anteriores / Disposições*. Por outro lado, o Grupo I revela, noutras escalas, a presença de alguns indicadores não de criminalidade mas de

transgressão e desvio, diferenciando-se significativamente do grupo de menores sem história de institucionalização. Segundo os pressupostos da PIC-R, a ausência constatada de punição sobre esses comportamentos pode ter assumido uma função de reforço (já que o comportamento não teve quaisquer custos), o que aumenta a probabilidade da sua ocorrência no futuro (Andrews & Bonta, 2006; Hoge & Andrews, 2002; Hoge *et al.*, 1996).

Em relação aos restantes factores não incluídos no *The Big Four*, pudemos verificar que o Grupo I apresenta um nível de risco significativamente superior nas sub-escalas *Contexto Familiar / Práticas Parentais*, *Educação / Emprego*, e *Tempos Livres*, em comparação com o Grupo NI. Alguns autores relataram que o insucesso e o absentismo escolares (Andrews & Bonta, 2006; Jung & Rawana, 1999; Loeber & Dishion, 1983) e a falta de interesse académico (Andrews & Bonta, 2006) estão associados ao desenvolvimento da delinquência e que a necessidade de educação especial seria um preditor significativo da reincidência (Cottle *et al.*, 2001). Ora, para além do grupo de menores institucionalizados apresentar nesta sub-escala um nível global de risco moderado, que difere significativamente do grupo de menores não institucionalizados, evidenciamos a significância particular dos itens *Comportamento disruptivo no espaço escolar*, *Problemas de relacionamento com os professores*, *Comportamento disruptivo na sala de aula* e *Baixo rendimento escolar*. Com efeito, se o ingresso destes jovens na delinquência dependesse exclusivamente dos factores relacionados com a educação e o emprego, estaríamos perante uma probabilidade bastante elevada de isso ocorrer (Young, 2009; Kemshall, 2008; Andrews & Bonta, 2006; Santos, 1998).

Vários investigadores afirmaram que o funcionamento e a estrutura familiares constituem importantes preditores da delinquência (Bonta, 2002; Gendreau *et al.*, 2001; Loeber & Dishion, 1983) e permite fazê-lo com uma acurácia de 63%. Acrescentaram ainda que os pais dos jovens delinquentes têm menos competências parentais que os pais de jovens não delinquentes e que estes estilos parentais ineficazes englobam o uso reduzido de regras, disciplina ineficiente e supervisão inadequada das crianças (Loeber & Dishion, 1983). Os itens que constituem a sub-escala *Contexto Familiar / Práticas Parentais*, reflexo destas asserções, assumem-se como factores dinâmicos, sendo, por analogia, considerados criminógenos, dado que as relações familiares disfuncionais contribuem para o aumento de comportamentos disruptivos do sujeito (Andrews & Bonta, 2006; Bonta, 2002; Gendreau *et al.*, 2001; Loeber & Dishion, 1983). Nesta investigação, o Grupo I apresenta um risco significativamente superior nesta sub-escala comparativamente ao Grupo NI. O primeiro apresenta ainda um número significativamente superior de *Outras Necessidades* relacionadas com a *Família / Pais*, enunciadamente, *História crónica de delitos*, *Abuso de drogas / álcool*, *Conflito conjugal* e *Problemas financeiros / de habitação*, *Pais não*

*cooperantes, Maus tratos por parte da mãe.* Estes indicadores condizem, assim, com as características dos perfis das figuras parentais de delinquentes encontrados em vários estudos anteriores (Lisboa, 2008; Worling & Langstrom, 2003; Loeber & Dishion, 1983). Considerando o pendor da história passada do indivíduo (que funciona como *antecedente*, segundo a PIC-R), ainda que com atenuação do factor de protecção, o *Contexto Familiar / Práticas Parentais* que estes jovens experienciaram poderá, efectivamente, em conjugação com outros factores, determinar a adopção de comportamentos desviantes no futuro (Young, 2009).

De acordo com a PIC-R, as influências pessoais mediadas aumentam com a predisposição para restringir os seus próprios constrangimentos (através de elementos específicos de auto-gestão, como a capacidade de auto-controlo e de resolução de problemas), e quando as suas cognições deixam de ser neutras. Desta forma, a direcção da influência será determinada pela natureza pró-criminal *versus* anti-criminal das cognições do indivíduo (Andrews & Bonta, 2006). Pois bem, o Grupo de Menores Institucionalizados na Oficina de S. José revela níveis significativamente superiores em algumas de *Outras Necessidades*. Com base nos pressupostos da teoria enunciada, pode dizer-se que os indivíduos deste grupo encontram-se sob a influência de factores de natureza maioritariamente anti-criminal (Andrews & Bonta, 2006), o que sugere a necessidade de monitorização dos efeitos destes factores no comportamento dos menores institucionalizados (Young, 2009; Kemshall, 2008; Andrews & Bonta, 2006; Santos, 1998; Harland, 1996). De referir que a escala de *Outras Necessidades* relacionadas com o *jovem* e a sua *família / pais*, não está incluída nas oito escalas principais de previsão de riscos e necessidades criminógenas. De acordo com a PIC-R e o modelo RNR, constitui-se antes como um aglomerado de informações relevantes acerca de *factores de necessidade e responsividade*, que adquirem um carácter utilitário na adequação das intervenções às idiosincrasias de cada indivíduo, e sinalizador de comportamentos desviantes, atitudes e cognições de índole criminal e circunstâncias de risco, pelo que, neste estudo, adquirem a mesma função (Andrews & Bonta, 2006; Hoge & Andrews, 2002).

O grupo de menores institucionalizados apresenta um nível global de risco moderado, destacando-se do grupo de menores não institucionalizados que apresenta um nível de risco reduzido, o que reflecte a preeminência dos resultados dos primeiros em várias das escalas do YLS/CMI. Pois que tal, não se considera correcto classificar, *a priori*, estes indivíduos como presumíveis delinquentes uma vez que o indivíduo dito *delinquente* é um ser consciente, detentor de interesses e motivações que lhe permitem, apesar dos riscos predisponentes, intervir directamente na construção dos processos sociais tal como todo o ser humano (Young, 2009; Lisboa, 2008). Desta forma, segundo a PIC-R, mais do que estigmatizar, é necessário reconhecer e compreender a dinâmica dos factores de risco (dinâmicos e estáticos) e, como não poderia deixar de ser, dos

factores de protecção. Só assim será possível perceber o impacto destes agentes em termos psico-sociais e delinear um plano de intervenção que responda às necessidades específicas destes indivíduos (Young, 2009; Kemshall, 2008; Andrews & Bonta, 2006; Harland, 1996).

Por fim, importa mencionar que, ao contrário daquilo que seria esperado, o Grupo I apresenta factores de protecção nas sub-escalas *Contexto Familiar / Práticas Parentais* e *Tempos Livres*, diferenciando-se significativamente do Grupo NI. Isto acontece porque todos os sujeitos do primeiro grupo foram retirados do contexto familiar de risco, encontrando-se agora numa instituição que lhe oferece diversas actividades estruturadas. No YLS/CMI, os factores de protecção, relacionados com o *princípio da responsividade* do modelo RNR, representam características pessoais ou condições ambientais que, de alguma forma, protegem o indivíduo do risco a que está exposto através da compensação ou neutralização das consequências de uma situação problemática (Hoge *at al.*, 1996c). Segundo Andrews e Bonta (2006), estes agentes ocupam um papel particular na adequação otimizada das intervenções às potencialidades do indivíduo. Ora, se por um lado os menores institucionalizados apresentam um nível inquietante de risco moderado, por outro, também beneficiam do efeito amortecedor de alguns factores de protecção, o que relativiza esse mesmo risco ou o que dele possa suceder. Cumulativamente, a intervenção sobre estes indivíduos encontraria aqui o seu esteio (Young, 2009; Kemshall, 2008; Andrews & Bonta, 2006; Harland, 1996).

### Conclusão

A complexidade do fenómeno do crime tem suscitado largo interesse desde os tempos mais remotos. Temos, por isso, assistido à emersão de diversas e diversificadas teorias que procuram descrever, umas mais, outras menos, as dimensões bio-psico-sociais dos comportamentos delituosos e dos seus agentes. Do entendimento existente na actualidade, sabe-se que o crime não se encerra em si mesmo, estando associado a muitos outros factos e conceitos (*e.g.*, delinquência, transgressão, entre outros). A sua intelecção sobrevém, pois, da análise emparelhada das particularidades do acto, do actor e das variáveis circunstanciais e da integração dos contributos de diferentes áreas do saber: biologia, sociologia e psicologia. A *Personal Interpersonal and Community-Reinforcement Theory (PIC-R)* foi concebida com esse mesmo objectivo e baseia-se, essencialmente, no respeito pela complexidade do ser humano e pelas mutações inter e intra-individuais. E dela resultam acepções que permitem prever comportamentos criminais futuros e estruturar planos de intervenção mais eficazes. Para além disso, sugere a construção de instrumentos de avaliação que incorporem os princípios do *Risk-Need-Responsivity Model (RNR)*.

Esta investigação permitiu concluir que os menores institucionalizados da Oficina de S. José têm uma maior predisposição para a delinquência / crime, tal que apresentam um nível de risco global moderado, contrariamente aos menores não institucionalizados que revelam um nível reduzido. Este resultado reflecte o ónus interaccional de vários factores de risco relacionados com a educação, a relação com os pares, os tempos livres, a personalidade e o comportamento. Daqui se conclui que o grupo de maior risco apresenta dois (*pares anti-sociais* e *personalidade anti-social*) dos quatro correlatos mais fortes do comportamento criminal descritos pela PIC-R como os *The Big Four* (acrescem aos anteriores, *história criminal* e *atitudes anti-sociais*), o que suscita alguma preocupação. Todavia, se o rigor da avaliação e da intervenção subsequente deve vislumbrar a ponderação adicional do impacto das variáveis individuais e ambientais no lócus de controlo do sujeito, diga-se igualmente que a previsibilidade do comportamento e a sua receptividade à influência aumenta, pois, com a avaliação individualizada da recompensa e a sinalização das ocorrências / custo de resposta. Mais, a direcção da influência dos antecedentes vai depender da natureza pró-criminal / anti-criminal das cognições do indivíduo, tal que a sua neutralidade pode enfraquecer ou mesmo revogar o comportamento criminal.

As condições precedentes podem ainda ter contribuído para uma certa relutância ao processo educativo. Contudo, não podemos conceituar estes factos como produto de uma predisposição para o insucesso: as propriedades de controlo dos antecedentes, tal como as consequências, são reforçados pela interacção do indivíduo com o meio ambiente. Ora, lembremos que, segundo a PIC-R, os princípios que regem a aquisição, manutenção e reorganização das propriedades de controlo de um estímulo incluem as condições de predisposição genética constitucional; funcionamento biofísico e cognitivo; desenvolvimento humano; repertório comportamental; condições de estado; e condicionamento operante, incluindo a aprendizagem por observação, interiorização de regras, controlo simbólico e promulgação de papel. Por tal, a adopção dos comportamentos disruptivos verificados pode reflectir a necessidade de emissão de uma qualquer resposta, cujo objectivo se prende, tão simplesmente, com a transmutação dos constrangimentos impostos pela sociedade.

O grupo de menores institucionalizados apresenta, tal como previsto, um número significativo de outras necessidades criminógenas (segunda escala do YLS/CMI). Segundo a PIC-R e o RNR, estas estão relacionadas com os factores de necessidade e responsividade, i.e., permitem a identificação de outras características familiares e individuais, contribuindo para uma melhor adequação da intervenção. Neste sentido, pode concluir-se que o perfil dos menores avaliados, não sendo o resultado de uma simples soma numérica de variáveis, deve integrar todas as particularidades do indivíduo tanto quanto possível. Considerando, pois, a visão integrativa de avaliação / intervenção da PIC-R podemos ainda concluir que o grupo de menores

institucionalizados carece de acções que incentivem o desenvolvimento de atitudes, valores, cognições, comportamentos e estratégias pró-sociais mais assertivas que permitam minimizar os efeitos dos factores de risco e incrementar o potencial dos factores de protecção.

Parece-nos pertinente introduzir neste momento outra das conclusões deste estudo: se, por um lado, os menores institucionalizados na Oficina de S. José enunciam um nível de risco criminal superior aos menores não institucionalizados, por outro, também usufruem do carácter protector de alguns factores que não se verificam nos outros sujeitos, ao contrário daquilo que hipotetizámos. Os prejuízos resultantes da acção dos factores de risco podem, deste modo, ser atenuados pela conciliação de outros agentes. Pois que tal, não se tropece no erro crasso de rotular estes jovens como futuros delinquentes / criminosos, antes se utilize estas informações para repensar as estratégias e os recursos interventivos utilizados na redução do risco e na compensação das suas necessidades mais prementes.

### Referências Bibliográficas

- Agra, C. (1995). Da rapsódia à Sinfonia – sentido para a compreensão de um sistema de pensamento na área das drogas. *Toxicodependências*, 1, 26-32.
- Andrews, D., & Bonta, J. (2006). *The psychology of criminal conduct*, 4ªEd. Nova York: LexisNexis Group.
- Barken, S. (1997). *Criminology: A sociological understanding*. New Jersey: Prentice Hall.
- Bonta, J. (2002). Offender Risk Assessment: Guidelines for Use. *Criminal Justice and Behaviour*, 29(4), 355-379.
- Burman, M., Armstrong, S., Batchelor, S., McNeill, F. & Nicholson, J. (2007). *Research and Practice in Risk Assessment and Risk Management of Children and Young People engaging in Offending Behaviours: A Literature Review*. Scotland: Scottish Centre for Crime and Justice Research – Team of Glasgow University.
- Carrilho, L. (2000). *Influências familiares no desenvolvimento de trajetórias desviantes em adolescentes institucionalizados*. Dissertação de candidatura ao grau de Doutor. Universidade do Porto - Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação - Centro de Ciências do Comportamento Desviante.
- Catchpole, R., & Gretton, H. (2003). The Predictive Validity of Risk Assessment with Violent Young Offenders: A One-Year Examination of Criminal Outcome. *Criminal Justice and Behaviour*, 30, 688-708.

- Cottle, C., Lee, R., & Heilbrun, K. (2001). The prediction of criminal recidivism in juveniles: A meta-analysis. *Criminal Justice and Behavior*, 28(3), 367-394.
- Dias, J., & Andrade, M. (1997). *Criminologia - O Homem Delinquente e a Sociedade Criminógena*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Farrow, K., Kelly, G., & Wilkinson, B. (2007). *Offenders in Focus*. Bristol: The Policy Press.
- Gendreau, P., Little, T., & Goggin, C. (1996). A meta-analysis of the predictors of adult offender recidivism: What works! *Criminology*, 20, 3-17.
- Gossner, D. (2003). *Validation of the Youth Level of Service / Case Management Inventory with Saskatchewan Young Offenders*. Saskatoon: University of Saskatchewan - Department of Educational Psychology and Special Education.
- Harland, A. (1996). *Choosing correctional options that work: Defining the demand and evaluating the supply*. Thousand Oaks: Sage.
- Hoge, R., & Andrews, D. (1996a). The Youth Level of Service / Case Management Inventory: Description and Evaluation. Comunicação apresentada na *Annual Conference of the American Psychological Association*, Toronto, Ontario.
- Hoge, R., & Andrews, D. (1996b). *The Youth Level of Service / Case Management Inventory (YLS/CMII/CAI): Intake manual and item scoring key*. Toronto, Ontario: Carleton University - Department of Psychology.
- Hoge, R., & Andrews, D. (1996c). *Assessing the Youthful Offender: Issues and Techniques*. London: Plenum Press.
- Hoge, R., & Andrews, D. (2002). *Youth Level of Service / Case Management Inventory: User's manual*. Toronto, Ontario: Multi-Health Systems.
- Hoge, R., Andrews, D., & Leschied, A. (1996). An investigation of risk and protective factors in a sample of youthful offenders. *Journal of Child Psychology and Psychiatry and Allied Disciplines*, 37, 419-424.
- Jung, S., & Rawana, E. (1999). Risk and need assessment of juvenile offenders. *Criminal Justice and Behavior*, 26(1), 69-89.
- Kemshall, H. (2008). Risks, Rights and Justice: Understanding and Responding to Youth Risk. *Youth Justice*, 8, 21-37.
- Lisboa, A. (2008). *A Pobreza, um Livre Trânsito para a Delinquência Juvenil?* Dissertação de candidatura ao grau de Doutor. Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Economia e Gestão.



Loeber, R., & Dishion, T. (1983). Early predictors of male delinquency: A review. *Psychological Bulletin*, 94(1), 68-99.

Santos, C. (1998). *Auto-Organização Psicológica e Transgressão: análise empírico-crítica de duas figuras do comportamento desviante: criminosos e consumidores de drogas*. Dissertação de candidatura ao grau de Doutor. Universidade do Porto - Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação - Centro de Ciências do Comportamento Desviante.

Simourd, L., & Andrews, D. (1994). Correlates of delinquency: A look at gender differences. *Forum on Corrections Research*, 6, 26-31.

Worling, J., & Langstrom, N. (2003). Assessment of Criminal Recidivism Risk with Adolescents who have Offended Sexually: A Review. *Trauma, Violence and Abuse*, 4, 341-362.

Young, S. (2009). *Literature Review. Risk Assessment Tools for Children in Conflict with the Law*. Ireland: Irish Youth Justice Service.

**- Tabela 1 -**

*Frequências Observadas e Resíduos Ajustados no Grupo de Menores Institucionalizados na Oficina de S. José (I) e no Grupo de Menores Não Institucionalizados (NI), nos itens das sub-escalas de Avaliação dos Riscos e das Necessidades. Teste de Independência do Qui-quadrado ( $\chi^2$ ) para o cruzamento de Grupo x Item das sub-escalas, considerando g.l. = 1. Medida Simétrica – grau de associação entre as variáveis (Cramer's V). Medida de Direcção – acurácia preditiva do item sobre a variável Grupo ( $\lambda$ ).*

	Frequências Observadas		Resíduos Ajustados		Teste de Independência		Medidas Simétricas		Medidas Direcção (Grupo como dependente)	
	I	NI	I	NI	$\chi^2$	p	Cramer's V	p	$\lambda$	p
<b>Delitos e Medidas Anteriores e Actuais</b>										
Três ou mais delitos provados em Tribunal em processos anteriores	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-
Dois ou mais incumprimentos de determinações do tribunal	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-
Anterior aplicação de medida não institucional	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-
Anterior aplicação de medida de internamento em centro educativo	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-
Três ou mais delitos no(s) actual(ais) processo(s)	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Contexto Familiar / Práticas Parentais</b>										
Supervisão inadequada	26	2	6.4	-6.4	41.143	.000	.86	.000	.86	.000
Dificuldade em controlar o comportamento	16	2	4	-4	16.047	.000	.54	.000	.50	.017
Disciplina inadequada	24	3	5.6	-5.6	31.540	.000	.75	.000	.75	.000
Práticas parentais inconsistentes	26	4	5.9	-5.9	34.749	.000	.79	.000	.79	.000
Má qualidade da relação (pai – jovem)	7	6	.3	-.3	.100	ns	.04	ns	.04	ns
Má qualidade da relação (mãe – jovem)	6	3	1.1	-1.1	1.191	ns	.15	ns	.11	ns
<b>Educação / Emprego</b>										
Comportamento disruptivo na sala de aula	11	2	2.8	-2.8	8.114	.004	.38	.004	.32	ns
Comportamento disruptivo no espaço escolar	8	1	2.5	-2.5	6.487	.011	.34	.011	.25	ns
Baixo rendimento escolar	20	6	3.8	-3.8	16.297	.000	.54	.000	.54	.003
Problemas de relacionamento com os pais	7	2	1.7	-1.7	4.560	ns	.29	ns	.21	ns
Problemas de relacionamento com os professores	10	2	2.6	-2.6	6.788	.009	.35	.009	.29	ns
Absentismo escolar injustificado	4	1	1.4	-1.4	1.976	ns	.19	ns	.11	ns
Sem emprego / não procura	1	0	1.0	-1.0	1.018	ns	.14	ns	.04	ns
<b>Relação com os Pais</b>										
Alguns delinquentes entre os seus conhecidos	22	7	4.0	-4.0	16.092	.000	.54	.000	.54	.002

Alguns amigos delinquentes	11	4	2.1	-2.1	4.462	.035	.28	.035	.25	ns
Nenhum ou poucos modelos positivos entre os conhecidos	2	0	1.4	-1.4	2.074	ns	.19	ns	.07	ns
Nenhum ou poucos modelos positivos entre os amigos	4	0	2.1	-2.1	4.308	.038	.28	.038	.14	ns
<b>Consumo de Substâncias</b>										
Consumo ocasional de drogas	5	2	1.2	-1.2	2.369	ns	.21	ns	.11	ns
Consumo regular de drogas	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-
Consumo regular de álcool	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-
Abuso de substâncias com interferência na vida do jovem	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-
Consumo de substâncias relacionado com a actividade delictuosa	1	0	1.0	-1.0	1.018	ns	.14	ns	.04	ns
<b>Tempos livres</b>										
Participação reduzida em actividades organizadas	9	3	2.0	-2.0	3.818	ns	.26	ns	.21	ns
Poderia usar melhor o seu tempo	15	10	1.3	-1.3	1.806	ns	.18	ns	.18	ns
Nenhuns interesses pessoais	12	0	3.9	-3.9	15.273	.000	.52	.000	.43	ns
<b>Personalidade / Comportamento</b>										
Auto-estima exagerada	6	2	1.5	-1.5	2.333	ns	.20	ns	.14	ns
Agressividade física	5	0	2.3	-2.3	5.490	.019	.31	.019	.18	ns
Acessos de cólera	6	3	1.1	-1.1	1.191	ns	.15	ns	.11	ns
Défices de atenção	13	7	1.7	-1.7	2.800	ns	.22	ns	.21	ns
Baixa tolerância à frustração	12	5	2.0	-2.0	4.139	.042	.27	.042	.25	ns
Sentimentos de culpa inadequados	3	1	1.0	-1.0	1.077	ns	.14	ns	.07	ns
Agressividade verbal, insolência	13	3	3.0	-3.0	8.750	.003	.40	.003	.36	ns
<b>Atitudes / Orientação</b>										
Atitudes antisociais / pró-criminais	5	3	.8	-.8	.583	ns	.10	ns	.07	ns
Não procura ajuda	9	10	-.3	.3	.080	ns	.04	ns	.04	ns
Rejeita activamente ajuda	5	5	0	0	.000	ns	.00	ns	.00	-
Desafia a autoridade	9	1	2.8	-2.8	7.791	.005	.37	.005	.29	ns
Insensível, pouco preocupado com os outros	8	3	1.7	-1.7	2.828	ns	.23	ns	.18	ns

- Tabela 2 -

*Frequências Observadas e Resíduos Ajustados no Grupo de Menores Institucionalizados na Oficina de S. José (I) e no Grupo de Menores Não Institucionalizados (NI), nos itens das sub-escalas de Outras Necessidades. Teste de Independência do Qui-quadrado ( $\chi^2$ ) para o cruzamento de Grupo x Item, considerando grau de liberdade 1 (g.l. = 1). Medida Simétrica - grau de associação entre as variáveis (Cramer's V). Medida de Direcção - acurácia preditiva do item sobre a variável Grupo ( $\lambda$ ).*

	Frequências Observadas		Resíduos Ajustados		Teste de Independência		Medidas Simétricas		Medidas Direcção (Grupo como dependente)	
	I	NI	I	NI	$\chi^2$	p	Cramer's V	p	$\lambda$	p
<b>Família / Pais</b>										
História crónica de delitos	11	1	3.3	-3.3	10.606	.001	.44	.001	.36	ns
Perturbação emocional / psiquiátrica	2	5	-1.2	1.2	1.469	ns	.16	ns	.11	ns
Abuso de drogas / álcool	16	3	3.7	-3.7	13.462	.000	.49	.000	.46	.026
Conflito conjugal	16	6	2.7	-2.7	7.487	.006	.37	.006	.36	ns
Problemas financeiros / de habitação	27	8	5.2	-5.2	27.505	.000	.70	.000	.68	.000
Pais não cooperantes	14	5	2.5	-2.5	6.452	.011	.34	.011	.32	ns
Questões culturais / étnicas	5	1	1.7	-1.7	2.987	ns	.23	ns	.14	ns
Maus tratos por parte do pai	8	5	.9	-.9	.902	ns	.13	ns	.11	ns
Maus tratos por parte da mãe	8	2	2.1	-2.1	4.383	.036	.28	.036	.21	ns
Trauma familiar significativo (morte de um familiar)	1	7	-2.3	2.3	5.250	.022	.31	.022	.21	.027
Outra (falsidade de um dos pais)	0	1	-1.0	1.0	1.018	ns	.14	ns	.04	ns
<b>Jovem</b>										
Problemas de saúde	3	7	-1.4	1.4	1.948	ns	.19	ns	.14	ns
Incapacidade física	1	0	1.0	-1.0	1.018	ns	.14	ns	.04	ns
Défice intelectual / atraso do desenvolvimento	12	3	2.7	-2.7	7.376	.007	.36	.007	.32	ns

Dificuldades de aprendizagem	18	7	3.0	-3.0	8.743	.003	.40	.003	.40	.041
Rendimento escolar inferior às capacidades	8	13	-1.4	1.4	1.905	ns	.18	ns	.18	ns
Défice de competências de resolução de problemas	8	2	2.1	-2.1	4.383	.036	.28	.036	.21	ns
Vítima de abuso físico / sexual	11	1	3.3	-3.3	10.606	.001	.44	.001	.36	ns
Vítima de negligência	19	1	5.0	-5.0	25.200	.000	.67	.000	.64	.001
Tímido / introvertido	10	13	-.8	.8	.664	ns	.11	ns	.11	ns
Pares de outro grupo etário	4	6	-.7	.7	.487	ns	.09	ns	.07	ns
Deprimido	3	5	-.8	.8	.583	ns	.10	ns	.07	ns
Baixa auto-estima	5	5	0	0	.000	ns	.00	ns	.00	-
Actividades sexuais inadequadas	6	0	2.6	-2.6	6.720	.010	.35	.010	.21	ns
Atitudes racistas / sexistas	2	0	1.4	-1.4	2.074	ns	.19	ns	.07	ns
Défice de competências sociais	6	4	.7	-.7	.487	ns	.09	ns	.07	ns
Negação dos problemas	5	0	2.3	-2.3	5.490	.019	.31	.019	.18	ns
Tentativas de suicídio	1	0	1.0	-1.0	1.018	ns	.14	ns	.04	ns
Diagnóstico de psicose	1	0	1.0	-1.0	1.018	ns	.14	ns	.04	ns
Ameaças por outros	1	0	1.0	-1.0	1.018	ns	.14	ns	.04	ns
História de agressão sexual / física	3	0	1.8	-1.8	3.170	ns	.24	ns	.11	ns
História de agressão a figuras de autoridade	4	0	2.1	-2.1	4.308	.038	.28	.038	.14	ns
História de uso de armas	4	0	2.1	-2.1	4.308	.038	.28	.038	.14	ns
História de incêndio ou tentativas de incêndio	4	0	2.1	-2.1	4.308	.038	.28	.038	.14	ns
História de fugas	10	1	3.0	-3.0	9.164	.002	.41	.002	.32	ns
Intervenção do sistema de protecção	28	0	7.5	-7.5	56.000	.000	1.00	.000	1.00	.000
Condições de vida adversas	28	7	5.8	-5.8	33.600	.000	.78	.000	.75	.000
Outra (pais ausentes)	1	2	-.6	.6	.352	ns	.80	ns	.04	ns

- Tabela 3 -

Médias (M) e respectivos Desvios Padrão (DP) de: Risco Total, Risco em cada sub-escala de Avaliação dos Riscos e das Necessidades; Total de Factores de Protecção; Outras necessidades relacionadas com a família / pais e Outras necessidades relacionadas com o jovem do Grupo de Menores Institucionalizados na Oficina de S. José (I) e do Grupo de Menores Não Institucionalizados (NI). Teste t-Student para grupos independentes (t), considerando os respectivos graus de liberdade (g.l.).

	M ± DP I	M ± DP NI	t	g.l.	p
Nível Total de Risco	12.96 ± 9.07	4.07 ± 5.23	4.494	43.192	.000
Delitos e Medidas Anteriores e Actuais	0	0	-	54	-
Contexto Familiar / Práticas Parentais	3.75 ± 1.46	.71 ± 1.44	7.853	54	.000
Educação / Emprego	2.96 ± 3.96	.50 ± 1.11	3.173	31.188	.003
Relação com os Pares	1.39 ± 1.10	.39 ± .69	4.083	45.210	.000
Consumo de Substâncias	.21 ± .50	.46 ± 2.08	-.618	54	ns
Tempos Livres	1.29 ± 1.24	.46 ± .69	3.054	42.304	.004
Personalidade / Comportamento	2.07 ± 2.05	.75 ± 1.04	3.037	40.014	.004
Atitudes / Orientação	1.29 ± 1.65	.79 ± 1.20	1.297	54	ns
Factores de Protecção	2.21 ± .50	.25 ± .44	15.614	54	.000
Outras Necessidades relacionadas com a família / pais	3.86 ± 2.14	1.57 ± 1.71	4.419	51.500	.000
Outras Necessidades relacionadas com o jovem	7.36 ± 4.23	2.75 ± 2.30	5.064	41.735	.000